

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XV • Cr\$ 90.000,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

161

A MULHER E O ISLÃ



**EXCLUSIVO:
CARTA
INÉDITA
DE GOULART
A KENNEDY**

**INTEGRAÇÃO
LATINO-
AMERICANA:
UTOPIA OU
REALIDADE?**

DOIS ANOS DE CÓLERA NO BRASIL



Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.

MERCANTIL 

Banco Mercantil S.A.

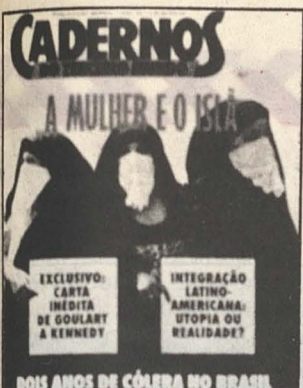
O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:

Alameda Santos, 880, Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:

Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801



Maio 1993 • Nº 161 • ANO XVI

CAPA

Mulher ocidental e Islã. Uma mistura impossível? A realidade está mostrando que não. Apesar do preconceito, elas não abrem mão da fé que lhes deu um novo sentido para suas vidas, resgatando seu amor-próprio e dignidade

2 CARTAS DOCUMENTO/EXCLUSIVO

4 A política exterior do trabalhismo e o bloqueio a Cuba
Carta de Goulart a Kennedy

ECONOMIA

8 O rombo de US\$ 4 bilhões

SAÚDE

13 Santa Casa: O hospital que deu certo
16 Dois anos de cólera no Brasil

AMÉRICA LATINA

24 Ensaio: Perspectivas da integração latino-americana

ÁFRICA

28 Saara: A ONU na mira
30 ESPECIAL: A mulher e o Islã
31 Roger Garaudy: Resgatar a própria identidade
32 Muçulmanas negras se reencontram na fé
36 O debate por trás do véu
38 O avanço do Islã nos EUA

MINORIAS

41 Como prevenir conflitos étnicos?

ECONOMIA

42 TLC: O problema não é quando, mas como

OPINIÃO

44 Menores, o urgente desafio

SUPLEMENTO

DESENVOLVIMENTO

2 Caatinga: Aprendendo a viver com o semi-árido

DIREITOS HUMANOS

4 Trabalhadores rurais vítimas do arbítrio

CIDADANIA

6 Polícia do povo e para o povo

LITERATURA

8 Repensando a História

HOMENAGEM

9 Ano Internacional de Josué de Castro

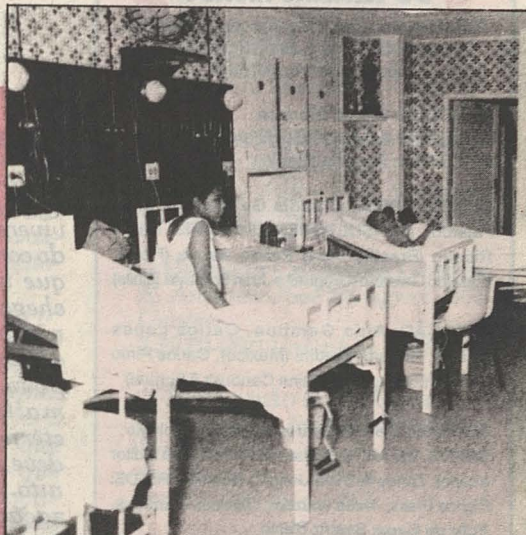
SAÚDE

10 Cegueira, a doença da pobreza

12 PANORAMA INTERNACIONAL

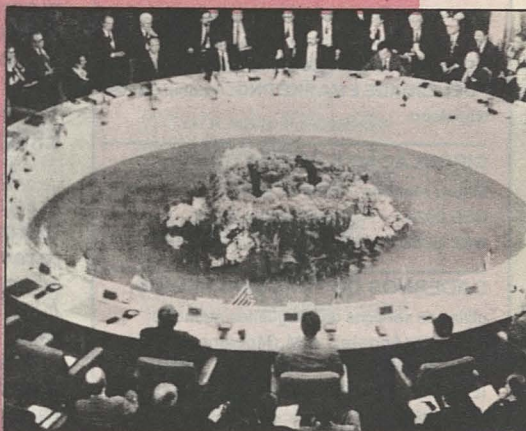
SUMÁRIO

➤ A Santa Casa do Rio, uma instituição filantrópica, mantém serviço hospitalar exemplar, num país onde o sistema de saúde sofre de problemas crônicos



13

➤ Às vésperas da III Cúpula de Presidentes e Chefes de Estado Ibero-Americanos, em junho, em Salvador, é oportuno refletir sobre os desafios para tornar realidade os sonhos de unidade dos heróis da nossa independência



24

➤ A incapacidade demonstrada pelas Nações Unidas para fazer cumprir os tratados de paz no Saara lança dúvidas sobre seu papel na ex-colônia espanhola ocupada pelo Marrocos desde 1975



28

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise
das realidades e aspirações dos
países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fajardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bordini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto. DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa), Zaney da Silva, João C. Monteiro. FOTOS: France Press, André Louzeiro, Marcus Sanches. Foto de Capa: Beatriz Bissio

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Sílvia Arruda, Mônica Pérez e Marcelo Knupp
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique
ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.
PUBLICIDADE E MARKETING: Antonio Carlos Napoleão

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎ (021) 252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Ile-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)

Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
☎ (021) 242-1957/222-1370 - Redação
☎ 232-1759 / 232-3372 - Administração
☎ (021) 507-2203 - Publicidade e Marketing
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

CARTAS

Força motriz

É pesada a carga para nós, que vivemos em países do Terceiro Mundo como o Brasil. Amamos o país em que vivemos, mas os políticos que chegam ao poder não o amam. Eles não valorizam aqueles que os colocaram no poder, o povo, este mesmo povo que sofre e que é esquecido, maltratado e explorado. Nada é eterno, porém. Não se pode e não se deve continuar nesse labirinto infinito. Se não houver uma conscientização desses políticos, as pessoas que vivem em favelas, no campo e em locais de pobreza pararão, pois quem sustenta as nações é essa população, essa parte da sociedade tão massacrada.

Aloisio Pinheiro
Fortaleza - CE

Elitização

Aproveitando o comprometimento de cadernos do terceiro mundo com o interesse nacional, fazemos uma denúncia sobre práticas efetuadas pelo Banco do Brasil. Em fevereiro deste ano, abrimos uma caderneta de poupança no valor de Cr\$ 1 milhão. Em março, fomos fazer o depósito de Cr\$ 1,3 milhão e, para nossa surpresa, isso não foi possível, pois agora o limite mínimo para depósito é de Cr\$ 2,5 milhões. O Banco do Brasil está enveredando por um processo de elitização alheio ao interesse do povo brasileiro. É uma instituição que faz parte do nosso patrimônio. Portanto, é justo que atenda à maior parte da população, que tem renda inferior a dois salários mínimos.

**João Luiz Pena e
Paulo Humberto Porto**
Humaitá - AM

Sistema penitenciário

Gostaria de abordar a matéria publicada no nº 159, "Sistema carcerário: problemas e soluções", sobre o descaso das autoridades brasileiras quanto à ociosidade e superlotação das cadeias públicas. A revisão de nossas leis, datadas de



1940, seria o primeiro passo, já que estão ultrapassadas.

Os métodos aplicados nos presídios de São José dos Campos (SP) e Magé (RJ) são interessantes, provando que pouco dinheiro e muita vontade e criatividade podem mudar esse quadro caótico do nosso sistema carcerário. Entretanto, o governo deve atacar o problema em sua origem, melhorando sua política econômica, geradora de miséria e recessão. Essa situação torna-se o estopim da violência.

Enquanto o Estado gasta três salários mínimos para sustentar um preso, trabalhadores ganham apenas um salário para sustentar mulher e filhos. Se não dermos garantia do direito de uma vida digna para o cidadão brasileiro, como conseguiremos que esse mesmo cidadão não transgrida as leis sociais?

Adriana Lima de Oliveira
Casa Verde - SP

Solidariedade

Extermínio de crianças, assassinatos de sindicalistas, violência urbana e no campo. Notícias como essas são despejadas diante de nossos olhos diariamente pelos jornais, rádios e canais de televisão. Chegam, chocam, e já no próximo minuto são completamente esquecidas. Parece que queremos nos convencer de que esses problemas só acontecem no breve espaço em que aparecem na tela da TV, sendo logo depois substituídos por coloridos anúncios. Só que

esses fatos continuam depois do horário nobre, de modo muito mais violento. O Brasil vive uma guerra civil camuflada, onde a lei do mais forte se impõe na ponta do revólver.

Saber disso e permanecer inerte é um crime tão grande quanto o daqueles que puxam o gatilho na nuca das crianças brasileiras. Será possível que anos de convívio com a injustiça, o individualismo e a miséria destruíram nossa capacidade de indignação? Hoje, mais do que nunca, é preciso que nos esforcemos para recuperar algo que em nosso país parece perdido: a dignidade do ser humano. Pensamos que um caminho para isso é a formação de grupos de solidariedade, que mobilizem as pessoas para ações concretas contra todas essas agressões que atingem tantos brasileiros.

Solidariedade Popular
Sorocaba - SP

Solidariedade II

Um exemplo do conceito de solidariedade humana gerado pela revolução cubana é o que ocorre com os trabalhadores gastronômicos. Antes da revolução, o salário de um garçom de restaurante ou de hotel era de um mínimo insignificante; o trabalhador dependia das gorjetas. Isto gerava uma competição entre todos para ganhar mais e melhores dádivas dos clientes. Estes trabalhadores, como quase todos na Cuba de Batista, não tinham educação nem saúde garantidas.

Hoje, o trabalhador cubano do ramo de hotelaria tem um salário básico elevado, e a prática generalizada com relação às gorjetas é a distribuição. A habitação, educação e saúde dos empregados gastronômicos estão garantidas pelo Estado e pela solidariedade que existe entre os trabalhadores: o que um recebe por generosidade de um cliente é repartido entre todos.

Esse sentido de solidariedade humana, que não é nada comum nas sociedades capitalistas, é um dos mais notáveis benefícios que a Revolução levou ao povo de Cuba.

José Ferreira Neto
Missão Velha - CE

Sobre Ramsey Clark

Sou assinante de cadernos do terceiro mundo e me interessa muito a seção de Cartas, porque é um espaço reservado aos leitores para debater, com os editores e outros leitores, temas de interesse comum.

Li a carta que publicaram, no nº 155, do ex-procurador de Justiça dos EUA, Ramsey Clark, sobre a Guerra do Golfo, onde ele menciona, inclusive, que escreveu um livro com este tema. Pude constatar que penso como Ramsey Clark no que diz respeito às violações internacionais cometidas pelos EUA durante a guerra. Por isso, pretendo entrar em contato com ele para trocar idéias sobre estes assuntos.

Vivian Maria Vaz de Mello
Rio de Janeiro - RJ

Seca

O discurso (promessas, projetos e alocação de verbas) e a emoção (diante da fome e da miséria da população flagelada) ainda não encontraram seu ponto de convergência, capaz de solucionar o problema nordestino das secas, com a eliminação da mais próspera indústria da região - a "indústria da seca".

Poucos devem lembrar do quadro desolador provocado pela seca de 1970, com saques a composições ferroviárias e casas comerciais, invasões de cidades, com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) anunciando improvisadas frentes de trabalho. Tudo está se repetindo hoje, só que com novos personagens, com a Sudene sendo invadida por agricultores desesperados, que fazem reféns.

Mas o discurso continua inalterável, e o problema da seca no Nordeste se arrasta ao sabor das ações emergenciais e da mais absoluta ausência de vontade política em resolvê-lo. Aproveitar este momento histórico, para moralizar e mudar de vez os rumos perversos da atual estrutura rural, é só uma questão de sensibilidade, respeito e vergonha, face a nove milhões de brasileiros do Nordeste.

João Evangelista M. da Rocha
Rio de Janeiro - RJ

Intercâmbio

□ **João Luiz Pena**
R. Monteiro, 2895
69800-000 Humaitá - AM

□ **Eliana Rodrigues Souza**
R. Pedro Moacir, 31
Bloco C / 402 - Três Vendas
96020 Pelotas - RS

□ **Daniela Cabreira Gomes**
R. Antônio José Butignol, 205
Centro
13270-000 Valinhos - SP

□ **Fernando S. Batista**
R. Conde de Irajá, 520 / 203
Fundos
Botafogo
22271-020 Rio - RJ

□ **Wendy Castillo**
Ave 25, nº 3211 - Jaruco
32800 Havana - Cuba

□ **Solange Farias**
R. Santa Cruz, 438
13280-000 Vinhedo - SP

□ **Yolanda Elizalde**
Apartado 145
60200 Sancti Spiritus - Cuba

□ **Mirco Momade**
Av. Karl Marx, 911
1º andar - flat 3
Maputo - Moçambique

□ **Elizabeth T. de Souza**
R. Gilberto Freyre, Qd 30, l 6
Cidade Satélite São Luís
75300 Aparecida Goiânia GO

□ **Zoila Soto**
Ave 25, nº 3211
Jaruco
32800 Havana - Cuba

□ **Bruno Mattos Silva**
R. Cincinato Braga, 414 / 32
Bela Vista
01333 São Paulo - SP

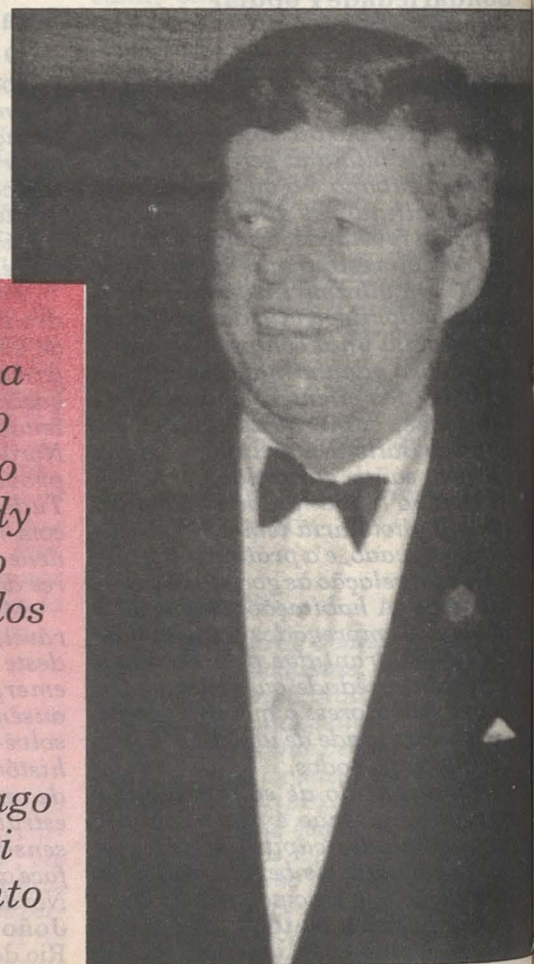
□ **Wellington S. Lima**
R. Jacobina, 106 / casa 03
Graças
52011 Recife - PE

□ **Antônio Alves Gualberto**
Caixa Postal 2177
29001 Vitória - ES

Carta de Goulart a Kennedy

O trabalhismo e o bloqueio de Cuba

Luiz Alberto Moniz Bandeira*



*'Cadernos' divulga
em primeira mão
a carta que Jango
escreveu a Kennedy
como resposta ao
bloqueio dos Estados
Unidos a Cuba.*

*O documento,
encontrado no
arquivo de San Tiago
Dantas, contribui
para o entendimento
do golpe de 64*

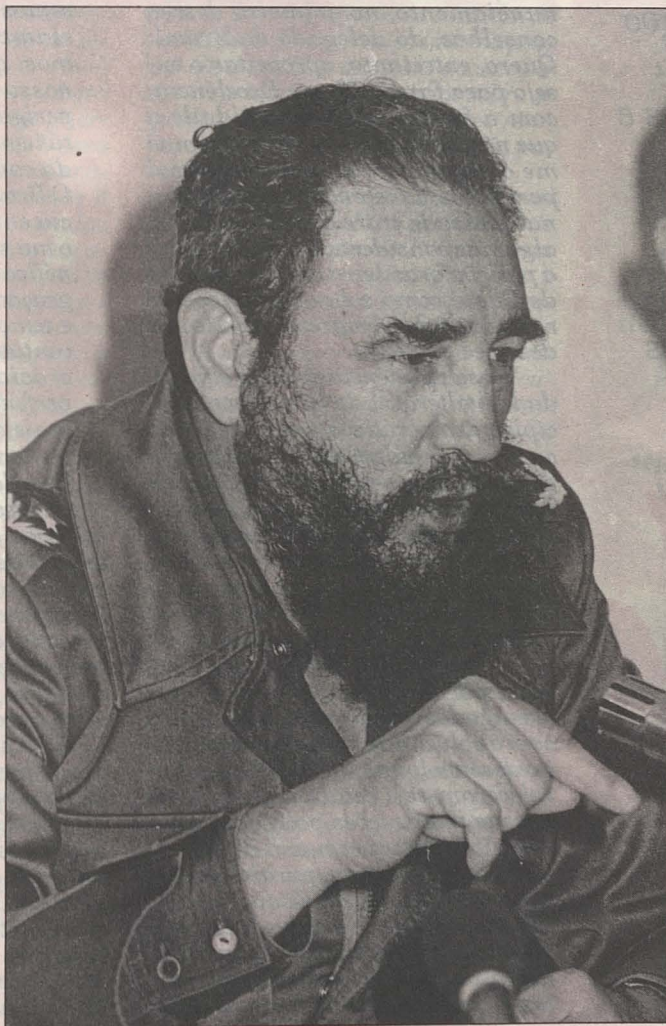
Em outubro de 1962, o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, decretou o bloqueio naval de Cuba, a fim de compelir a União Soviética a retirar os mísseis balísticos instalados naquele país, o que colocou o mundo ante a ameaça da guerra nuclear. Kennedy escreveu uma carta ao presidente João Goulart pedindo-lhe apoio para as medidas, inclusive militares, que tomara ou que viesse a tomar, como, por exemplo, o ataque a Cuba.

Goulart respondeu-lhe que a defesa do princípio de autodeterminação dos povos, em sua máxima amplitude, tornara-se o "ponto crucial" da política exterior do Brasil. Era uma carta cordial, porém bastante dura, a demonstrar o caráter antidemocrático e até mesmo totalitário da política exterior dos Estados Unidos, ao tentar formas de governo "por meios coercitivos externos" e em franca violação da soberania nacional de outros Estados.

O presidente João Goulart manifestou também a "apreensão e a insatisfação" do povo brasileiro pelo modo com que os Estados Unidos pleitearam e alcançaram a decisão do Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA) de aprovar o bloqueio sem que se realizasse, ou, pelo menos, se deliberasse uma investigação *in loco*, e sem que houvesse tentado, através de uma negociação — como a que o Brasil propusera em Punta del Este —, o desarmamento de Cuba, com a garantia recíproca de não-invasão.

A fim de não afigurar-se hostil à iniciativa de Kennedy, João Goulart instruíra o embaixador do Brasil junto à OEA, Ilmar Pena Marinho, no sentido de aprovar o bloqueio naval de Cuba e a inspeção de navios que a ela se dirigissem, como forma de evitar que outros carregamentos de armas ofensivas lá che-

A instalação de mísseis soviéticos na revolucionária Cuba de Fidel Castro deu argumentos para o bloqueio dos EUA, que encontrou forte resistência do governo brasileiro



gassem. Recomendara, porém, a modificação da proposta norte-americana, no sentido de exigir, antes de qualquer ação militar, a comprovação, por observadores da ONU, de que o arsenal soviético existia e continuava em seu território.

A pedido do embaixador norte-americano em Brasília, Lincoln Gordon, Goulart enviou a Havana o general Albin Silva, chefe da Casa Militar da presidência, com a missão de transmitir pessoalmente a Fidel Castro a posição do Brasil, contrária à instalação de mísseis soviéticos no hemisfério, por significarem um risco para sua segurança e para a própria paz mundial, embora compreendesse a necessidade de que Cuba, em seu território, possuísse armamentos defensivos.

Na mesma carta, o presidente João Goulart criticou a "ampliação abusiva" da Resolução II de Punta del Este, que não outorgava à OEA "encomendar investigações sobre a situação interna de nenhum país", bem como a criação do Colégio Interamericano de Defesa, por julgar que seus efeitos poderiam ser negativos se, a título de segurança interna, passasse a estudar "questões de competência privativa dos estados", sobre as quais convinha que os militares recebessem uma formação e orientação puramente nacionais.

Goulart, todavia, não revelou o texto da carta que escrevera a Kennedy, não a explorou, politicamente, talvez para não perturbar ainda mais as relações com Washington. No livro *O governo de João Goulart — as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* constam algumas notas, feitas pelo presidente de próprio punho. Contudo, a íntegra dessa carta, encontrada no Arquivo de San Tiago Dantas, pela primeira vez é revelada.

* Doutor em Ciência Política e professor titular de Política Exterior do Brasil no Departamento de História da Universidade de Brasília.

Brasília, 24 de outubro de 1962

Senhor presidente,

Recebi com apreço e meditei com atenção a carta em que Vossa Excelência houve por bem comunicar-me ter sido constatada a presença, em território cubano, de armas ofensivas capazes de constituírem ameaça aos países deste hemisfério. Nessa carta Vossa Excelência também solicitou o apoio do Brasil para as medidas que o seu governo proporia ao Conselho da OEA e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, com fundamento nas disposições do Tratado do Rio de Janeiro e da Carta de São Francisco.

Já é do seu conhecimento o pronunciamento, no primeiro desses conselhos, do delegado do Brasil. Quero, entretanto, aproveitar o ensejo para fazer a Vossa Excelência, com a franqueza e sinceridade a que não apenas me autorizam, mas me obrigam, o meu apreço pessoal por Vossa Excelência e a tradicional amizade entre os nossos povos, algumas considerações, tanto sobre a posição brasileira em face do caso de Cuba, como sobre os rumos que recentemente vêm prevalecendo nas decisões da OEA.

Vossa Excelência conhece a fidelidade inalterável do Brasil aos princípios democráticos e aos ideais da civilização ocidental. Dentro dessa fidelidade, os nossos países já combateram lado a lado em duas guerras mundiais, que nos custaram o sacrifício de inúmeras vidas e nos impuseram, proporcionalmente e de modo diverso, pesados prejuízos materiais.

Os sentimentos democráticos do povo brasileiro e do seu governo são hoje, porventura, maiores e mais arraigados que no passado, porque, com o volver dos anos e a aceleração do desenvolvimento econômico, fortaleceram-se e estabilizaram-se as nossas instituições políticas, sob o princípio da supremacia da lei.

Era natural que, paralelamente ao fortalecimento da democracia, se desenvolvesse o sentido de responsabilidade internacional, levando-nos a participar dos acontecimentos e problemas não apenas regio-

nais, mas mundiais, para nos situarmos em face deles à luz dos nossos interesses nacionais e dos ditames de nossa opinião pública.

No discurso que tive a honra de pronunciar perante o Congresso Noroeste-Americano, em 4 de abril de 1962, procurei resumir e enunciar com clareza os aspectos dominantes de nossa posição nos seguintes termos:

"a ação internacional do Brasil não responde a outro objetivo senão o de favorecer, por todos os meios ao nosso alcance, a preservação e o fortalecimento da paz. Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencessemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O fim da perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfica ao conhecimento e à integração das experiências comuns, e temos a esperança de que esses contatos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e a mais compatível com a proteção ao homem e a preservação de sua liberdade".

A defesa do princípio de autodeterminação dos povos, em sua máxima amplitude, tornou-se o ponto crucial da política externa do Brasil, não apenas por motivos de ordem jurídica, mas por nele vermos o requisito indispensável à preservação da independência e das condições próprias sob as quais se processa a evolução de cada povo.

E, pois, compreensível que desagrade profundamente à consciência do povo brasileiro qualquer forma de intervenção num Estado americano inspirada na alegação de incompatibilidade com o seu regime político, para lhe impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos, que lhe tiram o cunho democrático e a validade. Por isso, o Brasil, na VIII Consulta de Chan-

Os sentimentos democráticos do povo brasileiro e do seu governo são maiores e mais arraigados que no passado, porque fortaleceram-se e estabilizaram-se as nossas instituições políticas sob o princípio da supremacia da lei

celer Americanos, se opôs à imposição de sanções ao regime cubano, tanto mais que não eram apontados então, como só agora veio a suceder, fatos concretos em que se pudesse prefigurar a eventualidade de um ataque armado.

Ainda agora, entretanto, senhor presidente, não escondo a Vossa Excelência a minha apreensão e a insatisfação do povo brasileiro pelo modo por que foi pleiteada e alcançada a decisão do Conselho da OEA, sem que se tivesse preliminarmente realizado, ou pelo menos deliberado, uma investigação *in loco*, e sem que se tivesse tentado através de uma negociação, como a que propusemos em fevereiro do corrente ano, o desarmamento de Cuba com a garantia recíproca de não invasão.

Receio que nos tenhamos abeirado sem, antes, esgotar todos os recursos para evitá-lo, de um risco que o povo brasileiro teme tanto como o norte-americano: o da guerra nuclear. É na atuação de Vossa Excelência, no seu espírito claramente pacifista, que depositamos a esperança de que não sejam usadas contra Cuba medidas militares capazes de agravar o risco já desmentido da presente situação. Para tudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à soberania dos povos, pode Vossa Excelência contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil.

Não quero encerrar, porém, esta carta, senhor presidente, sem acrescentar às considerações nela feitas a expressão de meus receios sobre o futuro imediato da OEA. Nos últimos tempos, observo que as suas decisões vêm perdendo autoridade à medida que se afastam da correta aplicação das suas próprias normas estatutárias, e que são tomadas por maioria numérica com injustificável precipitação. A isso cabe acrescentar a tendência para transformar a organização num bloco ideológico intransigente, em que, entretanto, encontram o tratamento mais benigno os regimes de exceção de caráter reacionário.

Permito-me pedir a atenção de Vossa Excelência para a violação do artigo 2º da Carta de Bogotá,

que se está correndo o risco de cometer para evitar a adesão de novos Estados por motivo de ordem ideológica. Permito-me ainda recordar a aplicação imprópria da Resolução II de Punta del Este sobre a vigilância e defesa social, que não autoriza a organização a encomendar investigações sobre a situação interna de nenhum país, para evitar que se firam os melindres de Estados soberanos, e que agora se pretende abusivamente invocar justamente para a execução de uma investigação dessa natureza. A esses casos acrescento o da criação do Colégio Inter-Americano de Defesa. Este órgão não pode merecer senão a nossa simpatia e cooperação, desde que se limite a apreciar problemas técnicos e de segurança externa, mas seus efeitos podem ser negativos se a título de problemas de segurança interna passar ele a estudar questões da competência privativa dos Estados sobre as quais convém que os militares recebam uma formação e orientação puramente nacionais.

Estou certo de que Vossa Excelência compreenderá as razões de minha apreensão. O Brasil é um país democrático, em que povo e governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda perigosas pressões reacionárias, que procuram, sob o disfarce do anticomunismo, defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando desse modo o próprio processo democrático de nossa evolução. Acredito que o mesmo se passa em outros países latino-americanos. E nada seria mais perigoso do que se ver a OEA ser transformada em sua índole e no papel que até aqui desempenhou, para passar a servir a fins ao mesmo tempo anticomunistas e antidemocráticos, divorciando-se da opinião pública latino-americana.

Veja Vossa Excelência, senhor presidente, nestas considerações, que pretendia desenvolver pessoalmente, ao grato ensejo de sua visita ao Brasil, uma expressão do propósito de melhor esclarecimento mútuo sobre as aspirações e as diretrizes do povo brasileiro.

Renovo a Vossa Excelência a certeza de minha melhor estima e apreço.

Não escondo a Vossa Excelência a minha apreensão e a insatisfação do povo brasileiro pelo modo como foi pleiteada e alcançada a decisão do Conselho da OEA, sem que se tivesse realizado uma investigação *'in loco'*

O rombo de US\$ 4 bilhões

A crise que paralisa a indústria naval leva o Brasil a jogar no fundo do mar a quarta parte do saldo da balança comercial

José Augusto Ribeiro

O Brasil teve, no ano passado, um superávit de US\$ 16 bilhões em seu comércio exterior, enquanto o México e a Argentina sofriam pesadas perdas, apesar de serem apresentados como o maior êxito do modelo neoliberal na América Latina.

O México, apaixonadamente entregue por seu governo à "inserção" na economia dos Estados Unidos e a mais completa abertura no quadro do futuro Nafta (o acordo de livre comércio da América do Norte), sofreu em 1992 um déficit de US\$ 20 bilhões. A Argentina, dolarizada, fechou o ano com um déficit de US\$ 1,5 bilhão só no comércio com o Brasil.

Do seu superávit, porém, o Brasil aproveitou muito pouco, se é que aproveitou. A quarta parte do saldo foi jogada no fundo do mar, pelo que o país deixou de ganhar e pelo que teve de pagar nos fretes de seu comércio de exportação e importação.

A prática internacional do comércio, endossada pela Unctad, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, reserva para o país vendedor 40% e para o país comprador outros 40% do transporte dos produtos importados e exportados, deixando 20% para as chamadas "terceiras bandeiras", isto é, os transportadores de outros países.

Nada impede, no entanto, que qualquer país se reserve 50% e reserve a outra metade a seus parceiros, deixando os transportadores de terceira bandeira literalmente a ver navios. Quem faz isso não são países ou governos nacionalistas e xenófobos, mas nações perfeitamente inseridas na economia mundial, como a França e a Alemanha, além dos Estados do Leste Europeu e todos os outros países sul-americanos.

Teoricamente, o Brasil se filia ao modelo dos 40-40-20, que chegou a ser incluído na Constituição. Mas, na realidade, esse modelo não é praticado, em-

bora, no fim da década de 70, o país tenha chegado a transportar quase 40% de suas exportações e importações, ou melhor, a arrecadar quase 40% dos fretes correspondentes a seu comércio exterior.

Hoje, a participação brasileira no transporte de suas importações e exportações está restrita a 9% do total. Isso se deve, em parte, ao fato de que, com a crise econômica, 65% da capacidade produtiva de nossa indústria de



construção de navios tenham ficado ociosos, deixando-nos, portanto, sem navios novos para atender ao aumento do nosso comércio internacional. Mas o fator principal é que, cinco anos depois da vigência da Constituição, ainda falta a regulamentação da lei que dispõe sobre "a predominância dos armadores nacionais, navios de bandeira e registro brasileiros e do país exportador ou importador". (Artigo 178, inciso II.)

Sem essa lei, e submetidos às chamadas leis do mercado — que, na verdade, não são do mercado e sim dos países que defendem seus interesses legítimos ou mesmo ilegítimos —, os armadores e brasileiros não têm como aumentar a

participação do país no transporte de exportações e importações. Além disso, eles percebem claramente que neste ano o Brasil não transportará nem os 9% que vinha fazendo. Na melhor das hipóteses, a quantidade será a mesma do ano passado.

Perdas internacionais — As estatísticas sobre as perdas resultantes dessa situação são defasadas, porque o governo Collor, em sua fúria antiestado e em seu metódico trabalho de demolição dos instrumentos de defesa do interesse nacional, liquidou até mesmo alguns arquivos e mecanismos estatísticos.

Com base em dados desatualizados, o Brasil deixa de arrecadar, por dia, US\$ 6 milhões em fretes. São US\$ 2 bilhões por ano. Mas, além de não ganhar esses fretes, o país paga a transportadores de outras bandeiras o mesmo que deixa de ganhar. Portanto, as perdas a que temos direito por consenso internacional são de US\$ 4 bilhões.

A quarta parte do que ganhamos com o superávit de nosso comércio internacional é jogada no fundo do mar.

Os economistas neoliberais podem achar que a idéia das perdas internacionais é paranóica, um delírio de espíritos que se recusam à modernidade. Mas os industriais brasileiros da navegação e dos estaleiros sabem que não se trata nem de paranóia nem de delírio. Eles têm consciência de que a simples regulamentação do dispositivo constitucional estancaria essa sangria e promoveria, de imediato, a retomada do desenvolvimento de nossa indústria naval.

O projeto de lei que regulamenta esse dispositivo constitucional e estabelece uma verdadeira política brasileira de Marinha Mercante foi apresentado à Câmara pelo deputado Luís Alfredo Salomão e, depois de engavetado por muitos meses, começou finalmente a andar, quando a nova presidente da Comissão de Economia, deputada Márcia Cibilis, designou um relator disposto a melhorá-lo — e não a sepultá-lo —, o deputado Mauro Borges, ex-governador de Goiás.

Em defesa da bandeira nacional

O mercado de navegação tem excesso de navios de países ricos. Sem xenofobia, é preciso valorizar a frota brasileira

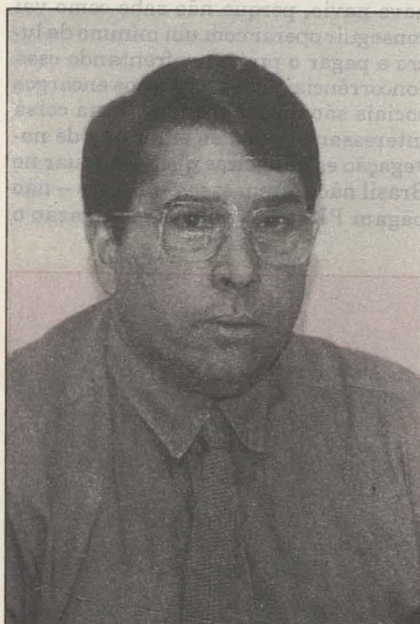
A entrevista que publicamos a seguir, do vice-presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação, comandante Carlos Augusto de Carvalho, esclarece, em detalhes, não só o mecanismo perverso da liquidação gradual e agora acelerada de nossa indústria de navegação, como também as possibilidades e alternativas de ganhos para o Brasil com a aprovação do projeto do deputado Luís Alfredo Salomão.

O Brasil utiliza o mar para o transporte de 97% de seu comércio exterior. O que é que deixa de ser transportado pelo mar?

C.C. - Existe uma pequena parte desse comércio que vai por via aérea. É de conhecimento geral o caso das frutas e flores que são exportadas por avião. Na parte de importação, alguns componentes eletrônicos chegam ao país via aérea, existindo inclusive na rota Manaus-Japão aviões de carga que transportam essas mercadorias para abastecer as indústrias da Zona Franca. E há ainda uma pequena parte em que a rodovia começa a tomar o lugar dos navios. Produtos do Pólo Petroquímico de Camaçari vão para a Argentina de caminhão, colocando em risco as cidades atravessadas.

O somatório desses três segmentos compõe os 3% que não são transportados pelo mar. O resto, evidentemente, tem que ir de navio. Não há como levar minério de ferro e importar petróleo por outra via que não a marítima.

Os 97% podem chegar este ano a US\$ 80 bilhões, porque o país tem a meta de exportar US\$ 50 bilhões. Como as importações terão de crescer, obrigatoriamente - ou enfrentaremos um superávit grande demais a pressionar a inflação, já que o governo tem que fabri-



Carlos Augusto de Carvalho

car cruzeiros para pagar os dólares das exportações -, a estimativa que se faz é que as importações cheguem a US\$ 30 bilhões. Entre exportações e importações, teremos um movimento de US\$ 80 bilhões.

Desses US\$ 80 bilhões, nas condições atuais, quanto vai ser transportado pelo Brasil e quanto vai ser transportado por outros países?

C.C. - Num movimento global, o frete gerado seria de US\$ 8 bilhões (em média assumimos que o frete equivale a dez por cento do valor da mercadoria). Se conseguirmos transportar 6% do total, teremos uma receita de apenas US\$ 480 milhões.

O Brasil já esteve perto de atender ao modelo 40-20-20?

C.C. - No final da década de 70, quando o sistema de financiamento da Marinha Mercante e o sistema de proteção à bandeira brasileira funcionavam plenamente, o Brasil conseguiu quadruplicar sua tonelagem de navios, chegando perto desses 40%. Mas a partir da edição do decreto-lei 1.901, de 1983, que atacou violentamente o sistema de financiamento, a construção naval começou a enfrentar uma crise, o número de navios em construção foi decrescendo, as empresas ficaram em grandes dificuldades para pagar os financiamentos e nossa Marinha Mercante começou a decrescer.

A história do mundo mostra hoje que as ideologias estão desmoronando e o único ideal que permanece é do nacionalismo, não um nacionalismo xenóforo, mas um nacionalismo de proteger com dignidade as coisas nacionais. O Brasil, porém, resolveu internacionalizar tudo. Não houve, por parte do governo, interesse em regulamentar o artigo constitucional nº 178, que era uma necessidade inadiável.

Há países do Primeiro Mundo, inclusive alguns dos mais ricos, que vão além desses 40% a que o Brasil pretende limitar-se. Quais são esses países?

C.C. - Os Estados Unidos, por exemplo. Apesar de terem uma Marinha Mercante relativamente pequena, em relação à estatura de sua economia, eles se utilizam da chamada bandeira de conveniência, principalmente da Libéria, onde as empresas norte-americanas colocam e registram seus navios. A razão do recurso é que a Libéria tem uma legislação trabalhista e fiscal mui-

to benéfica, que a converte num verdadeiro paraíso fiscal. E isso dá aos Estados Unidos uma forma de subsidiar suas empresas de navegação, porque os custos operacionais com navios norte-americanos são muito elevados.

Lá, o salário do marítimo é altíssimo, e o imposto de renda também é razoavelmente alto. Então, os Estados Unidos incentivam que os seus armadores coloquem navios na Libéria. A Libéria é, paradoxal ou surpreendentemente, a maior tonelagem de Marinha Mercante do mundo. E lá que estão todas as grandes companhias norte-americanas de navegação. E é daí que elas atacam em todos os tráfegos, inclusive do Brasil, da Argentina, dos países mais fracos.

Embora não haja estatísticas atualizadas, podemos presumir que há mais transporte de importações e exportações brasileiras por navios liberianos do que por navios brasileiros?

C.C. – Por navio liberiano, panamenho e grego. Certamente podemos inferir isso. A receita desse transporte, que poderia ficar no Brasil, está indo, através da Libéria, do Panamá e da Grécia, para países do Primeiro Mundo, tranquilamente. São perdas internacionais diárias de US\$ 6 milhões. Eu não consigo entender porque o governo não sai a público, não se mobiliza para estabelecer uma legislação que estanque esse vazamento de divisas.

Uma vez aprovado o projeto do deputado Luís Alfredo Salomão, o Brasil terá navios para aumentar sua participação nesse transporte?

C.C. – Num primeiro momento, não. A Marinha Mercante brasileira sofre uma crise muito séria por diversas razões. A mais importante é que não se preservou a regulamentação, a defesa da bandeira brasileira, porque o mercado de navegação está com excesso de navios em outros países, países mais ricos. Esses países começam a atacar o tráfego dos países mais fracos economicamente, inclusive por uma concorrência predatória e outras manobras de *dumping*, reduzindo artificialmente o valor dos fretes.

Aliás, é importante dizer que uma

das raízes da crise do Lloyd Brasileiro é esse *dumping*, concorrência predatória que a indústria de navegação vem sofrendo ao longo dos últimos dez ou quinze anos. Essa concorrência visa realmente a destruir as empresas brasileiras. Mas o comércio exterior tem que se realizar com ou sem navios de empresas brasileiras. E quando só sobram as estrangeiras, aí elas vão subir os fretes. Essa é a técnica utilizada.

Em face disso, o armador brasileiro titubeia na hora de encomendar um novo navio, porque não sabe como vai conseguir operar com um mínimo de lucro e pagar o projeto enfrentando essa concorrência, já que os nossos encargos sociais são muito grandes. Uma coisa interessante é que as empresas de navegação estrangeiras que vêm atuar no Brasil não sofrem esses encargos – não pagam PIS, Finsocial, não pagarão o

"A receita brasileira com o transporte de exportações e importações está indo para países do Primeiro Mundo"

IPMF – e ainda desfrutam de grande vantagem comparativa: para todos os custos que tiverem no Brasil, custos portuários, combustível, compra de gêneros e tudo o mais, elas usam o dólar no mercado paralelo e pagam em cruzeiros. Cada uma dessas empresas tem seu agente em terra e esse agente vai para o navio com uma mala de cruzeiros. Com isso, os custos deles ficam mais baratos do que os nossos no próprio Brasil.

Nessa situação, não seria melhor os empresários brasileiros se transferirem para a Libéria, para o

Panamá, para esse países que abrigam as bandeiras de conveniência?

C.C. – Do ponto de vista do lucro seria, mas, em primeiro lugar, não podemos perder de vista o interesse nacional, porque antes de tudo somos brasileiros. Mas existe outro aspecto: bem ou mal, mesmo num momento como este, em que não há qualquer proteção regulamentada à bandeira brasileira, perderíamos esse direito que pretendemos ver reconhecido. Nós, aqui, jamais reivindicamos do governo aquilo que os armadores argentinos conseguiram: permissão para colocar navios seus sob bandeira de conveniência, mas atuando no tráfego argentino como se continuassem a ser navios de bandeira argentina. Nós não queremos isso, queremos apenas que se regule a proteção à bandeira brasileira. Feito isso, haverá menos hesitação, haverá grande motivação para a encomenda de novos navios.

Além disso, temos que resolver o problema do sistema de financiamento da construção naval. Esse sistema tem como base o AFRM, o Adicional de Frete para o Reaparelhamento da Marinha Mercante, e o Fundo de Marinha Mercante, de grande sucesso no passado, possibilitando que o Brasil tivesse uma Marinha Mercante de conceito mundial. Esse sistema foi sendo alterado, com base em decisões conjunturais, e hoje não está funcionando, em virtude de diversos fatores, de diversas alterações que sofreu. Nós precisamos fazer rapidamente com que o sistema volte a funcionar nos termos em que funcionava na década de 70.

Aprovado o projeto do deputado Luís Alfredo Salomão, o Brasil poderia quadruplicar ou até quintuplicar a sua participação, não no comércio dos outros, mas no seu próprio comércio. Enquanto não construirmos navios suficientes para isso, não podemos alugar, já que há navios sobrando ao redor do mundo?

C.C. – Sim, essa é uma prática normal. O afretamento de navios é um mecanismo regulador da demanda do mercado. Vamos supor que o Brasil quisesse ter navios em número suficiente para transportar 40% de seu comércio exte-

SANTA CASA:

rior. Acontece que esse comércio é sazonal, tem a época da safra da soja, tem a época da safra do milho, da laranja. O afretamento normalmente existe para que se compensem as diferenças sazonais. A frota mercante de um país não pode ser exatamente do tamanho de seu comércio exterior, porque em certos períodos alguns navios ficariam ociosos — e um navio ocioso sai muito caro. Por isso, afretar navios é uma prática normal para regularizar e compensar as oscilações do mercado. Evidentemente, nós teríamos num primeiro momento uma demanda maior por afretamento, até que tivéssemos novos navios.

O afretamento, ainda que saia caro, reduziria essas perdas e daria algum lucro?

C.C. — Daria lucro, porque nós nos apropriaríamos do frete, pagaríamos o afretamento do navio e ainda ficaria um diferencial na economia brasileira. Agora, o mais importante é que as perdas são diárias, e quanto mais cedo conseguirmos estancá-las, mais cedo vamos ter uma reação. Resolvidos os problemas da proteção à bandeira brasileira e do financiamento, certamente vai haver muitas encomendas de navios aos estaleiros. Hoje mesmo, com toda a crise, as empresas brasileiras, que estão com suas frotas envelhecidas, começam a encomendar navios. É um processo lento, mas já estão encomendando.

Como o sistema de financiamento está destruído, existem pelo menos 12 pedidos de financiamento que não podem ser tocados, porque o Fundo de Marinha Mercante não tem recursos. Uma vez resolvidos esses problemas, os estaleiros brasileiros serão capazes de construir, eu diria, 20 navios por ano a partir de um segundo ano. O tempo de construção de um navio é, em média, de 20 a 24 meses. Se resolvermos agora esses problemas, daqui a dois anos estaremos recebendo 20 navios novos.

Cada navio significa quantos empregos diretos?

C.C. — Nesse momento, a indústria da construção naval está em grande parte ociosa, uma indústria que já empregou diretamente 50 mil pessoas na década de 70, e hoje emprega 12, 13 mil.

Em tal situação, cada construção nova deve adicionar cinco mil empregos. É claro que vai chegar o momento, quando o estaleiro estiver funcionando a plena carga, em que voltaremos a ter aqueles 50 mil empregos diretos. O que é importante é que essas pessoas vão ser contratadas e vão ficar. O emprego será permanente, porque aquela construção vai ser sucedida por outra e mais outra, indefinidamente.

Quer dizer que, se o Brasil marchar para esses 40%, vai precisar o tempo todo estar construindo novos navios, até para substituir os que forem ficando velhos?

C.C. — Exatamente. Isso é o mais importante. E não basta chegar a ter navios suficientes, que absorvam os 40% de nosso comércio de hoje. A meta e o li-

"A indústria naval, que já empregou 50 mil pessoas, está quase ociosa, emprega apenas 12 mil"

mite de 40% correspondem a números absolutos crescentes, hoje 80, amanhã US\$ 100 bilhões, porque o Brasil vai continuar aumentando suas exportações e importações. Já aí existe um aumento de demanda, uma necessidade de navios novos em função do crescimento meramente vegetativo de nosso comércio exterior. Temos, então, três fatores de crescimento de nossa frota mercante: primeiro fechar esse gap e alcançar os 40% a que temos direito; segundo, o crescimento vegetativo do comércio exterior brasileiro; terceiro, a substituição de navios, porque a vida útil de um navio é normalmente de 15

anos. Nos próximos dez anos, uma vez aprovada a Lei Salomão e também o projeto do deputado Carlos Santana sobre o financiamento da construção naval, os nossos armadores encomendarão no mínimo 20 navios novos por ano.

A indústria da construção naval tem o mesmo poder multiplicador que se atribui à indústria automobilística. Se ela pode criar 5 mil empregos diretos a cada navio encomendado, quantos empregos indiretos ela pode criar, já que vai comprar aço, peças e equipamentos?

C.C. — Dá para fazer uma projeção: para cada emprego direto, três empregos indiretos. Nós teríamos, ao todo, mais 200 mil pessoas empregadas. E não só no estado do Rio. Enganam-se aqueles que pensam que a construção naval só interessa ao estado do Rio de Janeiro. O Rio tem grande interesse, claro, porque é a maior indústria em seu território. Agora, a maior parte das indústrias de navieças, isto é, peças para navios, se localiza em São Paulo. A siderúrgica que fornece o aço naval é a Usiminas, em Minas Gerais. Numa economia em crise como a nossa, a geração de empregos num setor gera outros empregos em outros setores: se criarmos mais 40 mil empregos na construção naval, 40 mil famílias passarão a consumir mais e esse consumo criará outros empregos.

O Brasil já teve linhas de financiamento muito melhores que as que existem hoje e teve recursos para alimentar essas linhas. Do jeito como estamos atualmente, haveria recursos públicos ou privados para construir toda essa tonelagem de navios?

C.C. — Não. Por isso é que nós precisamos revitalizar o grande fornecedor de recursos para o sistema. O sistema de financiamento à construção naval no Brasil funciona baseado em duas siglas. Uma é o AFRM, um adicional aplicado sobre os fretes de importação. Cada carga importada paga um adicional proporcional ao frete. O valor desse adicional, até a Medida Provisória 158, do início do governo Collor era de 50% sobre o valor do frete. Esse é um núme-

ro que parece assustador. Mas, na verdade, o adicional não onerava muito. No custo final da mercadoria, o frete tem um peso muito pequeno, se considerarmos outros custos, impostos, armazenamento, taxa disso, taxa daquilo.

Há um estudo que decompõe todos os custos de uma mercadoria embarcada no exterior, na Europa, ou melhor, de um contêiner que tenha mercadorias no valor de US\$ 20 mil. Considerando que o frete corresponda a 10% disso, ou seja, US\$ 2 mil, e que o adicional, hoje reduzido a 25%, represente US\$ 500, essa mercadoria, se aplicarmos o imposto de importação, taxas aduaneiras e tudo o que incide sobre ela, chegará ao importador por US\$ 40 mil. Então, na realidade, o adicional de frete representa 1,2% desse conjunto. Se nós retornarmos ao adicional de 50% ele vai passar a representar 2 ou 2,3%.

Se as importações brasileiras chegarem de fato a US\$ 30 bilhões, teríamos US\$ 3 bilhões de fretes sujeitos a esse adicional, que vai financiar o Fundo de Marinha Mercante e a construção de novos navios. Aplicada a alíquota de 50% sobre esse total, teríamos uma geração de fundos da ordem de US\$ 1,5 bilhão por ano.

Isso dá para construir quantos navios?

C.C. — Se considerarmos que em média cada navio vai custar cerca de US\$ 50 milhões, daria para construir 30 navios por ano. Agora, na realidade, não alcançaremos esse patamar de US\$ 1,5 bilhão, porque há aí outro problema. O Brasil assinou muitos acordos bilaterais que isentam os outros países signatários do pagamento desse adicional. Essa é outra drenagem de dinheiro, outra distorção no sistema. Uma das coisas que o projeto do deputado Carlos Santana prevê é uma grande diminuição nessas isenções. Podemos imaginar, num cálculo otimista, que, em vez de US\$ 1,5 bilhão, cheguemos a US\$ 1 bilhão. Ora, dá para construir 20 navios. E esta não é a única receita do fundo. Outra receita é o regresso do dinheiro emprestado.

Esse dinheiro é emprestado a taxas de juros reais? Há países muito mais ricos que o Brasil que subsidiavam a construção naval.

C.C. — Esse é um fato. A construção naval e a Marinha Mercante, nos países marítimos de maneira geral, são subsidiadas de várias formas. Muitos subsídios são escondidos, mas todo mundo subsidia. O projeto do deputado Carlos Santana prevê juros reais, 6% para navios de longo curso e 4% para navios de cabotagem. O que pode ser considerado subsídio é uma pequena parcela que vai para uma conta escritural e retorna ao armador, a fim de amortizar pequenas parcelas de sua dívida.

Parece que nos Estados Unidos os subsídios podem chegar a 70% do preço de um navio.

C.C. — O que acontece é que os Estados Unidos têm, em primeiro lugar, aquele subsídio cruzado que é a bandeira de conveniência — o registro na Libé-

mo de US\$ 2,5 milhões. Se eu, aqui, recebesse US\$ 2,5 milhões do governo para cada navio em operação, eu construiria um navio por ano só com esse dinheiro.

Além do interesse na geração de divisas, que é a grande característica da Marinha Mercante, da indústria da navegação — o estaleiro gera empregos, o navio gera divisas —, a indústria da construção naval norte-americana sempre foi muito voltada para a Marinha de Guerra. Com o fim da Guerra Fria e a desativação militar correspondente, há uma desmobilização na indústria da construção naval bélica. E essa indústria precisa funcionar, para não aumentar o desemprego. O secretário dos Transportes dos Estados Unidos, que, aliás, tem nome latino e até abrigado, Frederico Pena, está apresentando ao Senado um plano de subsídios à construção naval, que eles acham que não pode ficar desprotegida. A indústria ocupa hoje 35 mil trabalhadores, e eles acham necessário subir para 60 mil.

Mas uma coisa que o governo americano faz é construir navios por conta própria. Como lá os custos são muito maiores, esses navios vão custar cerca de US\$ 100 milhões. Se fossem construídos na Coreia ou em outros países de mão-de-obra mais barata, custariam US\$ 30 milhões. Esses navios serão da Marinha de Guerra, navios tipo *roll-on roll-off*, facilmente adaptáveis a operações de guerra, para transportar carros de combate, por exemplo, e que atracam em pontos de poucos recursos. O que o governo norte-americano está propondo aos armadores é afretar esses navios por 15 anos, que é o tempo de utilização normal do navio, por um aluguel proporcional a 30 e não a US\$ 100 milhões. É uma forma cínica de fazer um subsídio e dizer que não é. O armador não vai comprar; vai apenas afretar o navio. Mas o afretamento é proporcional ao custo do navio e ele vai pagar apenas 30% disso. A única obrigação desse armador será, em caso de guerra, entregar o navio à Marinha, se ela precisar dele. Os Estados Unidos fazem isso em defesa de seu interesse nacional, e não vejo por que criticá-los por isso. Acho até que é um ótimo exemplo para ser seguido por outros países, em defesa do interesse nacional.

"Uma indústria que já empregou diretamente 50 mil pessoas na década de 70 e hoje emprega 12, 13 mil trabalhadores"

ria —, para reduzir salários, encargos e impostos. Já os navios que permanecem com a bandeira americana têm subsídios a sua construção e um subsídio também à operação. O armador americano chega à autoridade de Marinha Mercante e comprova ter gasto, ao longo do ano, tantos milhões de dólares, digamos US\$ 5 milhões, com a operação do navio: salários, combustíveis, alimentos, reparos etc. etc. Se esse navio estivesse sob bandeira liberiana, ele teria gasto apenas US\$ 3 milhões. Então, o governo dos Estados Unidos vai e dá a ele a diferença: US\$ 2 milhões. Esse subsídio tem, legalmente, o limite máxi-

SANTA CASA: o hospital que deu certo

Rio, março de 1993.

Três mil pessoas formam fila na rua Santa Luzia, Centro do Rio, para marcar uma consulta no Serviço de Cirurgia Plástica e Reconstructora. A clínica, de responsabilidade do professor Ivo Pitanguy, faz o cadastramento dos cerca de 1.500 pacientes que serão operados a partir de julho do ano seguinte. Muitos dormiram na fila, durante dois e até três dias. As cirurgias reparadoras são feitas gratuitamente e as estéticas têm preço reduzido. Ivo Pitanguy, um dos mais renomados cirurgiões plásticos do mundo, é chefe da 38ª enfermaria do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia, instituição filantrópica que mantém um serviço hospitalar modelo, num país onde o sistema de saúde sobressai por seus problemas crônicos.

Carlos Lopes

O Hospital Geral da Santa Casa é o mais antigo e tradicional do Rio de Janeiro, e o primeiro em ensino no estado. Sua característica básica é a assistência à população em geral, especialmente aos carentes (que não pagam consultas ou internação) e conveniados, a maioria através do sistema estatal de assistência médica. O curioso, especialmente no Brasil — onde as coisas mais simples tendem a apresentar as maiores dificuldades —, é que o serviço de atendimento funciona, e bem.

Diariamente, as 41 enfermarias têm cerca de duas mil internações, entre casos de cirurgia (60%) e clínica. O gerenciamento é feito por irmãos de caridade, que trabalham com dedicação integral. O atendimento ambulatorial não fica atrás. O balanço anual realizado em junho (1991-92) registra um total aproximado de 244 mil pessoas. O Hospital Geral realiza cerca de 250 partos por mês, além de vir se tornando um dos principais centros de atendimento a doentes de alto risco. Cerca

de 97% dos pacientes não pagam nada. Os clientes particulares, que são atendidos unicamente em quartos, pagam uma taxa flexível, cujo valor, em geral, eles mesmos definem.

O quadro médico é uma galeria de notáveis, e nas chefias de enfermaria, que são cargos vitalícios, estão alguns dos maiores nomes da medicina brasi-

leira (*ver quadro*). Os médicos não têm contrato com a instituição, e trabalham gratuitamente. O vínculo entre o profissional e a Santa Casa já produziu uma mística, consagrada nas antigas e sólidas instalações do prédio.

“É uma relação de amor”, define o diretor-geral do hospital, o gastroenterologista José Galvão Alves, “uma coisa que não se perde”. Ele alinha muitos fatores para justificar a atração exercida pela Santa Casa: “O profissional tem um ganho social, quando incorpora importante referência curricular, convive com grandes nomes e tem uma renovação de conhecimento constante.”

Se o hospital não visa lucro, o médico também não, já que trabalha sem contrato. Isso talvez explique um pouco o sucesso do atendimento. José Galvão lembra casos emblemáticos de dedicação profissional, num centro onde não pode haver a cobrança de presença, pois não existe contrato: “O professor Nicola Caminha é considerado o pai da radiologia brasileira. Está aposentado de todos os empregos, mas trabalha diariamente aqui.” Outro exemplo é o de Paulo Niemeyer Soares, um precursor na neurocirurgia, que, além de provedor-



É enorme a afluência de pessoas na fila para fazer uma cirurgia reparadora gratuita

:ASA CASA

geral (responsável civil e criminal) da Santa Casa, ainda opera doentes carentes lá.

José Galvão Alves classifica o hospital como filantrópico, "principalmente no atendimento ao pobre", mas com características de instituição particular, "à medida que tem total liberdade para decidir os seus destinos". Por outro lado, tem também o perfil de instituição ligada ao governo, já que mantém convênios com a União, estado e município, além de atender ao funcionalismo público. Em meio a telefonemas com pedidos de internação e checagem de leitos vagos em cada uma das enfermarias, Galvão Alves garante: "O Hospital Geral faz o melhor, dentro da realidade brasileira."

E dentro dessa realidade, a assistência hospitalar dificilmente pode alcançar uma situação confortável. O diretor diz que a instituição recebe dos órgãos federais o mesmo tratamento dado aos estabelecimentos privados. Para Dahas Zarur, o tratamento é ainda in-

André Louzeiro



Cerca de 97% dos pacientes não pagam nada pelos serviços médicos

Uma galeria de notáveis

Enfermaria	Especialidade	Chefe
1ª	oftalmologia	Carlos A. Paiva Gonçalves Filho
2ª	clínica médica	Murilo Bastos Belchior
3ª	hematologia	H. Monteiro Marinho
4ª/20ª	clínica médica	Clementino Fraga Filho
6ª	cardiologia	Cantídio Drumond Netto
7ª	clínica médica	Mario Monjardim Castelo Branco
8ª	hepatologia	Thomaz Figueiredo Mendes
9ª	clínica médica	Eduardo Lopes Pontes
10ª	cirurgia geral	Eudorico Rocha Júnior
11ª	cirurgia de mão	Henrique Bulcão
12ª	neurocirurgia	Paulo Niemeyer Soares Filho
13ª	cirurgia geral	Augusto Paulino Neto
14ª	urologia	Geraldo Terreri
15ª	cirurgia geral	José Carlos Vinhões
16ª/24ª	cirurgia geral	Mariano de Andrade
17ª	cirurgia geral	Elias Celem Antônio
18ª	clínica médica	Pedro A. Costa Couto
19ª	ortopedia	Lúcio Glauco Pinto
22ª	clínica médica	Nelson Passarelli
25ª	clínica médica	Lafayette Percira
27ª/33ª	obstetrícia	Jorge Resende
28ª	ginecologia	Alkindar Soares
29ª	ginecologia	Gérson do Lago
30ª/31ª	cirurgia geral	Jonas Grant Ramos
32ª	cirurgia de tórax	Osmar Freire de Siqueira
34ª	neurologia	Benedito Mettre
37ª	nefrologia	André Aguiar
38ª	cirurgia plástica	Ivo Pitanguy
41ª	pneumologia	Claudio Malet Zarur

AMBULATÓRIOS

Laboratório de Citologia	José Barcelos
Instituto de Patologia Clínica	Manoel Barretto Netto
Endocrinologia	João Gabriel
Angiologia	Ney de Almeida Mello
Banco de Sangue	João Carlos Till
Laboratório Central	Ricardo Granato
Radiologia	Nicola Casal Caminha
Odontologia	Florianio Zarur
Psicossomática	Abram Eksterman
Instituto de Gastroenterologia	José Galvão Ales
Centro de Tratamento Intensivo	Marcos Knibell
Reumatologia	Washington Bianchi
Psiquiatria	Jorge Alberto Costa e Silva

ferior ao recebido pelos órgãos particulares. "Isso é uma grande injustiça", reclama Galvão, acrescentando que a Santa Casa tem tudo para ser um hospital de excelência: "Aqui estão os maiores grupos de neurocirurgia, de cirurgia plástica, cirurgia geral e anatomia patológica. Em termos institucionais, são grupos de excelência."

Na reunião ministerial do dia 24 de abril, em que foi anunciado um programa de estabilização econômica e de retomada do crescimento, o presidente Itamar Franco incluiu uma proposta de apoio às santas casas. É medida urgente de alta prioridade.

Segundo Galvão, o mais difícil – a formação profissional – é encaminhado corretamente. "Falta o que o dinheiro compra, ou seja, equipamentos etc.", diz. Ele lembra da necessidade de assistência médica acompanhar os avanços tecnológicos, mas lamenta que a ausência de recursos torne inacessíveis os equipamentos de última geração. Apesar disso a Santa Casa encontra-se à frente em setores médicos como o Centro de Tratamento Intensivo (CTI), os serviços de nefrologia, oftalmologia, obstetrícia e pneumologia, além das cirurgias de mão.

O diretor destaca que é estimulando um trabalho como o da Santa Casa que o país poderá obter novos parceiros interessados no aperfeiçoamento dos serviços de assistência médica. "Sem incentivos, quem irá investir?", pergunta.

Um hospital de ensino – A medicina transita pelos imensos corredores da Santa Casa da Misericórdia. Além de todos os diretamente envolvidos no

A Santa Casa da Misericórdia foi fundada em 1582 pelo padre José de Anchieta para socorrer a tripulação de uma esquadra espanhola, que chegou ao Rio atacada pela peste. As primeiras instalações foram palhoças montadas para atender aos tripulantes.

Sua história é parte da história do país. Foi a instituição que pagou os serviços do advogado José Gomes Fagundes, que defendeu em juízo o alferes Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes – das acusações que o levaram à forca. O resultado do julgamento não tira o mérito da de-

fesa, pois a sentença era sabida de antemão.

Hoje, as santas casas são irmandades independentes, espalhadas por todo o país (a primeira surgiu em Lisboa em 1498). No Rio, conta com cinco hospitais (1.750 leitos), três educandários e um centro de repouso, o que leva o diretor-geral da instituição, o acadêmico Dahas Zarur, a dizer que "o atendimento começa na pediatria e vai até a geriatria". Pioneira na área funerária, administra 13 cemitérios na cidade. Ao todo, são 180 departamentos, onde atuam mais de três mil funcionários.

Apesar da imensa

estrutura, a Santa Casa é uma irmandade pequena, cujos membros são eleitos a cada três anos. Dahas Zarur explica que a entrada de irmãos – que não recebem remuneração pelo trabalho – é filtrada, para não haver distorções. Com bom humor, define assim o espírito de austeridade: "Um irmão doente vai para a enfermaria comum, morre teso e tem um enterro de última categoria."

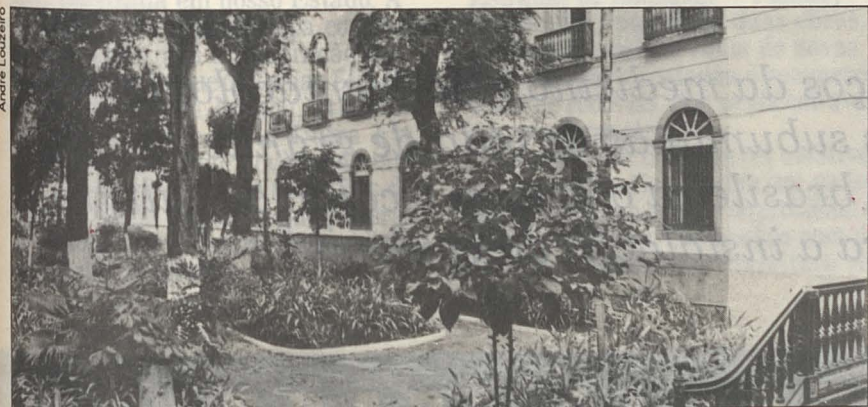
Embora tenha sido criada sob o símbolo da cruz, a Santa Casa não discrimina qualquer credo religioso. "Só tem um preconceito", acrescenta Zarur: "É totalmente apolítica."

atendimento hospitalar, circulam diariamente pelo prédio cerca de dois mil estudantes, de uma série de cursos que acontecem ali dentro.

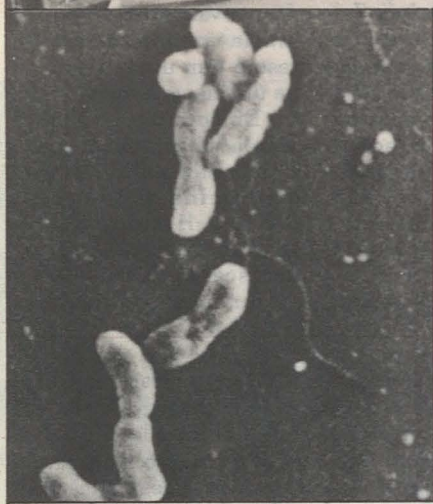
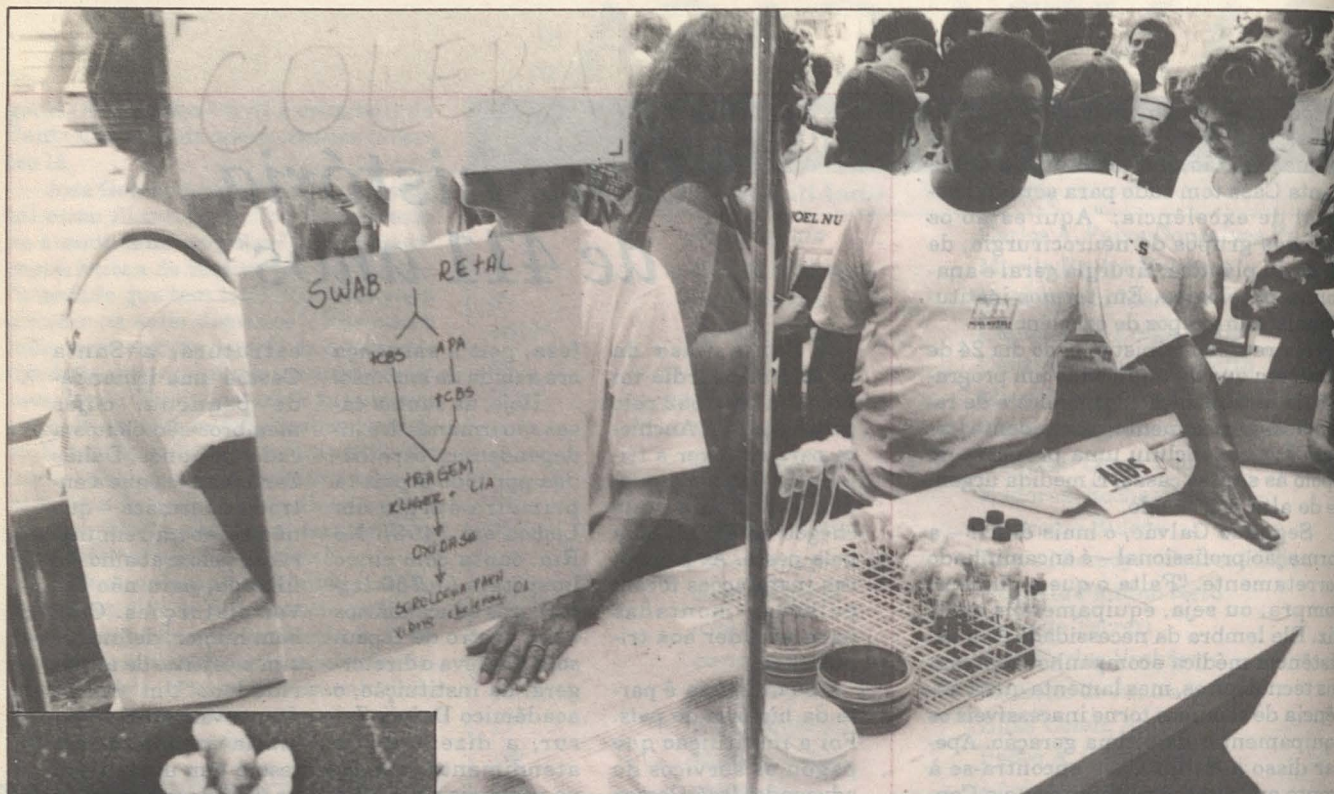
A partir de convênios com universi-

dades particulares, o Hospital Geral oferece dois cursos de graduação, desenvolvendo em suas instalações toda a parte prática da formação médica, da terceira à sexta série. A residência médica, coordenada pelo professor Manoel Barreto Netto, é credenciada pelo Ministério da Educação, sendo uma das mais importantes do Brasil. O que leva o diretor-geral da instituição, Dahas Zarur, a dizer que "todo o país tem médicos recebidos pela Santa Casa".

Além da residência, quatro cursos de pós-graduação da PUC são ali ministrados, ao lado da pós-graduação da própria Santa Casa. O ensino, como destaca José Galvão Alves, "exige antes de tudo a boa assistência médica, garantindo uma grande liberdade de ciência". Galvão lembra ainda uma infinidade de cursos extracurriculares: "É a instituição que mais promove cursos no Rio", afirma.



A Santa Casa é o mais antigo e tradicional Hospital Geral do Rio de Janeiro



Dois anos de cólera no Brasil

Apesar dos avanços da medicina e da farmacologia, as condições subumanas de vida de grande parte da população brasileira oferecem o caldo de cultura ideal para a instalação da epidemia.

Lacy Barca

OLHA A LINHA VERMELHA CHEGANDO NA BAIXADA



Av. Brasil: congestionamentos, poluição, um inferno diário para milhões de pessoas. Isso não poderia durar para sempre. E a solução já tinha um nome: Linha Vermelha. Faltava, porém, empenho, vontade política, criatividade. Há dois anos esse quadro começou a mudar. A Linha Vermelha, finalmente, saiu do papel. E sua primeira etapa, com 7km de extensão, já está aí, pronta e funcionando, ligando a Ilha do Governador ao Centro da cidade.

Daqui a seis meses, ela estará chegando na Baixada e aí, então, milhões de trabalhadores vão sentir no seu dia-a-dia os benefícios da mais importante obra viária dos últimos 20 anos realizada em nosso Estado. A conclusão desta segunda etapa, com mais 14,2km, permitirá a integração dos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu, através dos trevos sobre a Via Dutra e a Rio-Petrópolis. Este novo anel viário irá beneficiar cerca de 8 milhões de moradores da Baixada, que poderão se deslocar até o Centro Metropolitano em apenas 20 minutos.

A obra da Linha Vermelha tem sido muito diferente das obras públicas brasileiras. Todos os prazos são rigorosamente cumpridos e o custo, na primeira etapa, ficou 12% menor do que o previsto.

Mas se até junho de 91 a Linha Vermelha ainda estava no papel, havia outra grande obra que, pela degradação das suas estruturas, corria o risco de sobreviver apenas em fotos e desenhos: o Elevado do Joá, hoje totalmente recuperado, com novas camadas de concreto e reforço estrutural. Para restaurar os 1.700 metros do Elevado, foram aplicados 20 milhões de dólares.

A Fundação Departamento de Estradas de Rodagem — Funderj —, responsável por essas duas obras, construiu também 70km de novas estradas pavimentadas e recuperou 60km de rodovias, que se encontravam em estado precário.

Na área de transportes coletivos, o Governo do Estado deu um passo definitivo para a solução do problema da dívida do Metrô. Um acordo com o Governo Federal e a Prefeitura vai

permitir que o município receba o Metrô livre de dívidas e o Governo do Estado assumirá o controle do serviço de trens urbanos, com financiamento do Banco Mundial para reequipá-los e modernizá-los completamente.

A CTC, que havia sido desativada pela administração anterior, renasceu. Ela já opera 27 linhas urbanas, recebeu 181 ônibus a gás e 50 articulados, de grande capacidade, para operar em corredores expressos.

Foram implantados e distribuídos os passes do idoso e do deficiente físico, beneficiando 160 mil pessoas em todo o Estado.

O buraco do Metrô da Rua Xavier da Silveira, em Copacabana, que estava ameaçando a estrutura dos prédios vizinhos, transformou-se numa garagem subterrânea.

Essa é a verdade. E a verdade, cedo ou tarde, sempre aparece.



A VERDADE SEMPRE APARECE.

O cinturão de miséria que cerca grande parcela da população latino-americana é responsável pela volta, neste final de século, de doenças que atingiram o homem desde o início da civilização: malária, leishmaniose, tuberculose, hanseníase e cólera.

Países de renda média baixa como Brasil, México, Colômbia, Venezuela, além de algumas nações asiáticas e poucas africanas, passam por um processo semelhante do ponto de vista epidemiológico. Trata-se de uma transição, segundo Paulo Buss, vice-presidente de Ensino e Informação da Fundação Oswaldo Cruz, uma das principais instituições de pesquisa em saúde do Brasil. A transição se caracteriza pela convivência das doenças da miséria — que atingem com mais intensidade as camadas populares — com as chamadas doenças da civilização, crônico-degenerativas, como cardio e cérebro-vasculares (infartos e derrames), os neoplasmas (cânceres) e as doenças externas, causadas pela violência, como acidentes de trânsito e homicídios.

“Hoje, os males da civilização são a primeira causa de morte entre pessoas de cinco a 39 anos. E, entre os homens, na faixa de 15 a 44 anos, é o homicídio que mata mais no Brasil”, revela o especialista. Para ele, “essa é a verdadeira epidemia dos anos 90”.

Sucessão de crises — O quadro de saúde do brasileiro foi agravado pela deterioração econômica, ética e de legitimidade do poder político, na opinião de Paulo Buss. “Na década de 80, o Brasil passa por diversas crises. Primeiro a de legitimidade da ditadura, em seguida a crise econômica, com recessão, desemprego, concentração brutal de renda. Elas se acompanham de uma queda nos investimentos em saúde e saneamento.”

Assim, ressurgem a malária, tuberculose, hanseníase, leishmaniose e o cólera. Paulo Buss afirma que “o cólera é um vibrião vagabundo”, que prolifera onde faltam condições adequadas de higiene, pois se transmite por contato oral-fecal. “A doença é considerada como um dos patamares civilizatórios mais baixos: só quando a civilização atinge os piores níveis sanitários é que ela se instala como epidemia” — acrescenta o pesquisador.

No Brasil, tudo indica que a epidemia veio para ficar. Erradicado do país desde o século passado (ver quadro), o *Vibrio cholerae*, agente transmissor da doença, cruzou de novo a fronteira brasileira com a Colômbia, em abril de 1991, como passageiro clandestino de embarcações fluviais da Amazônia. Em seu avanço, o vibrião enfrentou todas as barreiras sanitárias montadas para detê-lo, desde fevereiro, quando surgi-

ram os primeiros casos em Chimbote, no Peru. Em dois anos, já atingiu quase 50 mil pessoas e colocou em evidência o descaso governamental com a infraestrutura sanitária.

Esgoto a céu aberto — Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram o tamanho do problema. Apenas 1% dos 4.425 municípios do país possuem estações de tratamento de esgotos, fator essencial para evitar a disseminação do cólera, através das fezes humanas. No Norte e Nordeste, onde a doença faz o maior número de vítimas, as condições são ainda mais alarmantes. Dos 298 municípios do Norte, apenas sete possuem algum tipo de tratamento de esgoto, sendo que só dois têm estações de tratamento. No Nordeste, dos 1.461 municípios, somente 50 tratam seus esgotos e são cinco as estações de tratamento.

Há estados que não têm nenhuma estação de tratamento, como Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Roraima, Acre, Amazonas, Rondônia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. A pesquisa não considera a área de abrangência das estações, mas apenas sua existência. Assim, alguns municípios são atendidos apenas parcialmente pelas estações, como ocorre nas grandes metrópoles, que convivem com regiões periféricas onde a vala negra é o meio de esgotamento mais conhecido. Rio de Janeiro e São Paulo são exemplos típicos, onde a velocidade de proliferação de favelas não ligadas a redes de esgotos abre um campo fértil para a instalação permanente do cólera.

Água de beber — A qualidade da água tem importante papel para evitar a disseminação da doença. O presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), João Alberto Viol, também cita dados do IBGE: “Somente 2/3 da população brasileira são atendidos por sistemas públicos de abaste-



Na periferia das grandes cidades, a vala negra é o sistema de esgoto mais conhecido

OLHA A ÁGUA DO GUANDU CHEGANDO PARA 2 MILHÕES DE PESSOAS.



Há 30 anos, foi inaugurado o sistema de abastecimento de água do Guandu. Era a “obra do século”, que deixaria o Rio de Janeiro sem problemas até o ano 2.000. A população cresceu, o consumo aumentou e, por isso, muitas torneiras andam secas e muita gente não conta sequer com água encanada.

O Governo do Estado, a partir de 91, passou a enfrentar este desafio com seriedade, e está investindo mais de 100 milhões de dólares para ampliar a capacidade do Guandu em mais 7 mil litros por segundo, levando 604 milhões de litros de água, todo dia, para 2 milhões de pessoas na Baixada, na Zona Oeste, além de reforçar o abastecimento na área da Leopoldina.

Água limpa e esgotos são direitos da população e fatores de saúde pública. E o Governo do Estado não poupa investimentos neste setor. Em São Gonçalo, estão sendo implantados 80 quilômetros de rede de esgotos, eliminando as valas negras em diversos bairros, que somam uma população de mais de 100 mil pessoas. Outros 55 mil moradores de 21 comunidades faveladas estão recebendo redes de água e esgoto da Cedae.

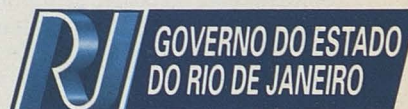
A desobstrução dos rios e valões foi retomada. A Serla reativou as frentes de trabalho — moradores da própria comunidade foram contratados para limpar as valas.

O programa Reconstrução Rio, com recursos do Banco Mundial,

foi reiniciado e está dragando rios e canais na periferia da cidade, na área metropolitana e reassentando as famílias que vivem precariamente às suas margens.

Recuperar o que foi abandonado, ampliar o que já existia e enfrentar as novas necessidades em matéria de saneamento em um grande Estado como o nosso são um desafio que muita gente não percebe, mas nem por isso é menos importante.

Essa é a verdade. E a verdade cedo ou tarde, sempre aparece.



A VERDADE SEMPRE APARECE.



cimento, o que significa dispor de água convenientemente tratada."

Segundo Viol, "o Brasil não trabalha com planejamento de médio a longo prazo. Quando acontece uma epidemia, é preciso correr, usando a criatividade e o potencial técnico de que dispomos para apagar o incêndio".

O presidente da Abes defende a adoção de um programa nacional emergencial de saneamento. Ele lembra que, desde 1990, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei para criar o Sistema Nacional de Saneamento, disciplinando as ações do governo quanto à

aplicação de recursos no tratamento de água e esgotos. Ele estima em 25 bilhões de dólares os recursos necessários para abastecer 95% da população com água de boa qualidade e tratar 70% dos esgotos.

João Alberto Viol reconhece que é muito dinheiro, mas rebate com dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), do Ministério do Planejamento: "O Brasil gasta 2,5 bilhões de dólares anuais com o tratamento de doenças motivadas pela falta de saneamento." E acrescenta: "É importante deixar de fazer a política da doença e passar a fazer uma política de vida. Os recursos precisam ser bem aplicados, pois o saneamento não pode ficar a reboque de surtos epidêmicos."

Não tenha medo. Tenha cuidado. Ainda que o governo decidisse investir o necessário para dotar toda a população brasileira de boa água e esgotos, as obras não estariam prontas a tempo de barrar o avanço da epidemia. De acordo com o vice-presidente da Comissão Nacional de Combate ao Cólera do Ministério da Saúde, José do Vale, mesmo com investimentos pesados, "a realidade

O cólera no mundo

Desde a Antiguidade, o cólera está presente na parte oriental da Índia. Eventualmente, difundiu-se para o leste, atingindo a Birmânia e a China. Antes do século XX têm-se notícia de cinco epidemias de alcance mundial, as chamadas pandemias, causadas pela bactéria clássica da doença, o *Vibrio cholerae*.

A sexta pandemia ocorreu no início deste século, entre 1899 e 1923, e provocou surtos severos na Ásia e epidemias limitadas na África e Europa, sem atingir o continente americano.

Em 1961, teve início a epidemia atual que se iniciou com novo foco nas Ilhas Celebes, na Ásia, espalhou-se pelo Sudeste Asiático, atingindo Indonésia, Filipinas, China, Malásia, Tailândia, Camboja, Vietnã, Paquistão Oriental e Bangladesh. Em 1965, começou a espalhar-se para Oeste, invadindo a África, em 1970 e chegando à Europa em 1971. Ao contrário das anteriores, desta vez é a bactéria El Tor a causadora da doença.

No século passado, o Brasil sofreu duas grandes epidemias de cólera. A primeira desembarcou em Belém do

Pará, em 1855, trazida pela galera portuguesa *Defensor*. Em pouco tempo atingiu Amazonas e Maranhão. Depois alcançou o porto de Salvador e estendeu-se pela Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Em seguida foi a vez do porto do Rio de Janeiro, de onde chegou a São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Belém, atingiu cerca de 14 mil pessoas e matou 867. No Rio, morreram 4.828 pessoas. Em 1858, foi considerada extinta. Em 1893, teve início a segunda grande epidemia. A doença reapareceu em São Paulo, trazida por imigrantes italianos. Atingiu duramente a capital e, no ano seguinte, espalhou-se pelo Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Após meio século de cólera, o Brasil aprendeu a lidar com a doença, mas os ensinamentos terminaram por ser esquecidos e a vigilância sanitária foi afrouxada depois de 1925, quando foi declarado o fim da sexta pandemia.

SAÚDE

CÓLERA

de de saneamento se modificará mais lentamente do que o curso da epidemia". Por isto, afirma que é essencial alertar as pessoas para evitar o contágio.

As ações da comissão, no momento em que a epidemia se alastra especialmente no Nordeste, concentram-se, segundo José do Vale, em quatro pontos: "O tratamento do doente; a informação e a educação para prevenir; proteção da atividade econômica nas áreas afetadas; e um cuidado para não discriminar as populações pobres, entre as quais o mal se propaga com maior facilidade."

Ele acredita que o cólera ajuda a acender o debate sobre as condições de vida e moradia da população. "É uma oportunidade para discutirmos nossos problemas estruturais de maneira séria, como estamos discutindo a questão da fome. Também temos que encerrar a qualidade de vida e da saúde."

Resgate da cidadania – Além de contribuir com vários tijolos para a possibilidade de construção de um Brasil mais justo, a epidemia de cólera traz outras consequências do ponto de vista de saúde pública. Segundo José do Vale, "a doença trouxe o aumento da vigilância epidemiológica das diarreias que matam 45 mil pessoas por ano e são responsáveis por 30% da mortalidade infantil. Somente no ano passado, um



O cólera voltou à Vila Juaniza, onde foi registrado o primeiro caso no Rio

milhão de pessoas foram internadas com diarreia, o que significou uma despesa de 114 milhões de dólares para o governo".

O Nordeste, com o maior número de casos de cólera, é também o campeão de diarreias. Entre as internações de 1992, 41,2% se deram naquela região, principalmente no litoral, da mesma forma como avança a atual epidemia. O vice-presidente da Comissão Nacional

de Combate ao Cólera tem uma explicação: "O eixo da doença está na oferta de água. A seca tira do sertão o camponês que não é proprietário da terra e lança-o na periferia das cidades, no litoral. Desnutrido e lutando pela sobrevivência imediata, sem qualquer cuidado com a higiene, é o primeiro candidato a engrossar as estatísticas da epidemia." A comissão trabalha com a hipótese de que "se chover no Nordeste, o cólera pode

Como age o vibrião

O cólera não é necessariamente mortal. Sem tratamento adequado, o doente pode morrer em poucas horas, devido à severa desidratação que o vibrião provoca – pode-se perder até 20 litros de água em um dia. Mas o tratamento é fácil, rápido e barato.

Entre as bactérias da espécie *Vibrio cholerae*, duas "raças" clássicas podem causar a doença: El Tor e Louisiana. O vibrião clássico, isolado por Kock, no Egito, foi responsável por todas as pandemias anteriores. O El Tor foi descoberto em 1905, numa península do Sinai. O vibrião Louisiana causou um surto nos EUA em

1978. A variedade El Tor resiste mais tempo no meio ambiente.

A bactéria entra no corpo pela boca e vai se fixar nas células do duodeno, durante o início da infecção. Passa, então, a multiplicar-se, dobrando de número a cada 20 minutos, e forra as paredes do intestino delgado. Ao tomar o intestino, a bactéria libera a toxina colérica, responsável pela diarreia apresentada pelos doentes.

O desenvolvimento do cólera depende da quantidade de vibriões ingerida, da higidez do aparelho digestivo, de fatores imunológicos e da distribuição de receptores para a toxina nas células do intestino delgado.

Numa pessoa sadia, são necessários de 100 mil a um milhão de vibriões para causar a doença.

A única vacina hoje disponível contra o cólera é composta de vibriões inativados pelo calor. Ela tem entre 50 e 60% de eficiência e protege as pessoas por um período de seis meses, sem reduzir as taxas de infecção assintomática. Mas a Organização Mundial de Saúde não aconselha a vacinação em massa quando ocorre epidemia, porque a vacina dá um falso sentimento de segurança. Ao mesmo tempo, é mais barato fazer chegar água de boa qualidade à população do que promover a vacinação maciça.

Colera: termômetro

atingir o interior, mas caso a seca permaneça em 1994, ela deverá continuar no litoral, em grande intensidade".

José do Vale não acredita na permanência da doença no Brasil, como endemia, por tempo indeterminado, pois "a epidemia já esteve em países africanos em condições sanitárias piores do que as nossas e desapareceu. Além disso, em nenhuma das pandemias anteriores ela permaneceu fora de seu nicho ecológico, na Índia".

Tudo indica que teremos que conviver com a epidemia na América Latina durante os próximos cinco anos. E a vacina mais importante, na opinião de José do Vale, é a informação. É preciso que a população tenha consciência de que somente os cuidados de higiene, especialmente com a água, são capazes de deter a infecção. Ele ressalta, ainda, a urgência de se resgatar na sociedade a solidariedade com as populações carentes, sem discriminá-las como disseminadoras da doença. "Muitas vezes as pessoas não procuram atendimento porque

têm medo do estigma do cólera. O povo tem dignidade e é preciso respeitá-la."

O presidente da Abes, João Alberto Viol, concorda. Para ele "a população marginalizada em termos de saneamento precisa se organizar e cobrar providências das autoridades. É preciso garantir às comunidades carentes pelo menos o acesso a pontos de água confiáveis perto dos locais onde residem".

Casos de descaso - O primeiro caso de cólera no Rio de Janeiro, em novembro de 1991, provocou repercussão e pânico. O soldado Mauro Nei Maciel Martins servia no 2º Batalhão Especial de Fronteiras, em Boa Vista, Roraima e contraiu a doença na época em que veio passar férias no Rio. Chegou com sintomas e precedido por um aviso das autoridades sanitárias de Rondônia no sentido de que procurasse o hospital. Agentes do Centro Municipal de Saúde Neker Pinto, da Ilha do Governador, estiveram em casa de suas irmãs, na favela Vila

Juaniza, e o soldado foi atendido no Hospital Municipal Paulino Werneck e mais tarde transferido para o Hospital Central do Exército.

Enquanto recebia atendimento, técnicos da Feema e da Cedae examinaram todos os canos d'água, coletaram amostras nas valas negras da favela e interditaram as praias onde elas deságuam. A imprensa acampou em peso em frente à casa da família do soldado.

A comunidade ameaçou linchar Mauro Nei, caso ele voltasse à favela. Sua irmã, apontada como "a mulher do cólera", foi despedida do emprego e seu sobrinho de nove anos chegou a ser impedido de fazer provas na escola. Embora o vibrião tenha sido encontrado na caixa de esgotos em frente a casa, não contaminou o ambiente e não ocorreram outros casos de cólera na comunidade. Aos poucos, todo o circo foi desmontado.

Cerca de um ano e meio mais tarde, em meados de abril último, um novo caso de cólera surge em Vila Juaniza. A cozinheira Irani de Jesus foi atendida no mesmo Centro Municipal de Saúde Neker Pinto. Quando os exames confirmaram a doença e a vigilância epidemiológica foi avisada, ela já estava novamente em casa, um barraco de madeira, com dois cômodos, sem banheiro, elevado meio metro sobre a vala negra que cruza o terreno. O companheiro de Irani, Valdemir Romualdo, foi submetido a exames, mas não acredita que possa pegar a doença: "Se a tal da cólera bateu aqui, eu já acabei com ela, porque tô tomando seis doses de branquinha por dia. É a melhor receita."

Desta vez não houve estardalhaço. Nem mesmo a moradora do barraco em frente, a lavadeira Iracy Maria da Silva, ficou sabendo que a vizinha estava com cólera.

Para o Presidente da Associação de Moradores de Vila Juaniza, João Herculano da Silva, "até agora não fizeram nada por esse pessoal. O cara que mora num local desses é porque precisa, não tem como pagar aluguel em outro lugar".

As 12 mil famílias de Vila Juaniza, bem como a maior parte da população da periferia das cidades brasileiras, continuam a conviver com esgotos a céu aberto, onde mergulham, em diversos pontos, os raros canos de abastecimento d'água.

Miséria e tecnologia

Em toda a América Latina o diagnóstico é feito pelo método clássico, um processo bacteriológico de isolamento e caracterização do microorganismo. É confiável, mas lento, os resultados aparecem no mínimo em 48 e no máximo em 72 horas.

No Rio, duas equipes vêm trabalhando no desenvolvimento de métodos mais rápidos e precisos para detectar a presença do vibrião nas pessoas e no meio ambiente. Com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Faperj, o Laboratório Central Noel Nutels, hoje responsável pelo diagnóstico de todos os casos de cólera no estado, vai testar, durante um ano, os novos métodos.

Um deles foi desenvolvido por pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj e baseia-se na aglutinação rápida da bactéria, em presença de um reagente. Os resultados aparecem entre seis a 24 horas.

Testes semelhantes estão disponíveis no mercado internacional em kits comerciais desenvolvidos nos Estados Unidos e no Japão. Mas são extremamente caros.

Pesquisadores do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Fundação Oswaldo Cruz trabalham na identificação, por Biologia Molecular, da presença da toxina colérica no vibrião. O teste baseia-se na amplificação do código genético da bactéria e em menos de 24 horas pode detectar quantidades muito pequenas do agente causador do cólera.

Na opinião do diretor do Laboratório Central Noel Nutels, Oscar Berro, os dois métodos são extremamente promissores e os estudos a serem realizados durante um ano, no decorrer do projeto apoiado pela Faperj, poderão determinar em que fase da epidemia cada um dos métodos de diagnóstico será mais adequado.

MONTE SUA BIBLIOTECA, INTEIRAMENTE GRÁTIS!

Apresente, todos os meses, 3 pessoas para conhecerem "cadernos". Podem ser seus amigos(as), alunos(as), professores(as), colegas de curso ou trabalho. O importante é que sejam pessoas que vão gostar de "ler a nossa diferença".

COMO FUNCIONA E COMO VOCÊ GANHA.

As pessoas indicadas receberão 1 exemplar (de arquivo) da revista. Para cada uma que tornar-se assinante você ganha 1 livro de sua escolha, dentre os livros brinde do mês.

BRINDES DO MÊS



INDICAÇÕES:

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:

() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:

() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:

() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

REMETENTE

Se dentro de até 3 meses algum indicado tornar-se assinante, desejo como brinde, pela ordem:

Código do brinde

1º () 2º () 3º ()

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
Cep: Tel.:
Profissão:

☐ Sou leitor de bancas

☐ Sou assinante de cadernos

Data: ____/____/____

Assinatura do remetente

IMPORTANTE:

- 1- No caso de duplicidade de indicados prevalece a primeira. Após o prazo, será considerada como indicação, a do 2º remetente
- 2- Com a finalidade de aumentar a probabilidade de assinatura, o remetente pode mandar mais nomes em relação anexa.

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda. - Depto de assinaturas
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20241-180
Fax: (021) 252-8455

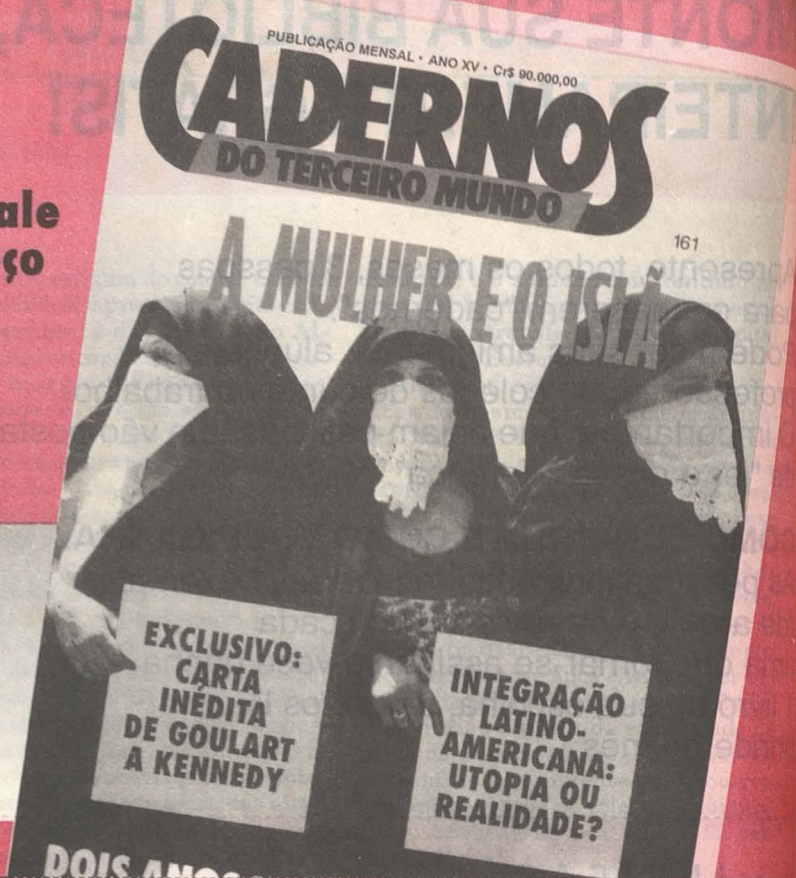
ASSINE

Aqui sua assinatura vale mais pelo mesmo preço

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

PROMOÇÃO
ESPECIAL

Desconto de 20%
para pagamento
à vista



PREÇOS E FORMAS DE PAGAMENTO

TIPOS DE ASSINATURA	À VISTA: 20% de desconto	PARCELADO: Pagamento Cheque Nominal
1 ANO	A Cr\$ 864.000,00	B 1 cheque de Cr\$ 1.080.000,00 para 30 dias
2 ANOS	C Cr\$ 1.728.000,00	D 2 cheques de Cr\$ 1.080.000,00 para 30/60 dias

No pagamento a prazo, o(s) cheque(s) só será(ão) depositado(s) em 30 ou 60 dias. O reembolso postal acompanha o critério.

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

CADERNOS

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
Depto. de Assinaturas
PEÇA TAMBÉM PELOS TES (021) 252-7440/232-3372
OU PELO FAX (021) 252-8455
Após a validade cobraremos preços atualizados

MEU PEDIDO DE ASSINATURA

CADERNOS

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Minha opção de assinatura é: (A) (B) (C) (D)

Estou efetuando o pagamento por:

- ☐ Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.
☐ Por telefone
☐ Reembolso Postal
☐ Vale Postal Ag. Lapa
☐ De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão

de crédito: _____, que tem validade até ____/____/____
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____/____/____ Comprador

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 01/06/93

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

CONVIVENDO COM O SEMI-ÁRIDO

Uma perspectiva agroecológica no Nordeste



EDUCAÇÃO

Projeto pioneiro
leva policiais
do Rio à
Universidade

Página 6

FOME

As idéias de Josué
de Castro se mantêm
atuais aos 20 anos
de sua morte

Página 9

ÁFRICA

Onze países
se unem para
combater a
cegueira

Página 10



Caatinga: aprendendo a viver com o semi-árido

Organização não-governamental trabalha com a educação de crianças e adultos dentro de uma perspectiva agroecológica pioneira no Nordeste

Maria Luiza Borges

Maria Silva Torres costumava caminhar até nove quilômetros para buscar água. Morando no Sertão do Araripe, em Pernambuco, uma das regiões mais secas do país, ela não teria muitas alternativas para conse-

guir abastecer sua família de sete pessoas. Isso até o seu marido, Abidísio, começar a construir um barreiro (reservatório de água muito comum no Nordeste). Sendo uma família de pequenos proprietários, eles dificilmente poderiam pagar trabalhadores para construir um reservatório tradicional, mas aprenderam a fazer um

barreiro-trincheira, mais fundo e mais estreito que os convencionais, e atualmente conseguem conservar água nos fundos da casa.

O barreiro-trincheira é uma das tecnologias desenvolvidas por uma organização não-governamental chamada Caatinga (Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas), que tem sua sede em Ouricuri, município a 630 quilômetros do Recife. Os técnicos do Caatinga perceberam que é a mão-de-obra o que mais encarece a construção de reservatórios. Para escavar um barreiro largo, não é possível lançar os detritos para

uma única margem. Dessa forma, seria preciso usar carros-de-mão ou pa-diolas para concentrar o material em apenas um dos lados.

"Se o barreiro tiver até três metros de largura, é possível ser cavado por apenas duas ou três pessoas", explica o técnico agrícola Hermes Monteiro, responsável pelo projeto. Outras vantagens do barreiro — que tem a forma de trincheira — são a sua profundidade (superior a quatro metros) e a sua divisão em compartimentos. Isso, além de reduzir a evaporação, permite que a água seja utilizada aos poucos. À medida que os compartimentos forem secando, pode-se retirar a lama, que serve de meio de cultura para bactérias. Segundo Hermes Monteiro, existem atualmente 31 barreiros desse tipo em construção na cidade de Ouricuri.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

"Nossa proposta é fornecer alternativas de sobrevivência no semi-árido para o pequeno produtor", explica o biólogo Maurício Aroucha, coordenador do Caatinga. Aroucha participa

O pequeno produtor ganha, com o Projeto Caatinga, novas alternativas na região semi-árida

de um projeto na área de fitogenética. "Estamos estimulando a implantação de bancos de sementes nas comunidades onde trabalhamos, e hoje já existem 16 experiências desse tipo", conta.

Este ano, vários bancos ficaram com seus estoques zerados, pois a seca no Araripe obrigou os agricultores a consumirem suas sementes. Por isso, o Caatinga, com o apoio da entidade inglesa Oxfam, distribuiu sementes de feijão, milho, sorgo e gergelim, que serão repostas por ocasião da colheita. Para cada quilo, o agricultor repõe um quilo e meio.

Os técnicos orientam as famílias a conservarem as sementes sem o uso de "venenos", resgatando velhas formas de conservação. "O sertanejo mantém suas sementes em vasos bem tampados e mistura substâncias como cinza, óleo de mamona e casca de angico, que servem para manter afastados parasitas como os gorgulhos. Nós valorizamos isso. Sementes e conhecimento é que formam o patrimônio genético", diz Maurício Aroucha.

CRIAÇÃO

Outra tecnologia que já está sendo difundida é a criação de caprinos confinados. A grande novidade do sistema é a possibilidade de se construir cercas mais baratas e duradouras. Em vez de nove fios de arame, como é comum nas grandes propriedades, a cerca proposta usa apenas quatro (e o arame é o componente mais caro dos cercados). Os animais não fogem porque neles é colocada uma canga adaptada.

"As cangas utilizadas na região geralmente são pesadas, rústicas e provocam lesões nos animais", explica o veterinário Francisco Jalfim, que desenvolveu

o sistema com a economista Tereza Cristina Lacerda. A canga adaptada é feita de canafístula, madeira leve, porém resistente, que não machuca as cabras. Atualmente, 23 sistemas desse tipo estão sendo implantados nos sertões do Araripe e do Pajeú.

O Centro Caatinga, além de fazer pesquisas e difundir as tecnologias entre os pequenos produtores, iniciou, há três anos, um trabalho de educação com as novas gerações. Na Escola Rural Ouricuri, ligada ao Centro, 136 crianças, jovens e adultos aprendem não apenas a ler, escrever e contar, mas também a fazer feno, remédios caseiros, adubo orgânico e selecionar sementes.

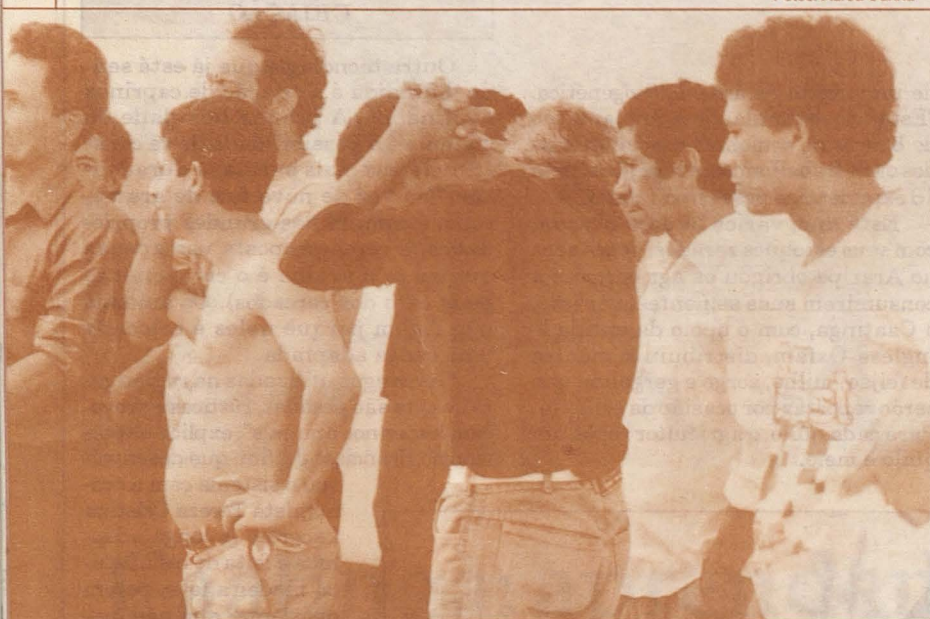


Projeto Caatinga: um trabalho contra a "indústria da seca"

Trabalhadores rurais vítimas do arbítrio

Condenados por suspeita de crimes, sem direito de defesa, brasiguaios estão presos no Paraguai

Fotos: Áurea Cunha



Brasileiros presos em Cidade do Leste denunciam torturas e abandono da justiça

Cristina Ávila

Cerca de 80 brasileiros – grande parte trabalhadores rurais – estão presos na Penitenciária Regional de Alto Paraná e Canindeyú, em Cidade do Leste, no Paraguai, fronteira com Foz do Iguaçu (PR). Entre eles, há alguns menores. Nenhum foi julgado. Quase 20 estão detidos sem o conhecimento de parentes. Sofrem torturas, fome e denunciam que há três presos contaminados pela Aids.

Estevão Pereira, 60 anos, agricultor, foi preso no dia 14 de setembro de 1989, acusado de homicídio. “Vi um juiz pela primeira vez em outubro do ano passado. Até agora, não sei o que

falta”, relata, enquanto aguarda uma solução para o caso. Estevão diz que no Brasil nunca teve problemas com a polícia.

“Tenho irmãos em Porto Alegre, filhos em Curitiba e Mato Grosso. Tenho só uma filha aqui no Paraguai, mas ela não pode me visitar porque não tem documento de identificação. Estamos em 13 pessoas, mas já estivemos em 23 na mesma cela”, conta o agricultor.

Os presidiários são acusados de homicídio (a maioria), roubo, prática de lesões corporais, assalto, tentativa de sequestro, estupro e porte de macha. São egressos da migração do Brasil para o Paraguai. Não se sabe quantos agricultores há na cadeia. Eles são

os chamados brasiguaios – que partiram para o país vizinho em busca de terras.

Mas os brasileiros não são exceção. Dos 418 detentos da penitenciária, apenas um está condenado pela Justiça. Conforme o jornal *Hoy*, de Assunção, 93 são estrangeiros. O diário informa que 76 são brasileiros (uma lista divulgada agora em março pela penitenciária nomina 79), 13 argentinos, três libaneses e um coreano.

No convívio penitenciário não existem culpados. Nem há inocentes. Sem qualquer discriminação, também há 19 menores, entre 14 e 17 anos. Os presos asseguram que já tiveram a companhia de meninos de oito, nove, dez, doze anos. Contam que um deles saiu quase homem, com 15 anos.

Presos sem processo – Num prédio separado, em condições mais favoráveis, pelo menos aparentemente, estão reclusas 19 mulheres. Três são brasileiras, empregadas domésticas. Todas também sem julgamento.

Joel Garcia, 20 anos, é acusado de roubo de erva-mate. Ele afirma que estava roçando sua chácara quando foi preso, há um ano. “Tinha oito alqueires de terra preparada para o plantio”, lamenta. Outros presos dizem que também deixaram roças e animais. E não têm mais notícias dos bens. “Eu não tenho dinheiro. Vou ficar aqui o resto de minha vida. Tem muita gente aqui com mais de seis anos. Não tenho processo de acusação, nem encaminhamento policial. Perderam tudo no tribunal”, acrescenta Joel.

Os presos queixam-se de torturas. Neste momento, exigem a omissão de nomes. Eles contam que, em outubro de 1991, jornalistas estiveram no pre-

sídio. A consequência das entrevistas foram 33 dias na "calabouça", uma cela especial: "Lá não tem banheiro. Ficamos 14 pessoas numa cela de um metro e meio por um metro, não tinha jeito de dormir. Saímos entrevados. Aqui eles têm uma brincadeira com uma ripa. Batem nas mãos da gente, dão socos, tapas. Só pra judiar. Esse aí", apontam para um deles, "tá vomitando sangue puro, de tanto apalhar. Mas apalhou na delegacia, antes de chegar".

As denúncias de prisões ilegais de brasileiros no Paraguai começaram no final de 1991, quando Denise Nunes Moreira, na época com 25 anos, foi presa na mesma penitenciária por não pagar uma conta de telefone. Ela conseguiu comunicar-se com entidades civis de Foz do Iguaçu e foi libertada dois meses depois.

Denise não apenas denunciou as sessões de tortura que presenciou, mas também o que chamou de "máfia de advogados paraguaios, funcionários da Justiça e empresários", para extorsão de dinheiro dos presos. Segundo ela, os advogados pediam honorários adiantados e desapareciam. Em jornais da época, ela conta que se os processos eram encaminhados, a corrupção permeava a Justiça, desde secretárias de juízes até promotores.

Denise Moreira revela que até turistas foram parar na cadeia, por suspeita de crimes banais, como emissão de cheques sem fundo e pequenos roubos. O amazonense Alcides Santos Gutierrez, 53 anos, foi preso sob acusação de tentativa de assalto. A polícia o encontrou com cinco kits de ferramentas compradas no comércio de Cidade do Leste.

Os prisioneiros reclamam do abandono da Justiça e das autoridades



Membros da OAB e da Comissão de Direitos Humanos visitam o presídio para apurar torturas sofridas por brasileiros

des brasileiras. O consulado brasileiro no Paraguai nunca tomou uma atitude para solucionar a situação dos presos. Quando solicitada, em 1991, a representação alegou que não tinha dinheiro para contratar assessoria jurídica e nem mesmo para telefonar para as famílias dos que estavam reclusos sem o conhecimento de parentes.

O cônsul Eduardo Hermann evitou entrevistas. Admite conhecer o pro-

blema, mas não quer adiantar nada sobre o assunto, pois não teria "informações seguras". Hermann diz que aceita se pronunciar, mas somente se as perguntas forem feitas por escrito.

Os presos já reivindicaram remédios ao consulado, mas não foram ouvidos. Segundo os detentos, as doenças são muitas. Mas eles só sabem dizer os sintomas. Como não há médicos, não existem diagnósticos. Dois argentinos e um

paraguaio têm suspeita de contaminação pelo vírus da Aids. Sem tratamento especial. "Fica tudo misturado", reclamam.

As vezes, os prisioneiros são levados ao médico fora do presídio, e retornam com o mesmo problema, pois não têm dinheiro para comprar medicamentos. "Quando nos dão remédios, é vencido. Eles não gostam de brasileiro."

Os detentos também reclamam da comida e da fome: "A comida é uma desgraça, é água pura. Só jogam uma banha lá por cima. Às vezes, vem até crua, com perna de barata e tudo." Segundo eles, nos dias de visita, três vezes por semana, alguns ficam sem comer, pois são obrigados a pagar uma taxa para a limpeza do presídio. Quem não tem dinheiro, é descontado na ração de alimentos.

A seccional do Paraná e subseção de Foz de Iguaçu da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estão articulando uma ação conjunta com o Colégio de Advogados do Alto Paraná para encontrar uma solução. A OAB vai exigir uma posição do governo brasileiro. A instituição está listando os endereços dos familiares dos presos para comunicá-los o paradeiro e as condições em que se encontram.

As denúncias de prisões ilegais de brasileiros no Paraguai começaram no final de 1991, quando Denise Nunes Moreira, na época com 25 anos, foi presa na mesma penitenciária por não pagar uma conta de telefone

Polícia do povo e para o povo



Patrícia Costa

“Para se construir uma sociedade democrática recém-saída de um regime militar, é preciso desativar a polícia política e construir uma outra, que chamamos de polícia do cidadão.” Com essa declaração, o professor Gisálio Cerqueira Filho explicou a principal finalidade do Centro Unificado de Ensino e Pesquisa (Ceuep), inaugurado recentemente na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

Criado em julho de 1991 pelo governador Leonel Brizola, o Centro tem cursos de formação e reciclagem de policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários, que aliam conhecimentos técnicos específicos de cada área a uma visão histórica e social da realidade brasileira.

A pesquisa funciona unindo informações de diferentes áreas para

*Curso inovador
cria condições
para que a força
policial do Rio
seja melhor
preparada, a fim
de atender às
necessidades da
população*

orientar as políticas de segurança pública, visando uma polícia mais técnica, informada, investigativa, eficiente e comprometida com os direitos humanos, capaz de zelar pela segurança da população e não somente dos setores dominantes.

Gisálio Cerqueira, diretor-geral do Centro, afirma que, com o fim da ditadura militar, a polícia política simplesmente desapareceu, não havendo um processo de transformação para os novos tempos democráticos: “O Centro propicia essa transição, visando preparar recursos humanos no campo das instituições de segurança pública, para que a polícia se torne, definitivamente, comprometida com o cidadão e a cidadania.”

Esta idéia surgiu no Rio de Janeiro porque, segundo Cerqueira, é o estado mais avançado do ponto de vista da radicalização democrática: “O sul, por exemplo, não tem a tradição de resis-

tência do Rio, nem viveu 30 anos de sítio. Por ter sido a capital federal e pela vocação de oposição e de vanguarda, o Rio de Janeiro é uma cidade capaz de deflagrar esse novo processo."

Porém, isso não impede que, no futuro, os outros estados possam produzir mudanças locais necessárias no que diz respeito à política de segurança pública. Brasília, São Paulo e Macaé foram algumas das cidades onde o professor esteve para levar esta idéia às prefeituras.

O Ceuep tem também a novidade de se situar dentro de uma universidade, dando chance aos policiais e estudantes de conviverem e dividirem um mesmo espaço. Para o professor Gisálio Cerqueira, uma das heranças mais fortes da ditadura é o medo que o cidadão comum tem da polícia: "Melhorando a qualidade e mudando a mentalidade da polícia, acabaremos com esse estigma. Será positivo para todos."

Corporativismo - Um dos objetivos do centro é acabar com o forte corporativismo que existe na força policial. Os programas dos cursos colocam lado a lado agentes penitenciários, policiais e bombeiros, unificando e integrando o sistema de segurança. Além disso, frequentando a universidade, os policiais terão condições de experimentar uma forma de convivência que lhes permitirá sentir uma nova dimensão da natureza do trabalho deles. A comunidade estudantil, por sua vez, que também é corporativa, poderá se relacionar com os policiais de igual para igual, exorcizando o fantasma do medo.

Cerqueira acredita que este processo será demorado, pois "não se muda a mentalidade de ninguém da noite para o dia." Para ele, é um trabalho cujos frutos "só serão colhidos por nossos filhos ou, até mesmo, netos".

Os cursos ministrados no Centro não interferem no currículo das academias e quartéis. As aulas técnicas - tiro, defesa pessoal, primeiros socorros etc. - conti-

nuarão a ser dadas nos locais tradicionais. Cursos como perícia de incêndio (para bombeiros) serão ministrados junto com os laboratórios de química e eletricidade da Uerj. E o curso de violência contra a mulher (para o batalhão feminino da Polícia Militar e delegacias de proteção à mulher) será associado à temática do alcoolismo, dando uma ênfase psicossocial a um problema até agora tratado como mera ocorrência policial.

A estrutura - O Centro possui dez salas de aula com cerca de 35 lugares, uma biblioteca, um auditório com 100 lugares, um setor de audiovisual, uma fitoteca, um centro de documentação, quatro gabinetes para os diretores de cada força policial, uma sala com dois microcomputadores conectados com o setor de estatísticas da polícia civil e cinco salas para pesquisa. Todas as instalações são novas e simples.

Além dos cursos, outras atividades, como seminários e debates, servirão para manter uma troca constante entre os alunos-policiais. O setor de pesquisa possui dados sobre a história da polícia, registros policiais, os arquivos do DOI/Codi, todas as informações necessárias para realizar estatísticas

e estudos sobre a melhoria da qualidade dos serviços da força policial.

A avaliação é semelhante a qualquer curso universitário, com provas e análises de rendimento. A participação dos alunos também é apreciada, tudo visando a integração proposta pelo Centro.

A etapa seguinte do Ceuep é o acompanhamento da atuação dos policiais que frequentaram essas aulas. O objetivo é ver quais são os resultados práticos do curso.

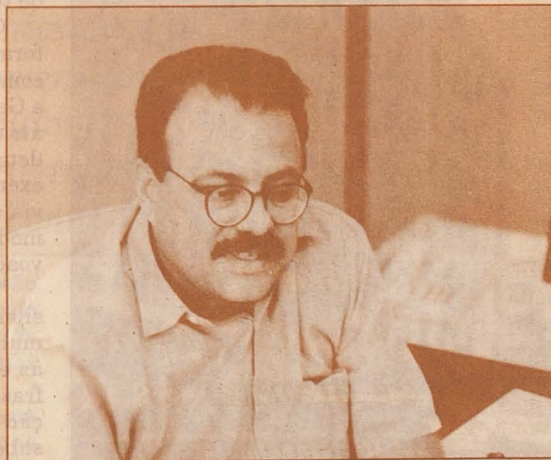
A seleção dos policiais fica a cargo dos respectivos secretários. Os policiais sairão de suas unidades e passarão períodos letivos no Centro, que poderão ter duração de três semanas a cinco meses, de manhã ou à tarde.

O corpo docente conta com um staff de 15 professores e pesquisadores da Uerj, além de quadros de outras universidades, que poderão ser convidados a dar algum módulo coerente com a proposta do Centro.

Corrupção - Para alguns, o Centro pode parecer um exagero para uma força policial que está mal-equipada e tem revelado diversos casos de corrupção. Para o professor Gisálio Cerqueira, porém, não se deve generalizar nem avaliar o trabalho da polícia somente pelo valor econômico: "O meu

salário é de professor do estado, mas nem por isso eu aceito propinas de alunos para passá-los de ano."

Cerqueira reconhece que a polícia ganha mal e que isso deve mudar. "Mas esse fato não deve ser desculpa para a corrupção, e nem se pode ficar esperando que o salário melhore para o trabalho também ficar bom. Deve-se investir na formação do policial, para depois ele poder reivindicar um salário condizente com a qualidade do seu trabalho." Para o professor, com a melhoria do trabalho da força policial carioca, a população vai começar a perceber a necessidade de pagar melhor a sua polícia, pois ela estará mais bem preparada. ■



"Não se muda a mentalidade de ninguém da noite para o dia. Os frutos só serão colhidos por nossos filhos ou até mesmo netos." Gisálio Cerqueira

Repensando a história

Dois livros lançados recentemente retratam a década de 60 e os anos anteriores à ditadura militar

Luís Carlos Prestes Filho

Dois lançamentos editoriais do final de março marcaram a passagem do 29º aniversário do Golpe de 64: *Véspera do primeiro de abril*, de Hemílio Fróis, e *Jango, um depoimento pessoal*, de João Pinheiro Neto. As duas publicações tratam de momentos decisivos dos últimos 30 anos da história brasileira e apresentam ao leitor o cenário político-econômico da crise que fez as forças reacionárias

buscarem o caminho da violência em meados dos anos 60.

A República no Brasil foi proclamada há mais de 100 anos, mas teve poucas chances para prosperar. Envolvidos numa disputa acirrada entre nacionalistas e entreguistas, presidentes eleitos por voto direto — como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, além de João Goulart, que chegou à Presidência depois de ter sido eleito vice-presidente — não foram capazes de implantar as reformas de base imprescindíveis para a independência do país.

Hemílio Fróis sustenta sua argumentação através da reprodução de textos da imprensa nacional e estrangeira e de relatórios públicos e secretos. São do ex-embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, estas curiosas observações: "João Goulart provou ser um político inteligente, capaz e desejoso de vencer a oposição. (...) Está provando ser o único líder no cenário atual."

Na introdução de *Véspera do primeiro de abril*, Maria Helena Kuhner escreve que o livro é assumidamente despretencioso. "Definindo-se como reportagem", afirma, "o livro não quer ser nem parecer obra de um cientista político".

O depoimento de João Pinheiro Neto é um retrato carinhoso de Jango. Trata-se de um testemunho que pretende apenas registrar aqueles dias, "quando foi permitido conhecer não apenas o presidente João Goulart, mas também o homem João Goulart e igualmente o estanceiro Jango".

O mérito principal da obra é levar ao conhecimento do leitor episódios inéditos, mesmo sem procurar oferecer uma opinião definitiva e profunda de tudo o que o autor vivenciou.

Os momentos relacionados com a formação político-ideológica de Jango, com a apresentação formal de Goulart a Getúlio e com a trajetória percorrida até o exílio são ricos na transcrição de detalhes da vida cotidiana. Como por exemplo a descrição do avião que servia à Presidência da República, uma modesta, velha e sacolejante carroça voadora.

"Não troco um só trabalhador brasileiro por 100 desses grã-finos arrumadinhos", disse Jango referindo-se às elites brasileiras em 1962. Nessa frase de efeito existe uma certa negação da sua própria origem e, quem sabe, do seu próprio destino. Se dependesse do pai, o Jango iria cuidar das terras da família em São Borja, no Rio Grande do Sul.

Na luta contra o destino de nação dominada pelo imperialismo internacional está a herança maior de João Goulart.



Golpe de 64: os tanques protegem o Ministério da Guerra

Ano internacional de Josué de Castro

Foi lançado na Biblioteca Nacional, no Rio, o Ano Internacional Josué de Castro, médico e escritor pernambucano, morto há 20 anos, durante o exílio em Paris. A homenagem consistirá numa série de eventos, que abrangem desde uma mostra de artes plásticas, com a exposição da série de óleos dos *Retirantes*, de Cândido Portinari, até a edição das obras completas de Josué, incluindo textos inéditos e sua correspondência.

A comissão organizadora do Ano Internacional Josué de Castro, coordenada pelo sociólogo Theotonio dos Santos, desenvolverá uma série de atividades no segundo semestre deste ano, principalmente em setembro, mês de aniversário da morte do escritor. Serão iniciativas visando à revalorização da obra e do pensamento de Josué de Castro, hoje bastante esquecidos pelas novas gerações.

O ministro Antonio Houaiss destacou a importância de Josué de Castro na cultura contemporânea. "O Ministério da Cultura vai trabalhar intensamente junto à comissão organizadora, no resgate da obra e do pensamento do autor da *Geografia da Fome*, um clássico que marcou várias gerações de humanistas", disse.

O senador Darcy Ribeiro, por sua vez, afirmou que até hoje, "quando se mencionam quatro ou cinco grandes nomes das ciências sociais e humanas, sempre surge o de Josué de Castro. Sem dúvida ele é um dos nossos vultos no plano internacional. Josué é muito mais conhecido no exterior do que Gilberto Freyre, por exemplo".

O coordenador da comissão organizadora, Theotonio dos Santos, esclareceu que o projeto já conta com o apoio da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), que Josué de Castro presidiu entre 1952 e 1956.

"Temos um grande desafio pela frente, mas acredito que a obra de Josué de Castro merece o esforço. Seu pensamento pioneiro traçou o mapa do Brasil atual. Infelizmente, a sua obra permanece vigente. E digo infelizmente porque a fome e a desnutrição são mais do que nunca uma realidade", justifica Theotonio.

Serão organizados seminários, debates, discussões sobre as relações entre subdesenvolvimento, meio ambiente e fome à luz do pensamento de Josué de Castro. O jornalista e cineasta René Capriles fará um documentário sobre a vida e obra do pensador nordestino.

O sociólogo Herbert de Souza, na sua homenagem a Josué de Castro, prometeu batizar o movimento de luta contra a fome com o nome do escritor.

Afonso Romano de Sant'Anna afirmou: "A Biblioteca Nacional fará um trabalho especial sobre o escritor pernambucano. Desenvolveremos um projeto inspirado na *Geografia da Fome* e que, num jogo de palavras, denominaremos de 'fome de leitura e leitura de fome', com caráter educativo." (**René Capriles**)

Comissão Organizadora do Ano Internacional Josué de Castro
Av. Presidente Antonio Carlos, 54, grupo 802
20020-010, Centro, Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 533-0069 e 533-0269, Fax: (021) 221-3118
Contatos: René Capriles

Medalha Chico Mendes

Em cerimônia realizada na Esede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, o Grupo Tortura Nunca Mais fez a entrega da Medalha Chico Mendes de Resistência/1992. A medalha foi instituída em 1989 para agradecer anualmente os que se destacaram nas lutas populares de resistência e na defesa dos Direitos Humanos. Entre outros, já foram homenageados dom Paulo Evaristo Arns, Luis Carlos Prestes, dom Mauro Morelli, Apolônio de Carvalho e Barbosa Lima Sobrinho.

Este ano, o nome de destaque foi de David Capistrano da Costa, líder comunista preso, torturado, assassinado e desaparecido pelos órgãos de repressão no Brasil em 1974. Sua mulher, Maria Augusta, ao receber a medalha, ao lado dos filhos David Capistrano Filho, atual prefeito de Santos, e Maria Carolina, fez um emocionado apelo para que todos aqueles que têm membros de suas famílias desaparecidos continuem a luta para saber onde estão os corpos de seus irmãos, pais e maridos.

Outra homenageada foi Ivanete Tonin - a Nina -, dirigente dos trabalhadores sem-terra no Rio Grande do Sul, no acampamento Rio Brilhante. Nos seus 23 anos esta jovem combatente da luta pelos direitos humanos passou quatro meses e meio de prisão política durante o ano de 1992, por ser "perigosa para a comunidade", como afirmavam seus juízes.

Foram também agraciados com a medalha Chico Mendes o jornalista Caco Barcelos, a dra. Nise da Silveira, o revolucionário Paulo Cesar Botelho Massa e o bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hypolito. (**L.C.P.F.**)

Cegueira, a doença da pobreza



Trinta milhões de pessoas foram salvas da cegueira e da morte por um programa ambicioso que está sendo levado adiante graças ao esforço conjunto de onze países africanos

Ebrahim M. Samba*

Fim da década de 60. Durante uma grave seca sofrida na África Ocidental, alguns governos pediram ao Banco Mundial que os ajudasse a produzir mais alimentos. O presidente do organismo, Roberto McNamara, viajando de avião de Abidjan (capital da Costa do Marfim) a Uagadugu (capital de Burkina Faso, então Alto Volta) pôde ver de cima muitos rios e considerou a possibilidade de pedir à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que colaborasse com o Banco Mundial para ajudar esses países no aproveitamento de suas bacias fluviais para fins agrícolas.

Pouco tempo depois de começadas

as consultas preliminares de rotina ficou claro por que os habitantes da área não cultivavam próximo aos rios. Há centenas de anos existe lá uma variedade de moscas (seu nome científico é *simulium*) que transmite uma doença chamada oncocercosis. Conhecida popularmente como a "cegueira dos rios", a oncocercosis faz com que os doentes envelheçam rapidamente, percam a visão e morram 15 anos antes do normal. É uma região onde a expectativa de vida é de menos de 50 anos.

Nas aldeias mais afetadas, 90% da população está infectada e mais da metade dos adultos sofre de cegueira. Quase sempre estas aldeias terminam desaparecendo.

Colaboração internacional -

Em 1974, sete governos da África Ocidental - Benin, Togo, Gana, Costa do Marfim, Níger, Burkina Faso e Mali - fizeram um apelo aos países industrializados para que os ajudassem a controlar a doença. Para isso, contavam com o respaldo do Banco Mundial, FAO, Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Essa foi a origem do Programa para o Controle da Oncocercosis na África Ocidental (PCO), que devia controlar a doença em um prazo de 20 anos em uma região de 700.000 km² e na qual vivem 20 milhões de pes-

ÁFRICA OCIDENTAL

SAÚDE

soas. No entanto, este objetivo foi alcançado antes do previsto.

Em 1986, o programa foi ampliado para que abrangesse 11 países (aos sete iniciais se juntaram Guiné, Guiné-Bissau, Senegal e Serra Leoa) com uma população de mais de 30 milhões de habitantes numa área de 1,3 milhão de quilômetros quadrados.

No passo que vamos, deveríamos completar nossa tarefa ao final do século. O custo total do projeto desde 1974 foi de apenas 340 milhões de dólares, com um orçamento anual de 30 milhões de dólares. O custo por pessoa beneficiada é de um dólar por ano.

Progressos – Hoje, temos todas as ferramentas necessárias. Em 1974 dispúnhamos de apenas um pesticida; atualmente contamos com sete. Em 1974 não tínhamos um medicamento apropriado. Agora temos o *invermectin* e outros três em processo de desenvolvimento. As equipes técnicas – formadas por 98% de africanos – estão bem capacitadas, são disciplinadas e têm boa motivação.

Os países doadores que patrocinam o projeto estão satisfeitos e os beneficiários participam ativamente na luta para garantir que a cegueira dos rios nunca volte a representar um problema. Graças a esse esforço conjunto, trinta milhões de pessoas estão hoje a salvo desta doença.

Vinte e cinco milhões de hectares férteis, situados às margens dos rios, foram liberados. A produção de alimentos aumentou e cerca de 500 africanos foram preparados para que possam combater esta e outras doenças tropicais. Por outro lado, o PCO ajuda outros países que não fazem parte do programa mas que também têm problemas de oncocercosis, como Camarões, Zaire, Congo, Uganda, Etiópia, Sudão, Tanzânia, República Centro-Africana e Chade.

Um trabalho de longo prazo – É óbvio que o êxito do PCO é resultado de uma colaboração internacional a longo prazo. Isto é particularmente importante na África onde tantos projetos têm fracassado. Muitas vezes me perguntam porque o PCO teve êxito enquanto outros programas similares geralmente esbarram com diversos

obstáculos. Na minha opinião as razões são várias:

a) Os primeiros sete países que integraram o PCO se viram obrigados a unir-se para pedir apoio externo, atuar conjuntamente. A cegueira dos rios era um problema muito grave para a África Ocidental e durante muitos anos praticamente todos os governos ensaiaram sem êxito medidas unilaterais para controlá-la. O problema era que o inseto transmissor do mal – a mosca *simulium* – estava em uma região extensa e passava de país a país. Por isso, de nada adiantaria combatê-lo em um deles se o vizinho não o fizesse.

b) Foram feitos estudos sérios para definir a estratégia, a duração e o custo do programa. Tanto os países africanos como os doadores e os organismos internacionais que patrocinaram a iniciativa se comprometeram a trabalhar por um período de 20 anos. Esta disposição de assumir uma responsabilidade a longo prazo é fundamental. Muitos programas para a África Ocidental duram de três a cinco anos, período suficiente apenas para estudar a situação e dar início às tarefas.

c) A administração do programa é um ponto crucial. Não importa quais sejam os recursos iniciais: se a administração é ruim, em pouco tempo eles “desaparecerão” e o desânimo contagiará a todos. É, portanto, fundamental que todos os envolvidos trabalhem seriamente, respeitem as regras, consigam resultados positivos e sejam particularmente transparentes em relação ao dinheiro e aos demais recursos.

d) Uma verba significativa deve ser destinada à pesquisa que em geral recebe pouca importância em projetos deste tipo. No PCO destinamos cerca de 12% à pesquisa e com esta porcentagem podemos prever e encontrar soluções para muitos problemas críticos, tanto técnicos como operacionais e científicos, que poderiam ter levado o programa ao fracasso.



Existem 20 milhões de pessoas ameaçadas pela ação da mosca *simulium* na África

e) A capacitação do pessoal local é outro elemento básico. Não importa tamanha generosidade dos amigos estrangeiros, o desenvolvimento da África sempre estará em mãos dos africanos. Por isso, nossos colegas africanos devem estar capacitados e dispostos a tomar a dianteira. O primeiro é relativamente fácil, o segundo se torna mais difícil.

A África é rica – em algumas áreas é muito rica – em recursos naturais. Como se explica então que em nossos países vivam os povos mais pobres do mundo? Para desenvolver estes recursos, nós, os africanos, devemos aceitar nossas responsabilidades.

Neste sentido, sou otimista já que observo uma nova geração que coloca em primeiro lugar os interesses da África. Estas pessoas estão disponíveis. Mas, às vezes é preciso buscá-las e estimulá-las a dar sua contribuição. Não há outro caminho.

* Ebrahim M. Samba é médico e diretor do Programa de Controle da Oncocercosis (PCO) da Organização Mundial de Saúde. Em 1992, recebeu o prêmio africano destinado aos líderes do continente, outorgado por The Global Hunger Project



Salinas recebe de Joaquín Villalobos o rifle que o comandante usou na guerra civil

EL SALVADOR

Um gesto de paz

O dirigente guerrilheiro Joaquín Villalobos, de El Salvador, entregou no dia 7 de abril último seu fuzil ao presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, como reconhecimento da ajuda de seu país para se conseguir a paz na América Central. Villalobos, um dos principais dirigentes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), pediu a Salinas que devolvesse a arma a seu país "um dia, quando El Salvador estiver totalmente reconciliado, em paz e possa rever sua história".

A FMLN, transformada agora em

partido político legal, está formada por cinco organizações, uma das quais, o Exército Revolucionário do Povo (ERP), é dirigida por Villalobos. O ERP, que du-

rante a guerra concentrou suas principais frentes de batalha na zona oriental do país, é a única organização considerada culpada por vários crimes no relatório divulgado em março pela Comissão Verdade, que responsabilizou as Forças Armadas por 95% das violações aos direitos humanos.

Villalobos, submetido a um forte debate interno em sua organização e no restante da FMLN para que defina um projeto para a época da paz, expressou sua decepção com o informe e com as demais organizações que não admitiram, como a sua, crimes de guerra.



No Camboja, os capacetes azuis das Nações Unidas supervisionam o processo de paz

HONDURAS

Mudanças no sistema judiciário

O presidente Rafael Callejas se comprometeu a executar uma série de medidas propostas por uma comissão *ad hoc* que incluem, entre outros pontos, mudanças no sistema judiciário, policial e penitenciário de Honduras.

A comissão tinha sido criada em março pelo governo em consequência de testemunhos de um jornalista e de um ex-agente da Direção Nacional de Investigações sobre a suposta participação da polícia em vários assassinatos, no narcotráfico e em atos de corrupção.

Presidida pelo bispo de Tegucigalpa, monsenhor Oscar Rodríguez, a comissão propôs a criação de um ministério público encabeçado por um Promotor-Geral da Nação.

Esta nova pasta teria sob seu controle o Departamento de Investigação Criminal, cuja principal função seria a de fiscalizar a plena vigência das garantias constitucionais e investigar os delitos denunciados.

Rafael Callejas também afirmou que formará um grupo para assessorar a polícia a fim de melhorar seu desempenho.

URUGUAI

Academia para militares

O Uruguai instalará, a pedido das Nações Unidas, uma academia para formar militares da região que atuarão como observadores em conflitos internacionais. A iniciativa, financiada pela Organização das Nações Unidas, contará com a participação de professores estrangeiros e uruguaios, com experiência em missões anteriores das Nações Unidas. Já existem duas acade-

mias parecidas, na Finlândia e Canadá.

Nos últimos anos o Uruguai tem participado de várias missões de paz da ONU. Atualmente tem efetivos na fronteira indo-paquistanesa, no Sinai (Egito), no Camboja e em Moçambique. Para os militares uruguaios as forças de paz têm sofrido o mesmo processo de perda de poder aquisitivo que os outros setores sociais.

JAMAICA

Reforma eleitoral

O primeiro-ministro jamaicano, Percival J. Patterson, reafirmou a decisão de seu governo de realizar uma reforma eleitoral, introduzindo um sistema de registro nacional, formas claras de identificação dos eleitores e novos procedimentos de votação.

O anúncio do *premier* foi uma resposta às pressões do líder da oposição, o ex-primeiro-ministro Edward Seaga, que numa entrevista coletiva afirmou que os candidatos eleitos pelo Partido Trabalhista da Jamaica

(em sua sigla em inglês, JLP), atualmente na oposição, poderão boicotar a Câmara de Representantes e que seu partido político poderia abster-se de nomear os senadores que lhe correspondem, até que uma comissão investigue os incidentes ocorridos durante as eleições de 30 de março último.

Os incidentes aos quais se referia o líder da oposição deixaram feridos seis manifestantes, dando motivo para que Seaga denunciase casos de fraude eleitoral. No entanto, os resultados

das eleições confirmaram plenamente as pesquisas de opinião, que davam uma nítida vitória ao Partido Nacional Popular (PNP), no governo, cujo líder histórico, o ex-primeiro-ministro Michael Manley, teve que renunciar um ano antes do fim do seu mandato, por motivos de saúde.

Seu sucessor, Percival Patterson, realizou nessas eleições seu desejo de ocupar o cargo pelo voto popular. Seu partido, o PNP, obteve 52 das 60 cadeiras do Parlamento na maior vitória eleitoral da história do país, superando a de Seaga que havia obtido 51 nas eleições de 1980.

O primeiro-ministro Patterson, que pertence à terceira geração de políticos do Caribe após a Segunda Guerra Mundial, ocupava o cargo de presidente do PNP desde 30 de março de 1992 e acumulava, desde então, essa responsabilidade com a de chefe de governo, devido à incapacidade de Manley de continuar à frente de ambas.

Formado em Direito, cursado em Londres, Pat-

terson foi eleito senador em 1967 e ocupou as pastas de Relações Exteriores, Turismo, Indústria, Planejamento e Produção nos períodos de 1972-1980 e 1989-1992. Foi também vice-primeiro-ministro de 1978 a 1980 — quando seu partido foi derrotado por Edward Seaga — e voltou a ocupar esse cargo desde 1989 até o ano passado.

O que mais contribuiu para sua vitória, na opinião dos observadores, foi sua rejeição à política de confronto, em um país onde a violência tem sido um fator importante na vida política. Na campanha eleitoral de 1980 morreram 750 pessoas, em lutas entre seguidores do PNP e do JLP.

Patterson se comprometeu frente aos seus 2,5 milhões de compatriotas a tornar a máquina governamental mais eficiente e baixar a inflação anual para 6,5% em 1993, depois de tê-la reduzido de 80% a 34% em 1992. Prometeu, além disso, que o acordo com o FMI, que vence em 1995, será o último entre este país e o organismo financeiro.



Percival Patterson foi eleito primeiro-ministro

AMÉRICA LATINA

Cresce o desemprego

A metade das forças produtivas da América Latina está desempregada, segundo um relatório da Federação Sindical Mundial (FSM). Na região existem 40 milhões de pessoas aptas para o trabalho, mas que vivem em condições de extrema pobreza por falta de oferta de emprego. Essa situação preocupa os dirigentes sindicais, que estão organizando para o próximo mês de junho um seminário no México sobre os novos desafios do sindicalismo latino-americano. As entidades ligadas à Federação Sindical Mundial pretendem traçar alternativas que permitam aos trabalhadores a participação na definição das políticas de desenvolvimento de seus respectivos países. Esse seria o único caminho para que os assalariados possam ver atendidas suas reivindicações históricas, fazendo valer seus direitos.



Na América Latina existem 40 milhões de desempregados e subempregados

GUINÉ EQUATORIAL

Pacto nacional

O governo e a oposição da Guiné Equatorial assinaram um Pacto Nacional para a Democratização nessa ex-colônia da Espanha na África Ocidental. O acordo foi firmado em Malabo, a capital do país, em 18 de março, pelo governo do coronel Teodoro Obiang Nguema e pela Plataforma da Oposição Conjunta, que reúne 10 partidos de oposição. Na Europa o acordo – batizado de Pacto Nacional 1993 – foi interpretado como “um pas-

so importante para o pluralismo político e para a democratização”, como afirmou o governo de Madri.

Ambas as partes estiveram de acordo em modificar a lei eleitoral, rever e corrigir o cadastramento de eleitores e convocar um pleito num prazo de 10 meses após a aplicação dessas medidas. O pacto também assegura o respeito aos direitos humanos e as garantias individuais.

A República de Guiné Equatorial obteve sua independência em 1968 e foi submetida a um regime ditatorial por seu primeiro governante, Macias Nguema Biyogho, que se proclamou presidente vitalício. Nguema foi derubado e posteriormente fuzilado em 1979 pelo atual mandatário, que é seu sobrinho. O regime de Obiang tem sido acusado pela Anistia Internacional de torturar presos políticos.

Com 28 mil quilômetros quadrados e 440 mil habitantes, Guiné Equatorial é um dos países mais pobres do mundo e vivia da agricultura (exporta café e madeira) até que recentemente se descobriu petróleo em seu litoral.



Nguema: ditador foi fuzilado em 1979

Atenção, músicos!

A Rádio France Internationale está promovendo um concurso internacional de música de países da África, América Latina, Caribe e Oceano Índico. Os requisitos são:

- ser cantor ou grupo musical (de no máximo nove artistas) profissional ou semiprofissional;
- ter uma sólida qualificação artística;
- apresentar em cassete ou banda magnética uma obra musical de aproximadamente quatro minutos, em francês ou na língua materna do candidato.

Entre os prêmios estão uma estadia de um ano na França (para um cantor), uma viagem de informação (para um grupo) e prêmios de 25.000 francos. Para maiores informações, dirigir-se a qualquer filial da Aliança Francesa ou diretamente à Rádio France Internationale:

LES DECOUVERTES DE RFI: 104, avenue du Président Kennedy, 75016 – Paris – France

Prêmio Casa sobre a mulher

Por ocasião do centenário da ensaísta e professora dominicana Camila Henríquez Ureña, a *Casa das Américas* está lançando um concurso literário sobre estudos da mulher.

Nessa categoria poderão se inscrever autores com estudos sobre obras, figuras ou grupos de mulheres latino-americanas ou do Caribe que tenham tido uma ação relevante em qualquer campo da vida intelectual, social e política.

Para 1994, o concurso da Casa das Américas premiará os gêneros conto, poesia e ensaio histórico-social, literatura para

crianças e jovens e literatura brasileira nas categorias romance, teatro e obras infantis e juvenis, literatura do Caribe de fala inglesa e nas línguas mapuche, aimará e maia.



Poderão participar todos os autores latino-americanos e caribenhos ou naturalizados na região e, no caso dos ensaístas, aqueles de qualquer nacionalidade que em seus trabalhos, escritos em espanhol ou português, ou traduzidos para algumas destas línguas, reflitam um tema da área. As obras devem ser inéditas e não exceder 500 páginas.

MALAUI

Plebiscito

A população do Malaui, país do sudeste da África, vai decidir em um plebiscito convocado para o próximo 15 de junho se quer instaurar em seu país um sistema político pluripartidário. A consulta representa uma vitória para os movimentos que defendem a democracia com pluralidade de partidos, que iniciaram suas manifestações públicas contra o regime do presidente vitalício Kamuzu Banda — no poder há 28 anos — há pouco mais de um ano. Atualmente o Partido do Congresso do Malaui (MCP), em sua sigla inglesa, é o único com existência legal e domina totalmente o Congresso.



Kamuzu Banda

O clima criado pela iminência da inédita consulta popular permitiu uma maior liberdade para os meios de comunicação e levou o governo Banda a autorizar a entrada da imprensa estrangeira para a cobertura do referendo. Essa autorização rompe uma tradição de mais de 20 anos, que convertia o Malaui em uma zona proibida aos jornalistas internacionais. Era comum as autoridades rejeitarem os pedidos de permissão de trabalho por parte de correspondentes estrangeiros, razão pela qual muitos acabavam entrando no país como turista para obter uma informação sempre difícil e precária.

Por sua vez, a comunidade internacional aumentou as pressões para que melhore o respeito aos direitos humanos, com a ameaça de reduzir ou cortar os créditos externos.

O presidente vitalício conta tradicionalmente com sólidos aliados na África do Sul e Israel e estima-se que é dono de um terço da economia do país. Mas o desgaste do governo de minoria branca de De Klerk e as mudanças políticas provocadas pela vitória trabalhista em Telavive, somados ao fortalecimento da oposição interna desde as independências de Moçambique e Zimbábue, foram reduzindo seu espaço de manobra até forçá-lo a aceitar esta consulta popular.

ÁFRICA DO SUL

CNA perde dois líderes

Indignação popular pelo assassinato do líder comunista Chris Hani, considerado o político mais popular da África do Sul depois de Nelson Mandela, provocou uma rápida reação policial que pôs o país à beira de sua maior crise política desde que foi declarado o estado de emergência, a meados da década de 80.

Uma greve geral que paralisou o coração industrial de Joanesburgo e Pretória, mais de 150 feridos e quatro mortos em Soweto, graves distúrbios na Cidade do Cabo e manifestações de protesto que se propagaram por todo o país deterioraram a tal ponto o clima político que tanto o governo quanto o Congresso Nacional Africano (CNA) terão dificuldades para voltar a sentar-se para negociar.

Hani foi morto por Janusz Walus, um imigrante polaco de extrema-direita, que está preso. Porém, existem evidências de que não se tratou de uma atitude individual, mas de um complô. A arma usada por Walus pertencia a um arsenal da Força Aérea, roubado por um grupo neonazista há mais de dois anos atrás.

Depois da prisão de Clive Derby-Lewis — um dos mais importantes dirigentes do Partido Conservador — por supostos vínculos com o crime, o CNA exigiu que se investiguem todas as pistas sobre a morte de Hani. O movimento anti-racista de Mandela teme que o assassinato faça parte de uma conspiração da extrema-direita para desestabilizar o país e interromper as negociações para estabelecer um regime democrático.

Outra grande perda para o movimento anti-racista foi a morte, por derrame cerebral, do histórico líder negro Oliver Tambo. Tambo assumiu a presidência da organização em 1967 e só retornou a Pretório quando o CNA saiu da ilegalidade, em 1990. Do exílio em Londres e Lusaka, ele havia liderado a luta armada contra o regime racista.

Para o presidente do CNA, Nelson Mandela, "a morte de Tambo e Hani são dois sérios golpes para o movimento e afetarão as negociações democráticas no sentido de que sentiremos falta de seus conselhos e experiência".



As mortes de Hani (esq.) e Tambo podem afetar as negociações com o governo para estabelecer um regime democrático

TIMOR LESTE

A resistência continua

A pesar de dois importantes reveses militares sofridos pela guerrilha timorense — com a captura de seu chefe, José Alexandre Xanana Gusmão, em novembro passado, e a recente detenção do comandante Ma'Huno Pulere Karatayano, que tinha assumido a liderança da resistência —, os independentistas reafirmaram sua vontade de continuar lutando contra a ocupação indonésia.

Na Austrália, o coordenador do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNR), José Ramos Horta, que estava fora do território de Timor Leste, anunciou seu regresso ao país ocupado, apesar da alta probabilidade de que seja preso.

"Meu papel tem sido o de travar uma luta por meios pacíficos. Se minha chegada a Timor Leste e minha possível prisão ajudarem a divulgar o sofrimento do povo de Timor Leste sob o domínio da Indonésia, que assim seja".

O coordenador do CNR disse

também que a Indonésia sofreu sérias derrotas internacionais: o regime do general Suharto foi condenado na Comissão de Direitos Humanos da ONU, em março último; recebeu críticas do presidente Bill Clinton e possui uma péssima imagem na Comunidade Européia (CE).

Nesse sentido também se pronunciou Estevão Cabral, membro do CNR, que visitou recentemente o Brasil: "Lamentamos a prisão dos dois comandantes. Sem dúvida nenhuma, foi um grande retrocesso para os timorenses. Mas a resistência não se limita a eles. Apesar de tudo, a guerra continua".

Segundo denúncias de organismos internacionais de direitos humanos, o regime de Suharto seria responsável pela morte de mais de 200 mil pessoas durante os 17 anos de ocupação de Timor Leste. O interesse da Indonésia pela ilha aumentou desde que foi confirmada a existência de importantes reservas de petróleo.

MACAU

Acordo sino-português

A partir de 20 de dezembro de 1999, a pequena ilha de Macau, situada no estuário do rio Pérola, em frente a Hong Kong, será devolvida à China depois de passar séculos sob administração portuguesa.

Por um acordo assinado entre as autoridades de Beijing (ex- Pequim) e Lisboa, o enclave passará a ser administrado por um novo estatuto denominado "Lei Básica de Macau". A devolução plena da ilha às autoridades chinesas só se concretizará no final do século.

Ao contrário de outras possessões asiáticas do antigo império lusitano, Macau nunca foi uma verdadeira colônia portuguesa. Em 1557, o mandarim de Cantão alugou a ilha para Portugal, que respeitou o acordo e pagou os aluguéis até 1849, quando a declarou "território independente". Em 1887, diante das exigências de Beijing, Lisboa se comprometeu a "não se desfazer jamais de Macau sem o consentimento da China". Em 1951, Macau foi declarada Província de Ultramar de Portugal. Em 1974, depois da queda do regime ditatorial de Antonio Salazar, o governo português decidiu se retirar de todos os territórios coloniais e ofereceu à China sua devolução.



Nawaz Sharif: destituído por corrupção

PAQUISTÃO

Luta pelo poder

Depois de um longo período de tensões, o presidente do Paquistão, Ghulam Ishaq Khan, dissolveu a Assembléia Nacional, demitiu "por má administração, corrupção e nepotismo" o primeiro-ministro Nawaz Sharif e convocou novas eleições em 90 dias. Balkh Sher Mazari foi nomeado primeiro-ministro interino.

O premier destituído lidera a Aliança Democrática Islâmica (IJI), coalizão que governava o Paquistão há dois anos e meio, e estava tentando restaurar a supremacia do Parlamento e diminuir o poder do presidente. A VIII Emenda Constitucional, uma herança dos regimes autoritários, concede ao chefe de estado o direito de demitir o primeiro-ministro, dissolver o Parlamento e nomear o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Em 1990, Khan utilizou esses poderes para derrubar o governo de Benazir Bhutto, também acusada de corrupção.

As discordâncias entre Khan e Sharif começaram no início deste ano, quando divergiram em relação à nomeação de um novo comandante do exército. O presidente ignorou a recomendação de Sharif e nomeou seu próprio candidato. Em resposta, o primeiro-ministro anunciou no Senado sua intenção de eliminar a emenda constitucional.

Tropas do exército ocuparam a rádio e a televisão estatal e cercaram a sede do Poder Legislativo. Apesar de ter anunciado sua decisão sentado ao lado do chefe militar das Forças Armadas, o general Abdul Waheed, o presidente Khan afirmou que "cabe ao povo e não ao exército dar, através das urnas, a última palavra sobre a crise".

POSTAL



RELACIONES RACIAIS NO BRASIL
Nelson do Vale Silva e Carlos A. Hasenbalg
Como são as relações raciais no Brasil? Qual o peso da variável raça na produção das desigualdades? Como essas questões se comportaram nos anos 80?
172 p.
E-272 Cr\$ 190.000,00

AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA
Eduardo Galeano
(33ª edição)
Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento.
307p.
E-247 Cr\$ 560.000,00

ESTE PAÍS TEM JEITO?
Paulo Rabello de Castro e Paulo Carlos de Brito
O livro propõe-se a informar sobre as verdadeiras causas da estagnação econômica brasileira, da instabilidade política e do nosso sofrimento no campo social. Os autores apontam soluções para o resgate da dívida social e para uma melhor redistribuição da renda.
120 p.
E-264 Cr\$ 220.000,00

DEPOIS DA QUEDA - O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo
Norberto Nobbio, Ralph Miliband, Eric H. e outros
Onze ensaístas de diversas áreas e nacionalidades analisam a trajetória e o colapso do comunismo a partir de 1989, as razões de seu fracasso, a nova ordem que se seguiu à sua derrocada e o futuro do socialismo. Leitura imprescindível para quem está preocupado com os rumos do mundo contemporâneo.
271 p.
E-290 Cr\$ 530.000,00

A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA
Moniz Bandeira
Do ideal socialista ao socialismo real. Ensaio de história política que começa com a derrota alemã na guerra de 1914/18, passa pela criação das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra e analisa a reunificação.
182 p.
E-286 Cr\$ 250.000,00

A SAÚDE EM ESTADO DE CHOQUE
Alberto L. Najar, Célia Leitão Ramos, Clarice Melamende e outros
Pela sua abordagem simples, direta e crítica, este livro se destina, antes de tudo, aos setores da sociedade civil interessados em subsídios para o debate de sua qualidade de vida.
128p.
E-276 Cr\$ 290.000,00

NÓS DIZEMOS NÃO
Eduardo Galeano
A esquerda acabou? E a história, também? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? Pode existir dignidade na miséria? Estas são algumas questões queimantes que o autor de *Veias abertas da América Latina* procura desatar nesta obra.
88p.
E-226 Cr\$ 195.000,00

POR QUE CUBA?
Coordenação: Emir Sader
Textos de Darcy Ribeiro, Antônio Houaiss, Ferreira Gullar, Luis Pinguelli Rosa, Severo Gomes, Oscar Niemeyer e outros
brasileiros de diversas áreas compõem uma reflexão sobre a situação atual e as perspectivas cubanas.
182 p.
E-285 Cr\$ 320.000,00

O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira
Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou. Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial".
José Louzeiro
464 p. E-208 Cr\$ 250.000,00

O PORTUGUÊS NO BRASIL

Antonio Houaiss
Existe uma língua "brasileira"? Quais as características permanentes e transitórias da língua portuguesa falada no Brasil? Qual a evolução histórica dessa vertente do idioma vernáculo? Que possibilidades de evolução a esperam? Qual sua inserção no quadro atual, multinacional, de existência da língua portuguesa. São essas as questões básicas que procura responder Antonio Houaiss.
167p.
E-273 Cr\$ 360.000,00

URSS - ASCENSÃO E QUEDA

Luiz Fernandes
O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo.
270 p.
E-256 Cr\$ 210.000,00

O LIVRO DOS ABRAÇOS

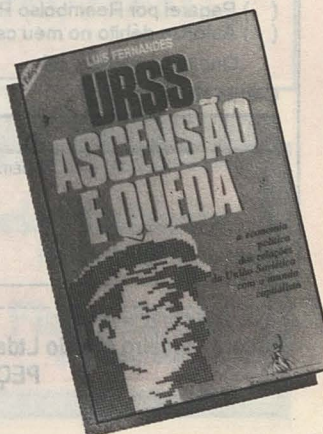
Eduardo Galeano
Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente.
217 p.
E-243 Cr\$ 350.000,00

TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Vera Masagão Ribeiro e Orlando Joia
O livro é resultado de uma pesquisa realizada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) sobre a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. O objetivo é contribuir para o conhecimento da militância no movimento dos trabalhadores em educação nas escolas públicas do Brasil.
80 p. E-293 Cr\$ 90.000,00

QUERIDA ILHA

Hélio Dutra — 2ª edição
O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba, etc.
E-240 Cr\$ 310.000,00



ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.



PEDAGOGIA DA ESPERANÇA – Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido

Paulo Freire

Síntese das grandes temáticas gestadas no auge das lutas sociais que agitaram a América Latina e os povos do Terceiro Mundo, o livro escava a história para mostrar as condições que deram forma ao pensamento e mostra a tragédia das discriminações, opressões e o drama dos que lutaram. O autor levanta os temas que nutriram lutas e animaram importantes movimentos políticos nos últimos vinte anos.

245 p. E-292 Cr\$ 475.000,00

TODOS OS SÓCIOS
DO PRESIDENTE

Gustavo Krieger, Luiz Antônio Novaes e Tales Faria revelam, em detalhes, e através de um trabalho jornalístico exemplar, o processo de formação da quadrilha que tomou de assalto o Estado brasileiro durante o governo do presidente Fernando Collor. O livro acompanha o desmascaramento do esquema PC Faria, desde o tempo em que ninguém acreditava que isso seria possível até o momento em que o país todo se levantou e pediu o fim da impunidade.

195 p.
E - 266 Cr\$ 310.000,00

Preços válidos até: 01.06.93

[illegible]

() Cheque(s) nominal(is) em anexo
() Vale Postal – Agência Lapa
() Pagarei por Reembolso Postal
() Autorizo débito no meu cartão

Cartão Nº

ACEITAMOS TODOS OS TIPOS DE CRÉDITO

Assinatura do comprador

Cadernos nº 161

Editora Terceiro Mundo Ltda. • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Rio de Janeiro - RJ • CEP 20241-180 • Telex: 21 33054 CTMB BR
PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 252-7440 OU PELO FAX (021) 252-8455

PESQUISAR AGORA É FÁCIL



Você já pode contar com os serviços do Centro de Documentação da Editora Terceiro Mundo para enriquecer sua pesquisa. Dispomos de um acervo valioso sobre as grandes questões dos países em desenvolvimento e também sobre ecologia.

Consulte-nos!

Tels.: (021) 252-1742/232-3372

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ASSINATURAS ▶

Rio de Janeiro

(021) 252-7440 / 232-3372

São Paulo

(011) 573-8562 / 571-9871

Belo Horizonte

(031) 271-3757

Brasília

(061) 226-2202

Curitiba

(041) 223-3290

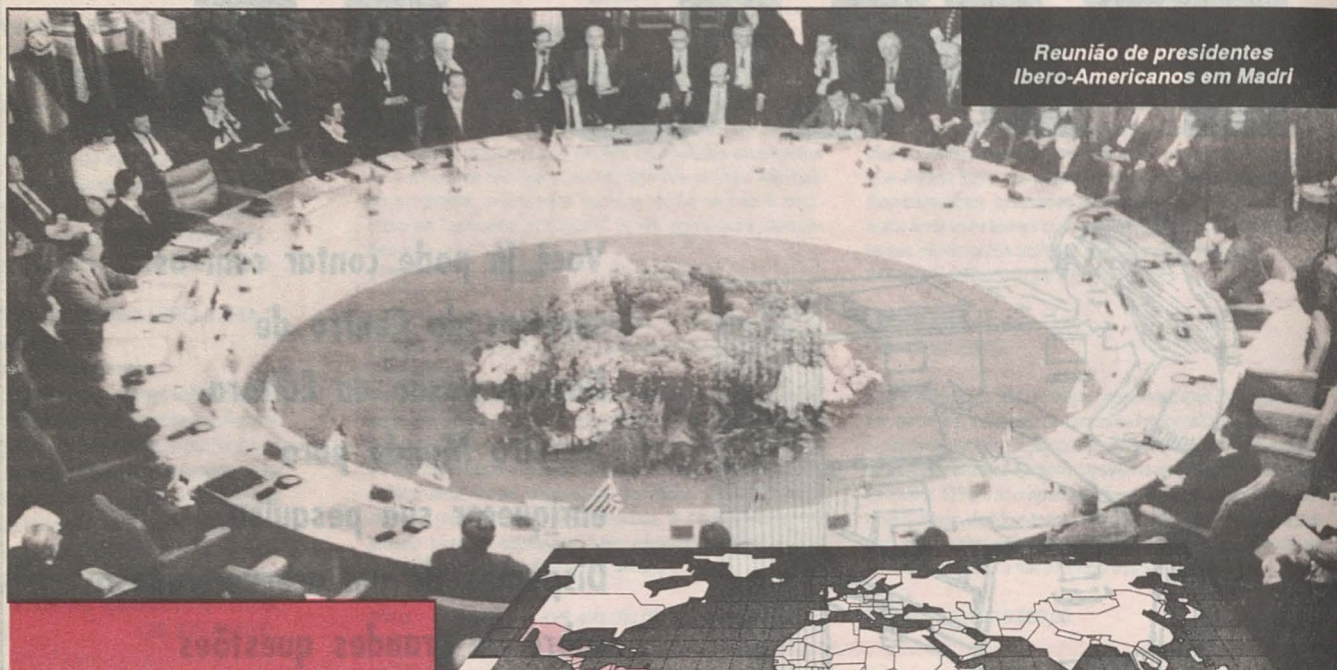
Aracaju

(079) 211-1912

Florianópolis

(0482) 44-7683

Perspectivas da integração latino-americana



Reunião de presidentes
Ibero-Americanos em Madri

*Às vésperas da III
Cúpula de Presidentes
e Chefes de Estado
Ibero-Americanos, em
junho, em Salvador, é
oportuno refletir sobre
os desafios para
tornar realidade os
sonhos de unidade dos
heróis da nossa
independência*

Theotonio dos Santos*

O primeiro e fundamental limite à integração latino-americana é a dificuldade política de estabelecê-la. O custo de uma política latino-americana aberta e consciente tem sido o rompimento com o pan-americanismo e, portanto, um choque com a hegemonia norte-americana sobre a região.

O medo de um enfrentamento, mesmo indesejado, com a potência norte-americana tem suas raízes objetivas: quase todos os países da região têm nos Estados Unidos seu principal cliente comercial, investidor, credor, patrono

militar, etc. Qualquer ameaça de retaliação de Washington provoca arrepios e pânico nas classes dominantes de todo o continente.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos são considerados o pólo irradiador da modernidade em todos os campos, particularmente na área científico-tecnológica. E mesmo que nunca transfira essa modernidade para a região, há sempre a esperança e a promessa de fazê-lo. Afastar-se de Washington é percebido então como um mergulho no atraso e na barbárie.

Mas a história mostra que os aliados dos Estados Unidos na América Latina não são os setores mais avançados,

AMÉRICA LATINA

ENSAIO

mais progressistas, mais democráticos. Pelo contrário, os interesses norte-americanos na região se ligam aos setores mais oligárquicos das classes dominantes locais, vinculados à produção e comercialização para o exterior de produtos minerais e agrícolas.

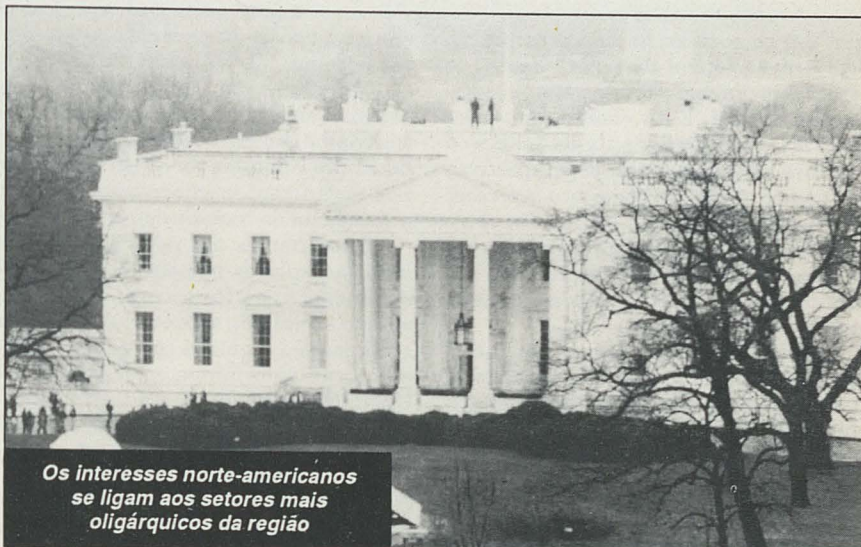
Quando se interessou em investir nos setores industriais da região, o capital norte-americano tendeu a substituir uma burguesia industrial local pelos gerentes das suas filiais. Hoje, se opõe ao pleno desenvolvimento da estrutura industrial da América Latina para limitá-la à produção de peças e complementos de suas indústrias nos centros econômicos mundiais.

É por esta razão que há uma correlação direta entre o pan-americanismo e a hegemonia oligárquica e entre o latino-americanismo e a democracia de massas. Quanto mais popular o governo, maior sua busca de raízes latino-americanas e maior o enfrentamento com a hegemonia norte-americana. Há, portanto, um conteúdo de classe implícito na questão do pan-americanismo versus latino-americanismo.

Autonomia e capacidade de negociação – A integração latino-americana depende não só da unidade de ação política e diplomática dos Estados regionais, mas sobretudo da sua capacidade de gerar instâncias autônomas de decisão, instituições e estruturas sociais e políticas capazes de garantir a soberania de cada país.

Em primeiro lugar, ela depende evidentemente da definição do papel norte-americano na região. Em segundo lugar, está a definição das outras potências do mundo capitalista. A relação da América Latina com a Europa esteve marcada, em outras épocas, pela herança colonial. Hoje, a Europa aparece como uma contra-potência, como uma força capaz de neutralizar em parte o domínio norte-americano.

Do ponto de vista econômico, Europa e Japão têm também muito que oferecer e receber da região. Seus capitais entraram fortemente na América Latina na esteira dos investimentos norte-americanos, a partir da segunda metade da década de 50, e passaram a cumprir um papel similar diante das economias nacionais, exceto por sua maior capacidade de aceitar uma composição



Os interesses norte-americanos se ligam aos setores mais oligárquicos da região

com capitais locais e com os Estados nacionais. Disposição esta decorrente, muitas vezes, de sua maior debilidade estratégica na região.

Durante algum tempo, a Europa e o Japão foram vistos pelas elites políticas latino-americanas como aliados para uma nova ordem econômica internacional. Contudo, foram muito poucos os passos da Europa e do Japão nesta direção, mesmo com países ligados à região por suas origens latinas, como Espanha e Portugal.

Tudo isto revela que uma América Latina integrada terá que tratar a Europa e o Japão como iguais e não como tutores ou substitutos de tutorias anteriores.

O outro grupo de países com que a América Latina integrada necessita definir suas relações são as nações do Leste europeu e a ex-URSS. Durante muito tempo, esta região foi objeto de imagens mitológicas, que passavam inclusive por formulações teóricas pretensamente científicas.

Pouco a pouco, o crescimento econômico, político e militar soviético foi quebrando as barreiras de relacionamento com a América Latina (antes limitado aos partidos comunistas, únicos porta-vozes de um mundo socialista também mitológico).

Nada melhor que as relações econômicas e humanas em geral para destruir estas imagens e impor as realida-

des do mundo prático e real. Já na década de 70, a União Soviética e os países da Europa do Leste mantinham um contato estreito não só com as nações então aliadas (como Cuba e posteriormente a Nicarágua), mas também tinham fortes relações econômicas com países como o México, a Argentina (já durante a ditadura militar) e o Peru.

Pouco a pouco, a literatura científico-social soviética e da Europa oriental começou a interessar-se pelas questões do Terceiro Mundo, e da América Latina em particular, e pelas teorias originadas na região. Suas posições diplomáticas, antes arredias, baseadas na não-intervenção nos problemas criados pelas potências coloniais, dos quais a URSS não era responsável, foi evoluindo nas décadas de 70 e primeira metade de 80 para uma postura cada vez mais ativa por uma nova ordem econômica, política e informativa internacional.

Nova ordem mundial – A atração desses países para uma diplomacia mais próxima ao Terceiro Mundo foi fruto de sua ação crescente no mundo, mas também de um papel cada vez mais ativo e audaz das nações do Terceiro Mundo, sobretudo em torno de organismos como a Organização das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o Grupo dos 77 e o Movimento dos Não-Alinhados.

Muitos observadores vêem, contu-

AMÉRICA LATINA

ENSAIO

do, um retrocesso nesta aproximação em consequência da *perestroika* e do crescente diálogo entre a URSS e os Estados Unidos. Esta visão é limitada, pois a presença crescente da URSS na política internacional e as perspectivas de paz no mundo só poderiam favorecer uma ação progressista no Terceiro Mundo. Inclusive nos Estados Unidos, a distensão e a aproximação cada vez maior com a URSS fortalecem os setores mais liberais deste país.

Com estas afirmações, nos introduzimos numa questão fundamental para o movimento de integração latino-americano e de outras regiões do Terceiro Mundo. A possibilidade do fortalecimento dessas iniciativas locais, sub-regionais e regionais passa por uma posição ideológica, política, diplomática, militar e econômica na direção de uma reformulação das relações internacionais.

A pressão do Terceiro Mundo por uma nova ordem internacional em todos os planos retira estes países de uma postura defensiva de nações avassaladas para incluí-los na dimensão de povos criadores de idéias, ideais, políticas e ações internacionais.

Desde a Conferência de Bandung, em 1955, na Indonésia – que deu origem ao Movimento dos Não-Alinhados –, o Terceiro Mundo foi aumentando o

seu poder de influenciar na reestruturação do mundo contemporâneo.

O anátema ao colonialismo historicamente superado, ao racismo, ao etnocentrismo, ao eurocentrismo e outras heranças coloniais foi-se introduzindo nas organizações internacionais e na consciência da humanidade.

A resistência das potências capitalistas às teses do não-alinhamento (resistências que alcançaram às vezes o campo socialista, sobretudo durante o stalinismo e algumas correntes social-democratas) terminou opondo mais nitidamente o imperialismo norte-americano à luta de libertação nacional no Terceiro Mundo.

Pouco a pouco, como fruto das condições históricas, a frente anticolonialista e antiimperialista foi assumindo uma feição socialista cada vez mais marcante.

Com o apoio de um número maior de Estados nacionais progressistas, populares, democráticos e soberanos a idéia do não-alinhamento foi se convertendo numa força ofensiva, num elemento central ético, estratégico e diplomático de articulação de uma nova sociedade planetária.

Esta nova sociedade planetária se apóia na revolução científico-técnica que, através da conquista do espaço, converte a Terra em entidade única, li-

mitada e restrita num Universo que vem sendo conhecido pouco a pouco e que já faz parte da experiência prática do homem contemporâneo.

Mas apóia-se também na idéia do pluralismo, rompendo com os limites simplistas do racionalismo do século XVIII que encontrava a unidade e a universalidade através da abstração formal, na qual o universal era concebido como a negação do particular. Num mundo que se vê às vésperas de criar uma nova sociedade planetária, a diversidade de civilizações e culturas, de raças e etnias, de histórias e nações fundamenta o universal.

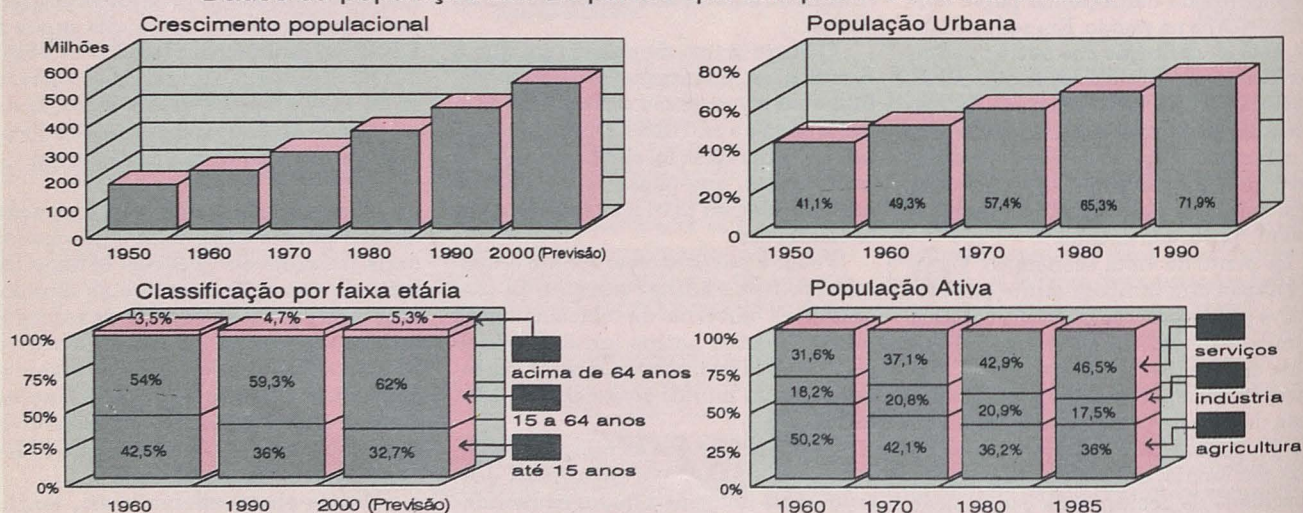
Esta é, pois, a vocação universal do Não-Alinhamento. E é no bojo deste universal-concreto e histórico que o pensamento e a ação do Terceiro Mundo ganharam força e coesão para redimensionar o planeta.

As tarefas mais limitadas ganham outra dimensão nesta perspectiva histórica e permitem às forças sociais e políticas locais encontrar energias para realizar tarefas aparentemente impossíveis no contexto das relações de força do mundo atual.

Hegemonia das forças populares – Encontramos, assim, os termos gerais da equação integracionista latino-americana e de outras regiões do

QUADRO DIDÁTICO DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Dados da população dos 20 países que compõem a América Latina



Fonte: "Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável", Theotonio dos Santos, Editora Vozes-1993

AMÉRICA LATINA

ENSAIO

Terceiro Mundo. Suas bases estão na capacidade de hegemonia das forças populares, democráticas e nacionalmente soberanas sobre os Estados nacionais.

Sua viabilidade se encontra na capacidade desses Estados articularem com outros Estados soberanos e democráticos uma estratégia de relacionamento econômico, diplomático e político baseada nos interesses comuns das partes e não na dominação política, na exploração e na expropriação da riqueza socialmente produzida.

Esta estratégia de relacionamento Sul-Sul, de aliança entre as novas economias industriais, de colaboração entre tecnologias de domínio dos trópicos e de preservação e utilização de suas grandes reservas de biodiversidade e do poder energético da biomassa abre um campo de colaboração infinito a ser explorado.

A viabilidade dessa estratégia passa, por fim, pela capacidade dessas forças de produzirem ações, políticas e propostas de rearticulação das relações econômicas, políticas, diplomáticas e culturais internacionais na direção de um mundo mais justo, equilibrado e pacífico.

Dentro desses termos globais, se inserem as políticas concretas de integração, com suas formas de intercâmbio bilaterais e multilaterais mais ou menos livres ou planejados, com seus mecanismos de compensação comercial relativamente independentes do controle exercido pelo dólar sobre o sistema financeiro internacional e sobretudo com a criação de uma capacidade de preservar, no nível de cada nação, os excedentes nelas gerados. Excedentes que são enviados para o exterior em quantidades crescentes, sobretudo com o agravamento da dívida do Terceiro Mundo, criada por mecanismos financeiros artificiais, baseados em relações de força, corrupção e domínio das elites locais.

A questão da soberania nacional – Nesta nova fase, o Terceiro Mundo vem comprimindo drasticamente sua capacidade de investimento para atender à remessa colossal de recursos para o exterior, na forma de pagamentos de juros.

É preciso derrubar de uma vez por todas a idéia de que o Terceiro Mundo é subdesenvolvido por falta de capitais. Esses países são grandes exportadores de seus excedentes nacionais em forma

A criação do Movimento dos Não-Alinhados deu um novo papel ao Terceiro Mundo



de preços relativos desfavoráveis, pagamento de serviços técnicos (falsos!), dos lucros das empresas multinacionais, pagamento de serviços de uma dívida externa montada contabilmente e remessas de rendas das oligarquias locais para os centros econômicos.

O que falta ao Terceiro Mundo é soberania nacional para defender e preservar seus recursos e produzir com liberdade os produtos necessários para seus povos. Não será ajustando-se passivamente às novas exigências de uma economia mundial – cuja divisão internacional do trabalho aprofundará o papel subalterno e dependente do Terceiro Mundo – que estes países conseguirão encontrar o caminho da riqueza e do atendimento às suas necessidades sociais. As políticas de integração têm que ser parte dessas lutas e como tais devem ser estudadas.

Assim como a conquista da soberania nacional exige luta e tem altos custos históricos, ao voltar-se contra os poderes hegemônicos do sistema econômico mundial, uma efetiva política de integração das nações hoje dependentes e colonizadas encontrará sempre resistências brutais ou tentativas de cooptá-las, desviando-as de seu objetivo inicial.

Contudo, como vimos, a evolução da economia mundial se dá no sentido de limitar a sobrevivência de um imperialismo econômico fundado num

poder central e hegemônico incontestável. A crise de hegemonia no mundo contemporâneo favorece a ação negociadora das partes subjugadas e dependentes.

A América Latina tem, assim, uma oportunidade única para afirmar sua unidade sem chocar-se abertamente com a hegemonia norte-americana. Este país poderá por fim reconhecer sua necessidade de negociar com uma América Latina forte e integrada. Este reconhecimento poderia, inclusive, assumir a forma de um mercado livre em todo o continente, tal como defende a Iniciativa para as Américas, proposta pelo ex-presidente George Bush.

Contudo, será um erro brutal da região renunciar à sua unidade mais profunda em troca deste livre comércio que não existirá sem a sua força sub-regional. Ela deverá ter a força de impor a combinação de ambas realidades: a unidade bolivariana do continente deverá ser respeitada pelos Estados Unidos. E sobre esta base poderá haver um novo pan-americanismo no qual uma América Latina fortalecida poderá negociar o destino comum do continente americano. Parece um sonho, mas poderá ser realidade. É hora de ousar.

* Professor visitante da Universidade Federal Fluminense. Texto extraído do livro do autor: "Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável", Editora Vozes, 1993

A ONU na mira

A incapacidade demonstrada pelas Nações Unidas para fazer cumprir os tratados de paz lança dúvidas sobre seu papel na ex-colônia espanhola no noroeste da África

Mohamed Salem

Quando o Conselho de Segurança da ONU chegou em princípios de março a um acordo dando três meses de prazo ao Marrocos e à Frente Polisário para negociar uma saída para o conflito do Saara Ocidental, a notícia foi muito bem recebida nos meios diplomáticos.

Rompendo um impasse de um ano, o acordo – fruto de uma longa negociação liderada pela França, Estados Unidos e Grã-Bretanha – prevê a realização de um referendo no mais tardar para o final deste ano. Aparentemente, a resolução foi aceita pelos saarauís e marroquinos.

Mas o desafio maior começa agora para as Nações Unidas, cuja imagem está muito desgastada no Magreb devido à incapacidade demonstrada até agora para levar a bom termo o frágil processo de paz no Saara Ocidental. Dirigentes da Frente Polisário (Frente Popular para a Libertação de Saguía El-Hamra e Río de Oro, as duas regiões em que a Espanha dividiu sua colônia africana) acusam o organismo internacional de não reagir diante das violações aos acordos e das manobras do Marrocos para ganhar tempo.

O presidente da Polisário, Mohamed Abdelaziz, advertiu inclusive, durante uma visita realizada em fevereiro a Madri, que seu povo voltará a pegar em armas se não for garantida a realização de um referendo “livre, transparente e democrático”.

A implementação da resolução e a rápida organização da consulta popular devem ser prioritárias para a ONU.

Herança colonial – O atual conflito no Saara Ocidental, o último territó-



O impasse nas negociações pode levar ao reinício da guerra no Saara Ocidental

rio colonial da África, começou em 1975, quando a Espanha abandonou a colônia sem cumprir anteriores resoluções das Nações Unidas que estabeleciam a realização de um referendo para que o povo se pronunciasse sobre a autodeterminação. Em 1975, quando o ditador Francisco Franco estava moribundo, o governo espanhol entregou o Saara ao Marrocos e Mauritânia.

Um ano depois, a Frente Polisário declarou de forma unilateral a independência do país, fundando a República Árabe Saarauí Democrática (Rasd), que foi admitida como membro pleno da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1984 e foi reconhecida por 74 Estados.

Em 1979, a Mauritânia assinou a paz com a Frente Polisário e se retirou



Resgatar

do território. Mas o Marrocos avançou sobre essas terras, estendendo sua área de dominação.

Em 6 de setembro de 1991, sob os auspícios da ONU e da OUA, o Marrocos e a Frente Polisário assinaram um armistício, pondo fim a 17 anos de luta armada, e concordaram em realizar um referendo para determinar o futuro da região.

As Nações Unidas votaram um fundo de 270 milhões de dólares destinado à implementação dos tratados e enviaram uma missão ao território saaraui, cujos efetivos estão divididos em dez postos de observação ao longo da linha de fogo.

No entanto, o processo de preparação da consulta popular está estancado pelas contínuas violações ao armistício por parte das tropas marroquinas e porque o rei Hassan II continua mandando colonos ao Saara, em uma tentativa de forjar uma maioria favo-

rável à incorporação do território ao Estado marroquino.

O governo de Rabat reivindica agora o reconhecimento de 120 mil cidadãos – marroquinos que foram viver no Saara – como eleitores aptos a votar no referendo. Isso é mais do dobro do número que foi adotado pelas Nações Unidas – 74 mil eleitores – levando em conta o censo feito na área antes da invasão marroquina.

A seu favor, o governo marroquino conta com uma proposta do ex-secretário-geral da ONU, o peruano Javier Pérez de Cuéllar, feita em novembro de 1991 – ou seja, nos últimos dias de seu

mandato – na qual, sem consulta prévia à Polisário nem a outras instâncias da própria organização, recomenda a ampliação dos critérios de identificação dos eleitores.

signado diretor de uma empresa do rei Hassan II – e a ausência de uma reação por parte da ONU provocaram grande malestar. O próprio representante especial das Nações Unidas no Saara, Johannes Manz, renunciou ao seu cargo e escreveu uma carta a Cuéllar na qual dizia que “o envio de colonos marroquinos ao Saara constitui uma violação ao espírito e à letra do plano de paz”.

Enquanto busca sair do impasse, à espera de uma iniciativa concreta do Conselho de Segurança, a Frente Polisário leva a cabo uma profunda reorganização interna. “Estamos nos preparando para o referendo e para a etapa posterior”, afirma a **cadernos do terceiro mundo** Osmar Mansur, um dos máximos dirigentes da organização. “Confiamos na vitória e nos preparamos para responder aos anseios de nossa população de instaurar uma democracia pluralista, com uma estrutura multipartidária e práticas políticas transparentes. Nós também tiramos lições de tudo o que ocorreu no Leste europeu”, acrescenta.

As tensões entre saarauís e marroquinos se agravaram após a denúncia da Anistia Internacional (AI), em fevereiro passado, sobre desaparecimentos, torturas, mortes de prisioneiros e detenções secretas no Saara Ocidental, apesar do compromisso assumido pelo regime marroquino de respeitar os direitos humanos.

O relatório da AI assinala que, ignorando a presença de delegados da ONU, o governo do Marrocos tem perseguido e detido centenas de saarauís, acusando-os de apoiar a Frente Polisário. ■



O rei Hassan II



Javier Pérez de Cuéllar



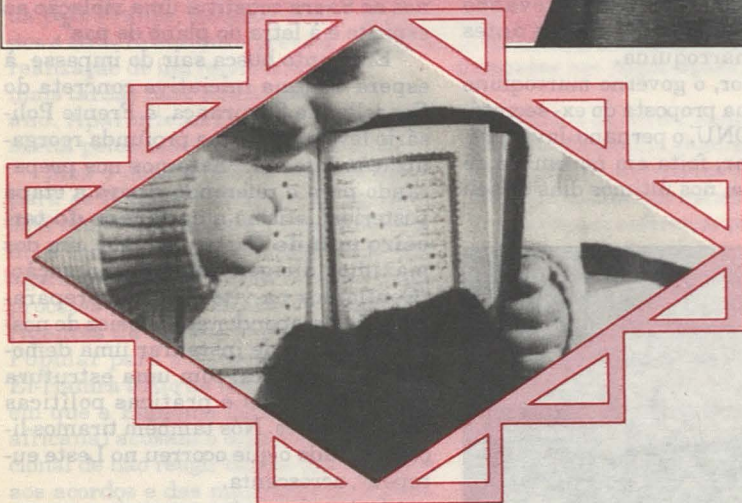
Mohamed Abdelaziz



Os direitos humanos da população saaraui são violados de forma sistemática

A ONU na mira

A MULHER E O ISLÃ



Mulher ocidental e Islã. Uma mistura impossível? A realidade está mostrando que não. De todas as religiões dos Estados Unidos, a que mais cresce é o islamismo, devendo se tornar a terceira do país no próximo século. E dentro deste enorme contingente que decidiu abraçar a fé islâmica se destacam as mulheres, sobretudo as afro-americanas.

Uma opção difícil em uma sociedade onde, por preconceito ou ignorância, poucos compreendem que uma mulher economicamente independente e com bom nível cultural se converta a uma religião que, segundo os padrões ocidentais, a deixaria em segundo plano em relação ao homem.

Apesar disso, elas não abrem mão da fé que lhes deu um novo sentido para suas vidas, resgatando seu amor-próprio e dignidade.

Contestam, na prática, o estereótipo da mulher muçulmana submissa e questionam a tão propalada liberação da mulher no Ocidente.

É esta nova abordagem que mostram as reportagens do nosso Especial.

Resgatar a própria identidade

Claudia Guimarães

A que o sr. atribui o crescimento do islamismo entre mulheres ocidentais?

— Todas as pessoas que tiveram negada a sua identidade — e não apenas as mulheres — aderem ao Islã. É uma maneira de se defender do monoteísmo de mercado, que é a religião que cultua o dinheiro como valor máximo.

A mulher é muito usada no Ocidente, sobretudo na publicidade, como apelo sexual para vender uma infinidade de produtos. Por isso compreendo porque várias ocidentais, incluindo muitas norte-americanas, reajam contra isso adotando a fé islâmica.

Mas o Corão não prescreve rígidas normas de conduta para as mulheres?

— No Corão não há nenhuma justificativa para a submissão feminina. Trata-se de uma deformação que reproduz os costumes da época. A repressão à mulher árabe não está no Islã, mas tem sido explorada pelos príncipes dirigentes dos países árabes.

Por exemplo, o véu não tem nada de islâmico. Nos ícones da Virgem Maria de Bizâncio, seis séculos portanto antes do nascimento do profeta Maomé, não se vêem os cabelos da Virgem cobertos por um véu. São Paulo dizia que, se a mulher não gostasse do véu, era preciso cortar seu cabelo, uma punição reservada às prostitutas na época. Ou seja, o véu e a repressão são tradições do Oriente Médio.

Como o sr. vê as críticas ao uso do véu nas escolas da França e ao islamismo em geral nos países ocidentais?

— Acho um absurdo o escândalo que estão fazendo na França, ao se tentar proibir as muçulmanas de ir de véu para a escola. Ninguém proíbe que os judeus andem com suas roupas e solidéus. Por que então esta atitude em relação às mulheres islâmicas?

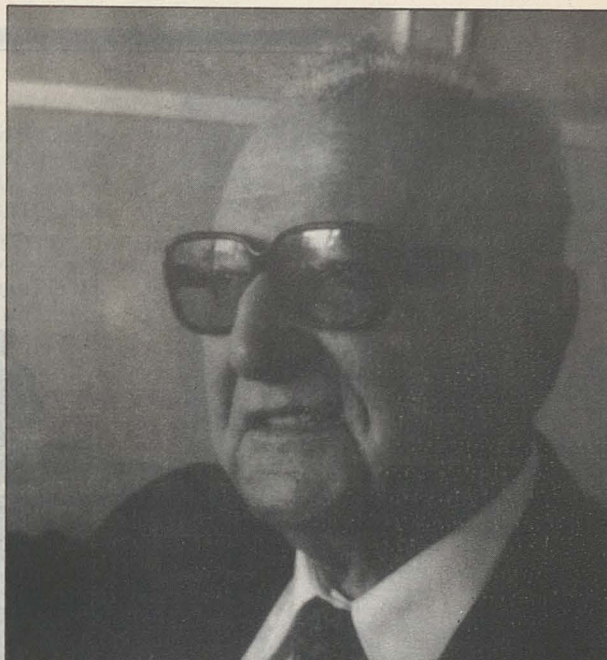
Na imprensa ocidental é comum ver ataques ao integrismo argelino, mas nunca se diz que o centro do fundamentalismo mundial, onde se cortam as mãos das mulheres adúlteras, é justamente a Arábia Saudita. O regime de Riad é cruel e hipócrita, mas é um bom comprador de armas do Ocidente e de produtos supérfluos, o que explica o silêncio da grande imprensa.

O Sudão é outro foco de integrismo. Mas é bom lembrar que os norte-americanos forneceram armas e ampla ajuda financeira ao dirigente deste país, Gaafar Numeiry, numa época que ele já aplicava no país punições como amputar a mão dos ladrões e até enterrar vivas pessoas culpadas de determinados delitos em nome do Corão.

Aí está a hipocrisia: enquanto o Ocidente diz que "os príncipes árabes são uns bárbaros", continua lhes dando seu apoio quando reprimem a população.

O sr. poderia citar exemplos de países árabes onde a mulher tenha um papel social e econômico de maior peso?

— Temos o exemplo da Líbia, onde as mulheres ocupam todos os espaços que desejarem. Mas, é bom lembrar que, cada vez que há um regime de força, ele exclui as mulheres, mesmo no Ocidente. Nas ditaduras militares, as mulheres não participam do poder e são muitas vezes suas maiores vítimas.



Garaudy: "No Corão não há nenhuma justificativa para a submissão feminina"

O filósofo francês Roger Garaudy vê a adoção da fé islâmica pelas ocidentais como reação a uma sociedade que reserva às mulheres o papel de simples objeto sexual



Muçulmanas negras se reencontram na fé

*A ativa participação das afro-americanas
na comunidade muçulmana mostra que o islamismo
está passando por um processo de adaptação
cultural nos Estados Unidos*

Kathie Dobie*

Um salão de aparência simples, paredes pintadas de branco, em um terceiro andar da Rua 116, no Harlem, um bairro de Nova Iorque. É a *musallah*, onde a comunidade muçulmana vem rezar. "As-salaam alaikum", cumprimentam-se mutuamente as mulheres, trazendo na cabeça os seus turbantes e *kufis* e arrasando atrás de si as pontas dos véus, dos longos vestidos bordados em dourado e das túnicas de algodão africano.

Vieram de Newark e Niagara Falls, do Harlem e de East Village para a primeira Conferência Estadual da Amizade das Irmãs Muçulmanas, realizada na mesquita Malcolm Shabazz, que leva este nome em homenagem ao líder negro muçulmano Malcolm X, assassinado em 1965.

Ponto número um do encontro: "Respostas corânicas a questões que afetam as mulheres islâmicas". As fiéis estão sentadas em cadeiras dobráveis de metal, diante de cinco imãs de turbante e vestidos brancos, que normalmente oficiam nas mesquitas da cidade.

- No verão uso sandálias, mas com meias nos pés. Isso é certo ou errado?, pergunta uma jovem ansiosa.

- Tudo bem, se as meias forem opacas. Lembre-se de que somente as mãos e o rosto devem ficar à mostra. É uma forma de proteger as mulheres. Podemos não compreender o motivo, mas devemos obedecer, pois o preceito veio de Alá, responde um imã.

Ouve-se o ranger de uma das cadeiras de metal.

- O Corão diz que o homem não deve usar roupas de mulher e a mulher não deve usar roupas de homem.

Uma das mulheres sussurra:

- Como é que ele tem coragem de nos dizer como devemos nos vestir, quando ele está ali em trajes de mulher?

Terminada a sessão, em uma pequena sala de aula no andar inferior, Katrina Haslip, formal e nervosa, faz uma palestra sobre Aids. Poucas horas antes, esteve a ponto de fugir dali.

"Muitas de nós, nesta aula, somos convertidas. Temos antecedentes de uso de drogas e até mesmo de prostituição. Eu sou muçulmana e o meu exame de sangue deu HIV positivo."

Uma das mulheres menciona a filha adolescente que está grávida, outra fala do filho que vende *crack* e todas salientam a necessidade de escolas islâmicas para combater a influência das ruas.

"Às vezes me pergunto como devo criar os meus filhos. São tantas as ameaças que pairam sobre eles...", diz Sarah Shah, de 26 anos, e mãe de três crianças.

Aisha Mohammed, imponente em suas longas vestes negras, um véu monumental cobrindo-lhe a testa, exorta as mulheres a se tornarem "muçulmanas visíveis". "Vistam-se de modo que possamos nos identificar facilmente quando estivermos lá fora neste deserto que são os Estados Unidos!", exclama ela.

Simplicidade atrai mulheres - As pessoas que frequentam a mesquita Malcolm Shabazz são muçulmanas de primeira e segunda gerações, ou seja, as convertidas e as jovens que já nasceram muçulmanas. Muitas das crianças que brincam e pulam nos corredores são muçulmanas de terceira geração. O Islã deitou raízes em solo norte-americano e é hoje a religião que mais cresce no país, especialmente entre a comunidade negra.

Calcula-se que cerca de 400 mil afro-americanos são muçulmanos. Muitos deles adotaram a nova fé nos anos 70, através do movimento Reencontro com o Islã ("Lost-Found Nation of Islam"), liderado por Elijah Muhammad. Quando Elijah morreu, em 1975, alguns adeptos se afastaram do islamismo ou aderiram ao movimento de Louis Farrakhan, de bases racistas.

A maioria, porém, passou a seguir Wallace D. Muhammad, filho de Elijah, e que pregava um Islã baseado no Corão e nos ensinamentos do profeta Maomé.

Apesar do crescimento da religião, a imagem do Islã nos Estados Unidos continua sendo a do estereótipo visto no Oriente Médio: as mulheres são figuras espectrais, silenciosas em público, em constante *pardah*, ou seja, sob a custódia dos homens. Mas muitas das mulheres afro-americanas vêem o Islã com outros olhos - um sistema no qual mulheres e crianças são protegidas contra a violência e a pobreza.

Segundo o Corão, a mulher não tem qualquer obrigação financeira perante a família: seu lugar é em casa, cuidando dos filhos. "Não acho que isso seja



Para muitas mulheres negras, o islamismo permitiu superar o racismo

O Islã deitou raízes em solo norte-americano e é hoje a religião que mais cresce no país, especialmente entre a comunidade negra



opressão, pois fui criada em uma família negra", diz uma professora, mãe de quatro filhos. "Ficaria muito feliz se tivesse um homem que me sustentasse e me protegesse". A maioria das mulheres, porém, tem de trabalhar.

Embora o uso do véu seja obrigatório, muitas mulheres usam-no somente durante as cerimônias religiosas, pois não querem ser desqualificadas para um emprego ou uma promoção. Outras, porém, especialmente as mais jovens e ardentes, insistem em se vestir à maneira ortodoxa. Seja como for, todas se vestem "pudicamente", dizendo que assim impõem mais respeito nas ruas. Uma jovem recém-casada afirmou com orgulho: "Os homens nem olham para mim!".

As que se converteram ao islamismo a partir do cristianismo – fossem batistas, católicas ou episcopais – eram cristãs somente pela metade. O que as atraiu foi a simplicidade do islamismo: os cinco pilares da fé, o mês sagrado, a linguagem direta do Corão, as normas muito claras de conduta no tocante à alimentação, casamento e divórcio.

É possível a uma pessoa ser "católica somente aos domingos", mas o Islã mantém uma presença constante no dia-a-dia dos fiéis. Os muçulmanos fazem suas orações cinco vezes por dia e vestem-se propositalmente de modo diferente – em um estilo não-americano. Cumprimentam-se em árabe. No emprego, seja numa multinacional ou numa universidade, se a sala estiver vazia, eles cobrem a cabeça e rezam. Durante o dia, tratam de cumprir suas tarefas e nada mais. Ao voltarem para casa, dizem para si mesmos, tranquilamente, que o poder de dirigi-los pertence a Alá, e não à firma onde trabalham.

A questão do racismo – Sunny Ramsey e Donna Habib estiveram presentes à conferência feminina. As duas se conheceram há cerca de 20 anos, na universidade. O racismo que lá era praticado – por professores e pela comunidade – deixou-as arrasadas e terminou levando-as para o islamismo.

"Era uma forma de dizer à comunidade branca, anglo-saxônica e judaica dos Estados Unidos que, apesar de tentarem acabar conosco e nos caricaturar, nós resistimos."

A conversão permitiu-lhes superar o racismo, cada uma à sua maneira. Diz

Donna Habib: "Sou afro-americana mas, acima de tudo, sou muçulmana. Quando vejo uma injustiça, penso comigo: isso é antimuçulmano. Não penso logo em racismo."

Hafeezah Hasan cria os seus quatro netos e netas na East Village. Os netos são filhos de duas de suas filhas: uma se suicidou sob os efeitos do pó dos anjos (PCP); a outra está se tratando para livrar-se do crack.

Hafeezah ingressou no movimento Reencontro com o Islã em 1975. "Minha mãe morreu, depois foi a vez do meu marido. Sentia-me perdida", diz ela. Tinha oito filhos e ficou impressionada com a ênfase colocada pelo islamismo nos deveres do homem perante a família. Além disso, adorava as crianças (os pequenos muçulmanos) que frequentavam a mesquita. Seis dos filhos ainda vivem – cursando a universidade ou trabalhando para sustentar a família.

Hafeezah tem 58 anos – manchas azuladas sob os olhos, diabética. Usa anel no nariz, lenço cor-de-rosa em torno do pescoço, camiseta que lhe desce até à cintura. Diz não se importar muito com as normas de cobrir a cabeça e o corpo por ser uma muçulmana americana – e, afinal, na sua idade, já não atrai tanto os olhares dos homens.

As pessoas que foram suas amigas na juventude já morreram, diz ela, ou estão velhas. Seu primeiro marido, a quem tinha profundo amor, morreu vítima do álcool – encontraram-no ajoelhado na cama, a cabeça mergulhada nos lençóis. Aquilo a abalou e impressionou – parecia que ele estava rezando. Ao enterro compareceram somente cinco pessoas, e isso também a impressionou. "Pode-se imaginar uma coisa dessas – cinco pessoas?", diz ela.

O islamismo lhe deu uma voz – um meio de se expressar publicamente. "Houve tempo, disse-me ela, em que eu não teria permitido que você entrasse nesta casa. Não teria lhe dado atenção. Achava que os meus sentimentos não eram da conta de ninguém. O fato de você ser branca e eu negra – isso me inibia. Pedi a Deus que me livrasse desse preconceito. Sendo muçulmana, aprendi a me abrir com as pessoas. Hoje acho que ninguém é melhor ou pior do que eu."

Ativista da Aids – Ela é mais conhecida como Sunny Ramsey, ativista

O debate

na luta contra a Aids e promotora da vida comunitária. Na mesquita de Malcolm Shabazz chamam-na de Sunni Ramsey Ahmed, uma das organizadoras da Conferência de Mulheres Islâmicas.

O imã lhe disse que ela não poderia usar um nome como Sunny, e prontamente passou a chamá-la de "Sunni", nome de uma seita muçulmana.

Começou a vida no bairro de Queens com o nome de Cheryl, mas Cheryl morreu. "Cheryl morreu na escola, porque Cheryl não podia sobreviver nos Estados Unidos. Sunny é forte, vai até o fim da linha. Sunny não tem ilusões", diz ela.

Quando se pergunta a Sunni como se tornou muçulmana, ela começa a contar as visões que tinha quando menina — o rosto de um negro na janela, olhando-a com os olhos injetados de sangue.

Os sonhos de sua infância — viajando pelo mundo em companhia de almas, em cima de cavalos alados. A casa em que morava no Caribe, o círculo internacional dos amigos dos pais, a babá polonesa, o estímulo intelectual que recebeu nas escolas judias.

Oriunda desse meio, foi cursar uma universidade no interior do estado de Nova Iorque, para estudar veterinária. Em 1969, a doce, a vivaz e visionária Cheryl "esbarrou de encontro à frieza ríspida do racismo pela primeira vez".

Os professores pregavam a superioridade intelectual dos brancos e, por ser negra, Cheryl sofria toda a sorte de pressões. Como matéria preferencial, escolheu educação e, durante o tempo em que lecionou como estudante, as pessoas do lugar se queixavam de que os filhos estavam recebendo aulas de "uma preta".

Em 1971, Sunny voltou para Nova Iorque radicalmente mudada. "Eu estava toda em pedaços — era como dinamite, três segundos antes da explosão."

Foi então que a sua educação realmente começou. "Eu sabia que, para sobreviver, tinha de entender o mundo da cultura ocidental, a cultura do homem branco. E recuando na história a gente chega até ao Egito."

A conversão para o islamismo veio bem depois, aos 30 e tantos anos de idade. "Perguntei-me qual a religião que melhor podia preparar o meu filho para sobreviver neste país. O Islã, sem dúvida. Vi o islamismo como uma religião digna para as pessoas de cor." Sunny

sempre imaginara que o filho que havia de ter seria menino, mas nunca chegou a ser mãe.

Em sua sala de jantar, pendurado na parede há um quadro de Martin Luther King e Malcolm X. Quando ela pensa em Martin, vê mulheres agredidas pelos jatos de água das mangueiras dos bombeiros; e, quando pensa em Malcolm, pensa em homens lutando para manter a segurança das mulheres em casa. Sabia que tipo de homem desejava que o filho fosse.

Para Sunny, o Islã tem um efeito libertador sobre as mulheres. "O profeta disse: 'Se quiseres uma dessas mulheres, casas com ela. Não ponhas a mulher na situação de ter de trabalhar o dia inteiro para criar os filhos sozinha'", lembra.

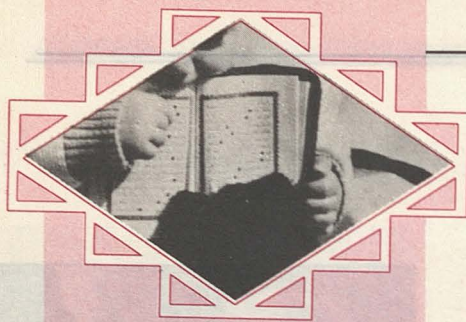
"O ato de cobrir a cabeça é espontâneo. Cobre-se quando isso lhe parece apropriado; descobre-se em outras ocasiões." Voando de um ponto a outro do país para pronunciar conferências, Sunny se veste "com modéstia", mas não quer alarmar as pessoas com as suas roupas africanas — não quando vai falar a respeito de mulheres e crianças que estão morrendo de Aids. Tampouco quer aparecer na televisão com um véu na cabeça e exibindo uma camisinha. Como muçulmana, acredita ser da "escola de Benazir Bhutto", diz ela, rindo.

Islamismo: adaptação cultural — Poucas mulheres muçulmanas nos Estados Unidos se definiriam como "muçulmanas norte-americanas". Consideram-se parte da comunidade mundial de muçulmanos, identificadas com as suas irmãs do Oriente Médio, da Índia e do Paquistão.

Orgulham-se da ortodoxia que adotaram. No entanto, diante das mulheres que enchiam a mesquita Malcolm Shabazz naquele dia, promovendo sua conferência feminista na *musallah* (onde as mulheres se colocam atrás dos homens para rezar) e erguendo-se para dizer: "Irmãs, precisamos ensinar o Corão a nós mesmas!", ficava claro que o Islã está passando por outra adaptação cultural — desta vez em lugares como a Rua 116, no Harlem, em Nova Iorque.

*Pacific News Service. Kathie Dobie publica regularmente seus artigos no *Village Voice* e na revista *Vogue*.

É possível a uma
pessoa ser "católica
somente aos
domingos", mas o
Islã mantém uma
presença constante
no dia-a-dia
dos fiéis



O debate por trás do véu

Feministas islâmicas sustentam que o véu é um símbolo de liberação e não de submissão



estado multipartidário. Junto com um aumento da pobreza e do desemprego, ocorreu uma rápida islamização da sociedade argelina, com líderes religiosos muçulmanos dando ênfase às suas pregações antiocidentais.

Para muitas mulheres argelinas, o véu (*hijab*) representa rejeição à influência ocidental, defesa contra investidas masculinas indesejadas e o direito de promover o seu próprio status social através da educação e de profissões escolhidas por elas mesmas.

Nas sociedades ocidentais, as mulheres podem vestir o que quiserem, dizem essas mulheres islâmicas, e ainda assim são exploradas econômica, política e, especialmente, sexualmente – além de não terem noção de bem-estar espiritual.

Fé ou imposição da moda? – Algumas feministas rebatem esses argumentos, afirmando que, apesar de muitas usuárias de véus serem liberadas, o véu implica claramente uma inferioridade da mulher em relação ao homem.

Mas as feministas defensoras do véu gostam da separação física, que, na sua opinião, permite que se concentrem em seus estudos e seus trabalhos. E estão conseguindo derrotar os homens brilhantemente em seu próprio jogo.

Muitos muçulmanos sustentam que o Islã não exclui o feminismo. Zarina Ramzan e Qumar Ashraf, duas *stripers* muçulmanas, insistem que os princípios islâmicos não proíbem a independência ou inibem a sexualidade feminina. Zarina leva consigo uma cópia do Corão para onde quer que vá e se diz orgulhosa de ser uma muçulmana: “Não preciso ir a uma mesquita para provar isso.”

Em alguns países, o véu é mais uma imposição da moda do que um símbolo de fé religiosa. Malu Halasa diz que no Cairo o véu é a última moda e que as adolescentes muçulmanas estão ansiosas para usá-lo. Assim como na Argélia,

Jules Inda

Para olhos ocidentais, o véu dos pés à cabeça usado pelas mulheres fundamentalistas é um marco óbvio de repressão, símbolo de uma sociedade que nega à mulher a voz política e o poder econômico, forçando-a à submissão no casamento e na estrutura familiar. Porém, numa tendência crescente que vem surpreendendo a todos, um número cada vez maior de mulheres muçulmanas está externando o seu apoio ao uso do véu.

Usar o véu faz parte de um ressurgimento de práticas muçulmanas que vêm acompanhando mudanças políticas em alguns países islâmicos. Liberalizado em alguns países, o uso do véu vem sendo a opção de mulheres entusiastas da causa islâmica. Foi o que aconteceu com o movimento fundamentalista argelino no período que se seguiu à transição de um governo socialista de partido único para um

MATÉRIA DE CAPA

O avanço do Islã nos EUA

a nova geração egípcia está na vanguarda do movimento das usuárias de véus. Muitas dessas mulheres usam o véu como símbolo de rebeldia contra as famílias que nunca usaram o véu ou que se opõem com veemência ao seu uso.

Retrocessos após a Guerra do Golfo – Mas outras mulheres islâmicas não apenas criticam a volta ao véu, como também contestam que as mulheres tenham conseguido algum progresso em sua luta pela igualdade. Na Arábia Saudita, a Guerra do Golfo trouxe um ressurgimento de conservadorismo religioso, destruindo as esperanças que a ajuda militar e a presença ocidental iriam liberalizar a tradição islâmica.

Em vez disso, o governo decretou em fins do ano passado que as comissárias de bordo das companhias aéreas daquele país deveriam usar véus e vestidos até o tornozelo. Esse decreto marcou o aniversário de um ano do famoso protesto público realizado por 47 mulheres sauditas, que dirigiram os seus carros pela capital, Riad, para protestar contra a proibição de tirarem carteira de motorista.

O Comitê Governamental de Apoio à Virtude e Prevenção ao Vício respondeu ao protesto com uma vingança: as mulheres que participaram da carreta foram presas, interrogadas e denunciadas publicamente como corruptoras da sociedade. Por isso, são admoestadas física e verbalmente em público e se os seus rostos ou suas mãos não estiverem cobertos, são acusadas de estarem vestidas imoralmente.

As mulheres iranianas também têm sido sujeitas a decretos governamentais que regulamentam o seu modo de vestir. O xá Reza Pahlevy baniou o véu em 1963 e instituiu diversas leis para proteger a mulher. As mulheres foram beneficiadas na revisão do matrimônio, divórcio e leis de custódia, assim como tiveram maior acesso à educação e ao emprego. Quando o aiatolá Khomeini derrubou o regime do xá invalidou a maioria dessas leis, alegando serem antiislâmicas. Apesar de todos os protestos, o uso do véu voltou a ser obrigatório.

Uma proteção para a mulher – Os críticos do véu ressaltam que, historicamente, o véu era um símbolo de classe. Céticos de que a violência contra a mu-



Líbia: em um país onde as mulheres estão presentes até nas Forças Armadas, o uso do véu é uma opção pessoal

lher pudesse ser controlada, os legisladores optaram por exigir que as mulheres de aristocratas usassem véus.

Mas, enquanto as leis que proibiam que se falasse ou se tocasse uma mulher que usasse um véu a protegiam da violência, as mulheres que não usassem véu eram submetidas a abusos sem recurso legal.

No livro "O véu e a elite masculina", editado em 1991, Fatima Mernissi diz que "o *hijab* dividiu a população feminina muçulmana em duas categorias: mulheres livres, contra as quais não era permitida a violência, e mulheres escravas, contra as quais o *ta'arrud* é permitido". *Ta'arrud*, explica a escritora, é a prática de "obstruir o caminho de uma mulher de modo a obrigá-la à fornicação".

Mas enquanto as mulheres de classes menos privilegiadas podem hoje usar o véu para se protegerem da violência, algumas estão felizes por se verem livres dele. Mulheres camponesas que precisam trabalhar em fazendas ou em casa acham o véu muito incômodo para ser usado durante o trabalho.

O véu continua a ser o centro do debate sobre o papel da mulher nos países islâmicos. Em países onde política e religião estão tão interligadas, torna-se difícil separar os ensinamentos islâmicos das distorções originárias da manipulação feita por líderes políticos através da religião. As feministas continuam divididas quanto ao significado do véu, mas concordam em uma coisa: a escolha pertence a cada mulher em particular.

O avanço do Islã nos EUA



Mulheres árabes e ocidentais pedem o fim da violência contra as muçulmanas da Sérvia

Na Califórnia multicultural, as novas adeptas brancas do islamismo contradizem o estereótipo da mulher muçulmana oprimida

Joan Walsh*

O islamismo, a religião que mais cresce nos Estados Unidos, vem conquistando um número cada vez maior de adeptas norte-americanas de cor branca. A Califórnia já abriga o segundo maior contingente de muçulmanas brancas, só perdendo para Nova Iorque. Muitas delas, profissionais formadas em universidades, são hoje seguidoras de uma religião que, para a maioria dos norte-americanos, é sinônimo de opressão feminina.

Em uma modesta casa de Albany, subúrbio de São Francisco, um grupo de muçulmanas brancas reúne-se para estudar o idioma árabe e discutir o islamismo. Sentada à mesa de jantar, Nasira lê atentamente um texto árabe em voz alta, o rosto emoldurado por um véu verde claro.

Sua professora, Amina, mãe de quatro filhos, foi educada na religião muçulmana pelo pai paquistanês e pela mãe, uma convertida branca. Fala fluentemente o árabe e fez mestrado em estudos do Oriente Médio. "Todas nós temos curso superior e, além disso, a maioria trabalha", diz Amina. "Não se pode dizer que alguém aqui seja o protótipo da mulher muçulmana ignorante e oprimida."

Desafiando estereótipos - Na verdade, estas mulheres estão dispostas a contestar os estereótipos. Abriam a sala de aula a uma repórter, nos dias inquietos que se seguiram à Guerra do Golfo, para falar sobre a mal compreendida religião que escolheram como base de suas vidas - a religião que, no início do próximo século, ultrapassará o judaísmo como a terceira maior dos Estados Unidos.

Temerosas do preconceito antimuçulmano, concordaram em falar abertamente, mas não querem que os seus sobrenomes sejam revelados.

"Fui criada na religião luterana e, quando jovem, passei a frequentar um grupo batista. Desde criança, a religião sempre significou muito para mim", diz Roxane, uma loura de 36 anos que um dia foi miss em Wisconsin.

Depois que se casou com um muçulmano marroquino, Roxane sentiu-se atraída pelo rigor muçulmano: a exigência de orações cinco vezes por dia, a responsabilidade social, a proibição do uso de álcool e drogas. "Sinto necessidade dessa disciplina em minha vida. O islamismo me serve de freio."

Geralmente, as mulheres de cor branca que se convertem ao islamismo são casadas com imigrantes muçulmanos, embora seja um detalhe delicado para algumas delas. Roxane, por exemplo, como outras do grupo, afirma que fez a opção por sua própria conta.

Cindy, de 26 anos, declara-se "pesquisadora". Operadora de computador, de origem chinesa e caucasiana, Cindy experimentou o zen-budismo e o hinduísmo antes de sua conversão ao islamismo. "Muita gente que anda à procura de uma nova religião - observa ela - deixa de escolher o islamismo em virtude da propaganda negativa."

Nasira também sentiu necessidade de encontrar uma religião. Criada no ateísmo por pais marxistas "em um lar anarquista", essa professora de 38 anos cresceu com um profundo desejo de ordem e fé religiosa. Tinha 18 anos quando conversou sobre o islamismo com um muçulmano afro-americano. Converteu-se três semanas depois. Mais tarde, casou-se com ele, mas os dois divorciaram-se após 16 anos de casamento.

Como prevenir

Apesar de criar sozinha quatro filhos, ela conseguiu terminar o seu curso de inglês na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e foi trabalhar como professora em uma escola muçulmana em Oakland. "E ainda há quem julgue que as mulheres muçulmanas não são liberadas."

Carismática, persuasiva, obstinada, Nasira sente prazer em suas próprias contradições: "Gosto de observar como as pessoas reagem quando me vêem: a surpresa diante do meu modo e, depois, quando começo a falar, o alívio de perceberem que eu não sou louca, que sou uma mulher inteligente."

Nasira acredita que o denso conteúdo de ensinamentos morais do islamismo protege mais as mulheres que o feminismo ocidental, o qual, segundo ela, veio apenas liberar o homem norteamericano da obrigação de manter a mulher, sem dar a esta última os meios de se sustentar.

"O feminismo ocidental transformou as mulheres em objetos de prazer para os homens. Ou, no outro extremo, em lésbicas. Por outro lado, o uso muçulmano de roupas que escondem o corpo feminino libera a mulher. Sempre detestei a ênfase que, nos anos 60, se colocava na liberdade sexual. Sem o véu, eu me sentia sexualmente exposta o tempo todo. Com o véu, os homens se relacionam comigo intelectualmente, com minha personalidade."

A importância da família – Outras muçulmanas observam que, desde os tempos de Maomé, o islamismo codificou todo um novo corpo de direitos da mulher ao proibir o infanticídio feminino, ao reconhecer o direito da mulher de possuir e herdar propriedades, ao expandir seus direitos conjugais e especificar as condições nas quais a mulher pode pedir divórcio. O Corão não proíbe a mulher de trabalhar fora de casa.

Porém, ainda hoje é mais fácil para as mulheres obterem o divórcio recorrendo à legislação civil do que ao direito islâmico. Além disso, elas só recebem metade da herança familiar deixada pelos irmãos. Os homens podem casar-se com não-muçulmanas; as mulheres, só com muçulmanos. O Corão manda que os homens sustentem as mulheres e as tratem bem, mas recomenda que as mulheres sejam "obedientes" aos maridos.



Até mesmo Nasira tem dificuldade em aceitar essa noção tradicional de obediência da esposa. "Questiono a aplicação desse princípio numa situação em que a mulher trabalha o dia inteiro. Mas, se o homem realmente sustenta a mulher, de modo que ela possa ter filhos e criá-los, e ele simplesmente não se afasta como fazem tantos homens... bem, isso já é alguma coisa."

Khadijah Chandly – que outrora foi uma jovem judia chamada Shelley, em Nova Jérsei – converteu-se ao islamismo devido à influência do marido, músico marroquino, e do sufismo, antiga tradição mística muçulmana baseada em orações, contemplação, estudo e introspecção, sob a orientação de sacerdotes muçulmanos. Entre os caminhos que leva as norteamericanas de raça branca ao islamismo, o sufismo é o mais comum, juntamente com o casamento com muçulmanos.

Da mesma forma que Nasira e outras participantes do grupo, Khadijah encontrou em sua nova fé um meio de estruturar a vida em torno da família. Diz ela que sua existência, depois de

*O islamismo
codificou todo um
novo corpo de
direitos da mulher ao
proibir o infanticídio
feminino, ao
reconhecer o direito
da mulher de possuir
e herdar
propriedades, ao
expandir seus
direitos conjugais*

O avanço do Islã nos EUA

O estereótipo da mulher muçulmana submissa ainda prevalece nos EUA

convertida, é bem diferente da vida anterior, quando viajou durante anos pela Europa e pela Ásia, "uma mulher solteira e sozinha, fazendo experiências com religiões e relacionamentos. Eu era basicamente uma hippie, embora sempre tenha acreditado em Deus".

Hoje, é o islamismo que comanda a vida de Khadijah. "Confesso que necessitava de uma estrutura. Tinha uma vida inteiramente desestruturada. Desejava uma família. O profeta diz muitas coisas a respeito da vida familiar,

coisas que me falavam direto ao coração. Aprendi a contemporizar em meu casamento, a não dar muita importância a uma porção de detalhes."

Vários Islãs - Segundo Yvonne Haddad, coordenadora do livro *The Muslims of America* e professora de história da Universidade de Massachusetts, a maioria das convertidas diz ter encontrado a liberdade através do islamismo, o que contraria frontalmente as idéias ocidentais a respeito da mulher muçulmana. Por sua vez, elas vêm exercendo certo impacto sobre a religião.

Em uma organização religiosa que não é conhecida por suas líderes femininas, as convertidas de cor branca surgem como ativistas na comunidade muçulmana norte-americana, ajudando a fundar grupos feministas, abrindo escolas e administrando centros islâmicos locais. Segundo Haddad, o engajamento dessas mulheres é crucial para o surgimento de um islamismo fundamentalmente norte-americano, no qual os fiéis elegem os líderes das mesquitas e dos centros islâmicos.

Marcia Hermanson, professora de religião de San Diego, cidade ao sul da Califórnia, afirma que, apesar da tendência dentro do fundamentalismo islâmico de restringir o trabalho das mulheres a escolas e grupos femininos, as instituições muçulmanas norte-americanas são frágeis demais para operarem sem a ajuda das mulheres.

Segundo Marcia, "nos Estados Unidos o islamismo sempre terá maior participação das mulheres do que no Oriente Médio, porque o islamismo americano precisa do esforço das mulheres".

Yvonne Haddad concorda: "A chave do islamismo norte-americano é o pluralismo - a capacidade de reunir imigrantes muçulmanos do Oriente Médio e da Ásia, seus descendentes norte-americanos, convertidos brancos e negros, bem como mulheres ativistas. O desafio enfrentado pelos muçulmanos norte-americanos é essa capacidade de aceitar uma variedade de Islãs."

* Joan Walsh colabora em várias publicações, entre elas *Califórnia*, *Vogue*, *Mother Jones*, *San Francisco Chronicle* e a revista *Image*



Como prevenir os conflitos étnicos?

Dietrich Fisher*

A tragédia da ex-Iugoslávia é apenas um dos muitos conflitos sangrentos que se travam no mundo entre grupos étnicos, linguísticos e religiosos. Para se evitar o aparecimento de casos semelhantes no futuro podem ser comparados dois conflitos parecidos, na Irlanda do Norte e Suíça.

Em ambos os casos, uma minoria católica se sentiu – ou se sente – oprimida por uma maioria protestante. O governo britânico tratou de esmagar o movimento separatista usando a força militar e fracassou. Já no caso da Suíça, se conseguiu encontrar uma solução pacífica para o conflito.

O caso se passou na região de Jura, no cantão de Berna, cujo Parlamento é controlado por uma maioria protestante de língua alemã. Os ressentimentos se transformaram em aberto conflito em 1950, quando Berna rejeitou um candidato de Jura ao cargo de ministro de Obras Públicas, com o argumento de que se tratava de uma pessoa de língua francesa e, portanto, ia ter dificuldades para supervisionar as construções em um cantão onde a maioria fala alemão.

Essa atitude enfiou o povo de Jura, houve manifestações nas ruas e se formou um movimento separatista. Ficou claro o perigo, a longo prazo, de um conflito grave, até que o governo de Berna aceitou que o povo de Jura decidisse seu futuro em um referendo.

A primeira consulta mostrou uma

população profundamente dividida e foi necessário organizar um segundo referendo, separado, em cada um dos seis distritos da região. Em três distritos a maioria preferiu permanecer no cantão de Berna e os outros três optaram pela separação. Assim nasceu, por vontade popular, o novo cantão de Jura, que em 1978 se incorporou à Confederação Helvética.

Boa conselheira – O resultado do plebiscito mostrou que a democracia é sempre a melhor conselheira, porque uma vez que irrompe a violência é muito difícil detê-la. Além disso, se o povo comete um erro não pode culpar os demais e aprende a corrigi-lo. A democracia evita os conflitos porque se os governos forçam a população a fazer algo contra a sua vontade, o ódio às autoridades acaba em violência.

Se se tivesse aplicado uma fórmula semelhante na Iugoslávia, antes do início das hostilidades, mediante a divisão do país e suas províncias em cantões

semi-autônomos – de acordo com a preferência dos habitantes das diferentes regiões – talvez se tivesse evitado a guerra.

Uma solução deste tipo também se poderia tentar hoje, mas agora seria necessária a presença de uma força internacional com os meios e prerrogativas para separar as facções armadas e assegurar que todas as partes respeitem os resultados e as novas demarcações territoriais.

A nível internacional, ainda está em vigor a obsoleta noção da soberania absoluta dos Estados. Este conceito não tem sentido se o governo é incapaz de proteger sua própria população da violência brutal, como é o caso da *limpeza étnica* na ex-Iugoslávia.

Necessitamos de uma Corte Penal Internacional, à qual possam recorrer as minorias – ou as maiorias, em alguns casos –, que não encontram justiça em seus próprios países. Não é realista pretender que a Suprema Corte de Justiça de uma nação garanta sempre a justiça, especialmente quando um governo oprime seu povo e controla os magistrados. A Corte Internacional de Haia pode se ocupar somente dos casos em que um governo processa outro governo. Além disso, a instância não tem poder de fazer aplicar suas decisões.

Precisamos também de um mecanismo para tornar efetivas as decisões da Corte Penal Internacional. De preferência, a tarefa estaria a cargo da nova Unidade Militar da Paz, proposta pelo secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali.

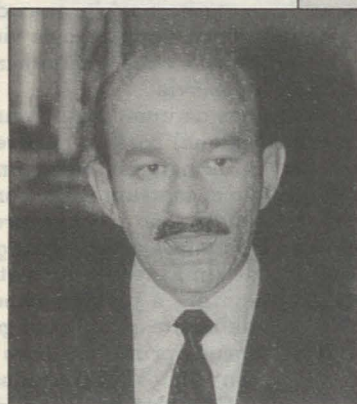
* Dietrich Fisher é professor da Universidade da Paz de Nova Iorque e autor do livro *Os aspectos não-militares da segurança*, a ser publicado em breve.



O desejo de paz não pôs fim à tragédia, que continua sem solução

O problema não é quando, mas como

A derrota de George Bush e a renúncia de Brian Mulroney enfraquecem o apoio ao Tratado de Livre Comércio (TLC) assinado com o México



Carlos Salinas de Gortari



Brian Mulroney



George Bush

Roberto Bardini

O Tratado norte-americano de Livre Comércio (TLC) começou com maus presságios. George Bush não conseguiu se reeleger em novembro passado como presidente dos Estados Unidos e o primeiro-ministro Brian Mulroney, do Canadá, anunciou em fins de fevereiro sua renúncia, que se concretizará em junho. Agora, o TLC conta somente com o solitário apoio do presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari.

Depois de mais de oito anos no poder e dez à frente do Partido Progressista Conservador (PPC), Mulroney

deixa o governo com o menor índice de aprovação que já ostentou qualquer primeiro-ministro nas últimas cinco décadas: 17%, segundo as pesquisas de opinião. Ficam, porém, as medidas econômicas que, justamente, o tornaram tão impopular.

A oposição generalizada ao TLC no Canadá pôde ser contida através de um sistema político que permite ao partido no poder limitar o debate no Parlamento. Assim, a deterioração da economia nacional e o drástico aumento do desemprego (um milhão de canadenses, 11% da força de trabalho) não conseguiram, apesar de tudo, frustrar o projeto liberal. Agora, o sucessor de Mulroney no Partido Progressista Conservador se prepara para as próximas eleições gerais com um programa de ajustes.

O maior mercado do mundo - Em janeiro de 1988, os Estados Unidos e o Canadá assinaram o Tratado de Livre Comércio (TLC), um complexo documento de 315 páginas e mais de dois mil artigos. O acordo entrou em vigor no ano seguinte.

O documento firmado entre Washington e Ottawa consistia, em essência, em um protocolo de investimento estrangeiro e na eliminação gradual de barreiras alfandegárias durante um período de dez anos, tanto para mercadorias como para serviços, incluindo os financeiros.

No início de 1990, o México iniciou conversações privadas com os Estados Unidos a fim de estabelecer um tratado de livre comércio. Em junho do mesmo ano, o então presidente Bush anunciou a chamada *Iniciativa para as Américas*. Nela, basicamente, se propunha criar uma zona de livre comércio em todo o hemisfério, desde o Alasca até a Patagônia, na Argentina, baseada em três pilares: liberalização do comércio, estímulo ao investimento e redução da dívida.

Em dezembro, os representantes comerciais dos dois países e do Canadá se reuniram na Bélgica para definir os pontos iniciais de um acordo trilateral.

Em 5 de fevereiro de 1991, o primeiro-ministro Brian Mulroney e os presidentes George Bush e Carlos Salinas de Gortari anunciaram a decisão de iniciar negociações trilaterais que conduzissem a um TLC na América do Norte. Falavam da criação do "maior mercado do mundo", 14 vezes maior que o da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e 45 vezes maior do que o oferecido pela bacia do Pacífico.

Hoje, o TLC está pendente da aprovação do Poder Legislativo de cada país para que entre em vigor em 1º de janeiro de 1994.

Desníveis de desenvolvimento - Com uma superfície de mais de nove milhões de quilômetros quadrados e 26 milhões de habitantes, o Canadá é o segundo país do mundo em extensão e considerado industrializado e desenvolvido. O México, por sua vez, possui uma superfície de quase dois milhões de quilômetros quadrados e tem quase 90 milhões de habitantes.

O secretário de Estado Warren Christopher garantiu a diplomatas mexicanos que os Estados Unidos estão comprometidos a "trabalhar duro" para que o TLC seja aprovado e, entre em vigor em 1994

Mas as diferenças nos níveis de desenvolvimento entre o Canadá e o México ficam evidentes, justamente, em sua relação com os Estados Unidos. O Produto Nacional Bruto (PNB) canadense é oito vezes inferior ao norte-americano e nove vezes superior ao do México. Por sua vez, o PNB mexicano é 27 vezes menor que o dos Estados Unidos.

Por outro lado, o acesso de produtos do Canadá ao mercado norte-americano representa 24% do comércio internacional de seu vizinho, enquanto que o México só representa sete por cento.

O México é o terceiro importador de

todo tipo de mercadorias e serviços produzidos nos Estados Unidos.

A capacidade produtiva mexicana é 27 vezes inferior à norte-americana, a inflação é três vezes maior e suas exportações anuais são 40% menores que as vendas externas do vizinho.

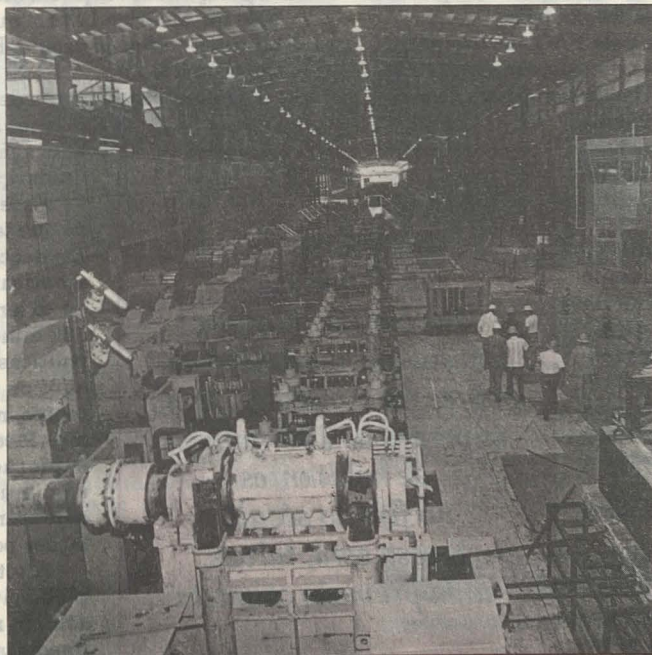
Tempo de espera - O México, enquanto isso, se encontra em um compasso de espera. A maior preocupação das autoridades se centraliza no déficit comercial. O governo aplicou medidas para desacelerar o crescimento, já que o desequilíbrio externo poderia disparar ainda mais. A incerteza gerou nervosismo nos investidores e o mercado de bolsas registrou retrocessos consideráveis.

Nessas circunstâncias, o presidente Bill Clinton - que está empenhado em um programa econômico interno destinado a reduzir o déficit fiscal e diminuir os impostos da classe média - é o fiel da balança.

Em 4 de março, um editorial do influente *Wall Street Journal* tinha advertido: "Se o TLC tropeça ou falha, poderia abrir um abismo insuperável nas relações com um vizinho importante cujo futuro pode ser muito próspero ou instável. E, mais do que o México, desmoralizará a América Latina em geral, onde os êxitos recentes da democracia dependem de que ela possa trazer também benefícios econômicos."

O secretário de Estado norte-americano Warren Christopher garantiu a uma delegação diplomática mexicana que a equipe dos Estados Unidos está comprometida a "trabalhar duro" para que o TLC seja aprovado pelo Congresso norte-americano e, finalmente, entre em vigor em 1994. Pouco depois, o ministro de Comércio Internacional canadense, Michael Wilson, afirmou que, apesar da renúncia de Mulroney, o Parlamento de seu país aprovaria o convênio antes de julho deste ano.

Porém, agora o problema é outro. Como comentam os analistas na imprensa e os homens de negócios, a questão já não é quando, mas como e a que preço será feita esta integração.



A economia mexicana é 27 vezes menor que a norte-americana

Meninos de rua, o urgente desafio

Neiva Moreira

A Comissão Sul-Americana de Paz reuniu num *clipping* recortes de publicações de jornais latino-americanos sobre o problema dos menores abandonados. Foi uma iniciativa oportuna porque nos permitiu uma visão de conjunto, ainda que incompleta, desse imenso desafio que confronta os nossos países.

A projeção para a América Latina é dramática: mais de 100 milhões de menores vivem nas ruas ou são obrigados a trabalhar. Dois dos países mais ricos e desenvolvidos da região, Brasil e México, são os campeões dessa tragédia social. Cerca de 200 menores morrem por dia em todo o sul do continente, de fome e pobreza. Cuba é o único país da região onde não há meninos de rua. A assistência aos menores, apesar do implacável e criminoso bloqueio contra a ilha, é reconhecidamente exemplar.

Essas informações constam de uma pesquisa do sociólogo mexicano Mário Cuevas e indicam que 70% dos meninos latino-americanos nascem sem assistência, e 2,3 milhões sofrem de doenças respiratórias. Setenta por cento padecem de anemia. Vejamos alguns dados por país:

Brasil – Os dados publicados pela FAO são dramáticos. A desnutrição atinge 30% das crianças, e mais de 40% dos brasileiros passam fome. A cifra de 10 milhões de meninos de rua a que chegaram algumas instituições de pesquisa podem estar aquém da realidade, uma situação agravada pela brutalidade do extermínio de menores e adolescentes.

Argentina – 34,9% dos meninos e jovens de 6 a 18 anos vivem “em estado de pobreza crítica”, segundo informe da delegação da Unicef em Buenos Aires.

México – 15 milhões de crianças estão abandonadas, em “pobreza extrema”. Em torno de 20 mil são vendidas anualmente aos Estados Unidos, “onde são submetidas à exploração laboral e sexual”.

Guatemala – Cinco mil menores nas ruas.

Peru – Nove milhões de meninos e meninas abandonados; 38% dos 23 milhões de peruanos. Setenta por cento em “completa pobreza”; 140 mil já registrados como *drogaditos*.

Chile – 1,2 milhão de meninos vive em “extrema pobreza”. Em Santiago existem 300 mil crianças abandonadas.

Uruguai – Em uma das sociedades mais equilibradas da América Latina, o problema do menor abandonado se agrava a cada dia. Em Montevideu, cerca de 315 mil menores não têm como satisfazer suas necessidades básicas.

E se passamos para os jovens, o panorama é igualmente desolador. Segundo estudos do Centro Latino-Americano para a Juventude, do Equador, dos 90 milhões de jovens latino-americanos, a metade vive em situação de “grave pobreza”. No ano 2000, 50 milhões de jovens terão ingressado no mercado de trabalho. E, destes, só 30% terão emprego.

Para Ernesto Rodrigues, diretor daquele centro de pesquisa, “a vinculação de jovens aos grupos de assaltantes e à guerrilha, ou o seu crescente desinteresse pela democracia, se deve à sua marginalização das decisões políticas que tomam os governos”. Um estudo do Fundo de População das Nações Unidas revela que o número de pobres na América Latina superará os 230 milhões de habitantes no fim do século. E essa será, talvez, uma previsão otimista.

Uma multiplicidade de fatores incide sobre essa realidade, a começar pelo abandono da educação, sem a qual jamais haverá mudança verdadeira.

Esse quadro dá uma justa medida do que tem sido o domínio do capitalismo neocolonial sobre os países latino-americanos, espoliados por uma dívida externa que se aproxima dos US\$ 500 bilhões e administrados por elites políticas vorazes e egoístas, que só visam os seus interesses. Ao mesmo tempo, revela o desafio que confrontamos face a uma situação de pobreza, exploração e abandono que demandam mudanças radicais não só do modelo econômico como no quadro das relações políticas e sociais.

A vitória do presidencialismo no plebiscito de 21 de abril só terá um sentido real se essas mudanças forem imediatamente propostas pelo Executivo e votadas pelo Congresso.

*Um estudo do Fundo
de População
das Nações Unidas
revela que o número de
pobres na América Latina
superará os 230 milhões
de habitantes
no fim do século.
E essa será, talvez,
uma previsão otimista*

Argamassa Armada.



O modo mais concreto de construir com rapidez e baixo custo.



A argamassa armada é um processo pioneiro, desenvolvido pela Riocop que combina areia, cimento e tela de aço.

O resultado são peças pré-moldadas que garantem, além de um custo 30% mais baixo do que as estruturas convencionais de concreto, maior rapidez na montagem e uma adequação perfeita a qualquer tipo de terreno.

Graças a esta revolucionária tecnologia, em apenas 5 anos a Riocop já construiu 2 CIACs (tem mais 3 em andamento, com uma previsão de 21 para 1992), mais de 50 escolas, 30 casas da criança, 30 postos de saúde, diversas casas comunitárias, creches, CIEPs e uma série de outras obras em benefício da população.

Hoje a Riocop fabrica mensalmente 900m³ de argamassa armada que equivalem a 6 mil m² e produz, além de peças para edificação, abrigos de ônibus, caixas d'água, bancos de jardim, diversos equipamentos urbanos e componentes para saneamento básico.

Da próxima vez que você for construir, contrate os serviços de

quem lidera a tecnologia da argamassa armada no País.

E se você quiser, a Riocop também instala em poucas semanas uma fábrica da argamassa armada em seu estado.

Para seu esclarecimento, escreva para o nosso endereço e solicite, sem compromisso, maiores informações.

RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-3965



Com a Conta Fácil Banerj, a sua aplicação financeira e o seu tempo vão poder render muito mais. Agora, a operação de resgate é automática e na medida exata do que você necessita, para débitos acima de um valor mínimo. Sem que você precise sequer telefonar ao banco. Ou seja, aquele dinheiro a mais que ia ser apenas um trocado parado na sua conta corrente continua rendendo. Transforme já sua Conta Verde de Aplicações Financeiras em Conta Fácil Banerj. E aplique tudo a que você tem direito. Inclusive aqueles quebrados.

**AGORA, O DINHEIRO QUEBRADO QUE IA VIRAR
UM TROCADO CONTINUA APLICADO.**

CONTA FÁCIL

BANERJ O QUE ERA
FAF FICOU
MAIS FÁCIL